

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

MÁRCIA MARIA DE PAULA CARVALHO

**O NOVO ENSINO MÉDIO DE MINAS GERAIS:
OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO REINVENTANDO O
ENSINO MÉDIO EM DUAS ESCOLAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE
ENSINO DE CARANGOLA**

JUIZ DE FORA
2014

MÁRCIA MARIA DE PAULA CARVALHO

**O NOVO ENSINO MÉDIO DE MINAS GERAIS:
OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO REINVENTANDO O
ENSINO MÉDIO EM DUAS ESCOLAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE
ENSINO DE CARANGOLA**

**Dissertação apresentada como
requisito parcial à conclusão do Curso
de Mestrado Profissional em Gestão e
Avaliação da Educação Pública da
Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Juiz de Fora.**

**Orientador: Lourival Batista de Oliveira
Júnior**

JUIZ DE FORA

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

MÁRCIA MARIA DE PAULA CARVALHO

**O NOVO ENSINO MÉDIO DE MINAS GERAIS:
OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO REINVENTANDO O
ENSINO MÉDIO EM DUAS ESCOLAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE
ENSINO DE CARANGOLA**

Texto de defesa apresento à Banca Examinadora designada pela equipe de Suporte Acadêmico da disciplina Dissertação I do Mestrado Profissional, aprovada em ____/____/____.

Lourival Batista de Oliveira Júnior

Membro da banca - orientador

Membro da banca

Membro da banca

Juiz de Fora, de de 20.....

Ao meu esposo José Vanderlei, pelo amor paciente. Aos meus filhos Talles e Thays e afilhada Annanda pela confiança constante: amo vocês!

AGRADECIMENTOS

A Deus, incondicionalmente.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais por incentivar a capacitação continuada e em serviço através do Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aos amigos e amigas da regional de Carangola pelo apoio na concretização deste trabalho em especial à Equipe de Inspectores Escolares.

Aos meus familiares que vivenciaram esses dias de estudo e muito contribuíram.

Ao meu amado esposo José Vanderlei pelo incentivo e confiança.

Aos meus filhos Talles e Thays e afilhada Annanda pela confiança, incentivo, e por compreenderem minha ausência maternal durante este período.

Ao CAEd/UFJF por acreditar e propor uma formação semipresencial de tamanha qualidade.

Ao Orientador Lourival Batista de Oliveira Júnior.

As tutoras Sheila Rigante Romero e Mariana Calife Nóbrega pela paciência, orientação e auxílio.

A todos os professores, tutores e assistentes do curso e aos colegas da turma 2012 por compartilharem, ao longo da jornada, amizade, anseios, experiências e conhecimento.

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida”. John Dewey

RESUMO

O Ensino Médio, última etapa da Educação Básica, tendo em vista sua função educacional, deve ir além da formação profissional oferecendo aos jovens novas perspectivas culturais para que possam expandir suas potencialidades e oportunidades. É nesse contexto que o Estado de Minas Gerais implementa o Programa Reinventando o Ensino Médio (REM) a partir do ano de 2012 em 11 escolas piloto em Belo Horizonte, no ano de 2013 em mais 122 escolas e a partir do ano de 2014 nas demais escolas do estado que oferecem o Ensino Médio. A presente pesquisa analisa o processo de implementação do REM em duas escolas pertencentes à Superintendência Regional de Ensino de Carangola durante o ano de 2013. Para tanto, utilizamos a metodologia do estudo de caso, sendo as informações e dados utilizados coletados por meio do Sistema de Administração Escolar/SIMADE. Também foram feitas entrevistas aos diretores das Escolas “A” e “B”, ao Coordenador do REM da Escola “B”, aos Membros da Equipe NAPEM e aplicados questionários de pesquisa aos alunos matriculados no 1º ano do Ensino Médio Noturno do REM das Escolas “A” e “B” e ainda, a leitura do Livro de Atas de Reuniões Pedagógicas das Escolas “A” e “B”. A análise dos dados permitiu que fossem apresentadas considerações sobre a implementação do REM nas duas escolas da regional. Objetivou-se com essa pesquisa apresentar à Direção da SRE de Carangola e aos Diretores das unidades escolares um plano de ação que visa à interferência na realidade apresentada, organizar e intensificar as ações de implantação do Programa Reinventando o Ensino Médio almejando corroborar para que esse programa seja implementado de forma positiva e alcance seus objetivos de ressignificação de Ensino Médio.

Palavras-Chave: Reinventando o Ensino Médio; Implementação de Política Pública, NAPEM..

ABSTRACT

Due to its educational aspects, the high school, last stage of basic education, needs to go beyond vocational training offering new cultural perspectives to the students in view of expand their potentialities and opportunities. In this scenario, Minas Gerais state implanted the REM program (Reinventing Minas Gerais Program) in 11 schools in 2012, 122 schools in 2013 and extending to all high schools in the state in 2014. This research analyzes the implementation REM process in two schools belonging to the SRE (Regional Office of Education) of Carangola during the year of 2013. Therefore, we use the methodology of the case study, analyzing information and data collected through the use of Sistema de Administração Escolar/SIMADE (Student Administration System), interviews with the principals of “A” and “B” schools, with the REM coordinator of “B” school, and with members of NAPEM team, questionnaires were applied to students of “A” and “B” schools enrolled in the 1st year of high school nocturne of REM and also the reading of the Pedagogical Meetings Book (Livro de Atas de Reuniões Pedagógicas) of the “A” and “B” schools. These data analysis allowed to be presented considerations about REM implementation in the two schools. The objective of this research was to provide to the schools principals and to the SRE direction an action plan that aims to intervene in presented reality, organize and intensify REM’s implementation actions and to corroborate in a positive and successful accomplishment of the program goals, reframing the High School system.

Keywords: Reinventing High School, Implementation of public policy, NAPEM.

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1: Modelo Genérico de Gestão: Henry Mintzberg	p. 76
---	--------------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Evolução das Matrículas do Ensino Médio Regular na rede Estadual de Minas Gerais 2006-2011.....	19
Gráfico 2:	Proficiência Média em Língua Portuguesa dos alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola “A” – 2009-2012.....	40
Gráfico 3:	Proficiência Média em Matemática dos alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola “A” - 2009-2012.....	41
Gráfico 4:	Proficiência Média em Língua Portuguesa dos alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola “B” – 2009-2012.....	46
Gráfico 5:	Proficiência Média em Matemática dos alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola “B” - 2009-2012.....	46
Gráfico 6:	Alunos quanto ao trabalho.....	67
Gráfico 7:	Percepção dos alunos quanto à implementação do REM em sua escola.....	68
Gráfico 8:	Percepção dos alunos quanto ao aumento da frequência às aulas com a implementação do REM em sua escola.....	69
Gráfico 9:	Percepção dos alunos quanto às contribuições do REM em suas vidas.....	70
Gráfico 10:	Percepção dos alunos quanto à execução dos Conteúdos Interdisciplinares Aplicados.....	72
Gráfico 11:	Percepção dos alunos quanto à execução das Atividades dos Conteúdos Práticos da Área de Empregabilidade.....	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Demanda Potencial de Matrículas do Ensino Médio exclusivo da Rede Estadual Mineira 2006-2011.....	19
Quadro 2:	Estrutura Curricular do Projeto Reinventando o Ensino Médio – Turno Diurno – Módulo/aula de 50 minutos.....	30
Quadro 3:	Estrutura Curricular do Projeto Reinventando o Ensino Médio - Noturno - Módulo/Aula 50 Minutos.....	31
Quadro 4:	Estrutura Curricular do Projeto Reinventando o Ensino Médio - Módulo/Aula de 40 Minutos.....	31
Quadro 5:	Número de Turmas do 1º ano do Ensino Médio por Área de Empregabilidade da Escola “A”- Sede e 2º Endereço.....	42
Quadro 6:	Conteúdos da Área de Empregabilidade Comunicação Aplicada Turno Diurno da Escola “A” com distribuição de professores efetivos/efetivados.....	43
Quadro 7:	Conteúdos da Área de Empregabilidade Turismo Turno Diurno da Escola “A” com distribuição de professores efetivos/efetivados.....	44
Quadro 8:	Conteúdos da Área de Empregabilidade Empreendedorismo e Gestão do Turno Noturno da Escola “A” com distribuição de professores efetivos/efetivados.....	44
Quadro 9:	Número de Alunos do 1º ano do Ensino Médio por Área de Empregabilidade da Escola “B” – Sede.....	48
Quadro 10:	Número de Alunos do 1º ano do Ensino Médio por Área de Empregabilidade da Escola “B” - 2º Endereço.....	48
Quadro 11:	Conteúdos da Área de Empregabilidade Comunicação Aplicada Turno Noturno da Escola “B” com distribuição de professores efetivos/efetivados.....	49
Quadro 12:	Conteúdos da Área de Empregabilidade Empreendedorismo e Gestão Turno Noturno da Escola “B” com distribuição de professores efetivos/efetivados.....	49
Quadro 13:	Conteúdos da Área de Turismo Turno Diurno da Escola “B” com distribuição de professores efetivos/efetivados.....	50
Quadro 14:	Conteúdos da Área de Empreendedorismo e Gestão Turno Diurno da Escola “B” com distribuição de professores efetivos/ efetivados.....	51
Quadro 15:	Superintendência Regional de Ensino de Carangola- REM- Plano de Ação Educacional- PAE- Planejar Capacitação/Estudo ANE e Inspetores Escolares.....	83
Quadro 16:	Superintendência Regional de Ensino de Carangola- REM- Plano de Ação Educacional- PAE – Capacitação/estudo ANE, Inspetores Escolares, Diretores, supervisores e Coordenadores do REM	85
Quadro 17:	Desenvolvimento do Projeto “ALCANCE: o Professor na mediação entre alunos e saberes”	87
Quadro 18	Desenvolvimento do Projeto “ALCANCE: o Professor na mediação entre alunos e saberes” continuação.....	88
Quadro 19:	Perfil do Professor do “Projeto ALCANCE: o Professor na mediação entre alunos e saberes”	89

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANE – Analista da Educação

CBC – Currículo Básico Comum

CBC/EM- Currículo Básico Comum do Ensino Médio

CRV – Centro de Referência Virtual do Professor

DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio

FIT – Formação Inicial para o Trabalho

NAPEM – Núcleo de Apoio Pedagógico ao Ensino Médio

PEAS – Programa Afetivo Sexual

PIP – Programa de Intervenção Pedagógica

PROETI – Projeto Educação em Tempo Integral

REM – Reinventando o Ensino Médio

SEDINE – Serviço de Documentação e Informação Educacionais

SEE/MG – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

SIMADE – Sistema Mineiro de Administração escolar

SRE/Carangola – Superintendência Regional de Ensino de Carangola

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO REINVENTANDO O ENSINO MÉDIO EM DUAS ESCOLAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE CARANGOLA.....	18
1.1 O Ensino Médio de Minas Gerais 2006-2011.....	18
1.2 O Projeto Reinventando o Ensino Médio (REM).....	26
1.3 A Superintendência Regional de Ensino de Carangola.....	33
1.4 O Inspetor Escolar.....	34
1.5 O Diretor Pedagógico, o Gerente CBC/REM e o Núcleo de Apoio Pedagógico ao Ensino Médio.....	36
1.6 Os Coordenadores do Projeto Reinventando o Ensino Médio.....	37
1.7 Como as escolas implementam o Projeto Reinventando o Ensino Médio.....	38
1.7.1 A implementação do REM na escola “A”.....	39
1.7.2 A implementação do REM na escola “B”.....	45
2 A IMPLEMENTAÇÃO DO REM NAS ESCOLAS “A” E “B”: ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES	53
2.1 O REM como possibilidade de enriquecimento no currículo do Ensino Médio.....	55
2.1.1 O CBC/Ensino Médio de Minas Gerais e sua relação com o Currículo do REM.....	58
2.1.2 A Proposta das Áreas de Empregabilidade como Enriquecimento Curricular.....	60
2.2 Como o REM chega às escolas “A” e “B”	65
2.2.1 Análise das percepções dos alunos do turno noturno quanto à Implementação do REM em suas escolas.....	66
2.3 O Papel do Gestor na implementação do REM.....	74
3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO REM.....	80
3.1 Primeira Ação Proposta: Formação da Equipe de Analistas da Educação, Inspetores Escolares e Equipe Escolar para implementação do REM.....	82
3.2 Segunda Ação Proposta: O Projeto “ALCANCE: o Professor na mediação entre alunos e saberes”	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXOS.....	99

INTRODUÇÃO

Diante das discussões acerca do Ensino Médio no Brasil, especificamente em Minas Gerais, em um momento em que o Estado propõe uma política pública voltada para o Ensino Médio, a presente pesquisa selecionou como objeto de estudo a implementação do Projeto Reinventando o Ensino Médio (REM) em duas escolas pertencentes à Superintendência Regional de Ensino de Carangola (SRE/Carangola).

A Superintendência Regional de Ensino de Carangola faz parte de um total de 47 Superintendências pertencentes à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), abrangendo 11 municípios localizados na região da Zona da Mata mineira, e atende a um total de 33 escolas estaduais, 137 escolas municipais e 18 escolas particulares, conforme dados do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE).

O problema selecionado coloca-se para a Superintendência Regional de Ensino de Carangola, com o foco nas duas escolas objetos do estudo, que serão apresentadas posteriormente, frente ao desafio da implementação do Projeto REM. A intervenção será proposta para a Superintendência Regional de Ensino de Carangola e servirá como referência para implementação do REM nas demais escolas da circunscrição nos anos subsequentes.

A opção pelo tema selecionado nos remete-nos a uma reflexão sobre o Ensino Médio em Minas Gerais, em especial o Ensino Médio Noturno, pois segundo afirmação do Conselho Nacional e a Câmara de Educação Básica no Parecer nº. 05 (BRASIL, 2011) de 04 de maio de 2011 este ainda se encontra distante de atender às necessidades dos estudantes seja no aspecto para a cidadania, seja para formação para o trabalho. O mesmo Parecer diz que o Ensino Médio Noturno encontra-se ausente do conjunto de medidas propostas para melhoria da Educação Básica brasileira.

Nesse sentido, minha intenção de estudar esse assunto veio ao encontro da minha própria trajetória como estudante e como profissional da educação, uma vez que trabalho como Inspetora Escolar e atuo em uma das duas escolas em questão. Após me graduar em Pedagogia/Orientação Educacional e Inspeção Escolar especializei-me em alfabetização pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de

Carangola. Em 1990, assumi regência de turma em classe multisseriada em uma escola estadual de Minas Gerais, localizada na zona rural, por um período de seis meses. Após o ano de 1991 passei a atuar na Educação Infantil em turmas pré-escolares e depois em turmas de anos iniciais do Ensino Fundamental, também na rede estadual de Minas Gerais, porém na zona urbana. Neste mesmo período trabalhei em uma creche municipal também com Educação Infantil.

No ano de 1997, juntamente com três amigas educadoras, fundamos uma Escola que oferecia as modalidades da Educação Infantil aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com uma proposta de ensino fundamentada em uma concepção construtivista e sócio-interacionista. Neste período, deixei a rede estadual e permaneci na rede municipal, ainda com trabalho em creches. No ano de 2002, após aprovação em concurso público estadual, assumi o cargo de Analista Educacional/Pedagoga na Superintendência Regional de Ensino de Carangola. Em 2006, após aprovação em concurso público, assumi o cargo de Analista Educacional/Inspetora Escolar, também na Superintendência Regional de Ensino de Carangola, na qual atuo até o momento.

Por assumir um Cargo de dedicação exclusiva deixei o cargo de professora da rede municipal de educação e vendemos a escola, que hoje se encontra muito bem estruturada na cidade. Nessa trajetória profissional tive a oportunidade de desempenhar funções variadas e perceber a educação por diversos ângulos: como professora da rede estadual e municipal de ensino, diretora/proprietária de escola particular, Analista Educacional/Pedagoga e por fim Analista Educacional/Inspetora Escolar.

Compreendendo a educação como processo democrático e, portanto, participativo, entendo que ela só se faz com a interação de todos os seguimentos que compõem a instituição “escola”, em suas várias esferas. Nesse sentido, ao exercer a função de Inspetora Escolar, deparei-me com algumas questões complexas no que se refere ao papel deste profissional enquanto Educador e Gestor. Em relação à implementação do REM, em específico no turno noturno, tenho tentado equacionar a concepção educacional com a normatização, no sentido de viabilizar a implementação do projeto, tendo como foco principal a qualidade do ensino ofertado.

Os critérios utilizados para seleção das escolas “A” e “B” para realização da pesquisa ocorreram pelo fato dessas serem as escolas que estão implementando o Projeto Reinventando o Ensino Médio na SRE/Carangola.

Para a realização do trabalho foram feitas análises documentais de Legislações, Regimentos Internos das Escolas, Orientações, Relatórios e Documentos de Registros que garantem a orientação e monitoramento da implementação do REM nas respectivas escolas. Esses dados garantem-nos uma sustentação formal e técnica do projeto. Utilizamos também entrevistas com os dois membros do Núcleo de Apoio Pedagógico ao Ensino Médio (NAPEM) Regional, com o Coordenador do REM da escola “B”, com os Diretores das Escolas “A e “B” e aplicação dos questionários de pesquisa qualitativa com os alunos do noturno das duas escolas. As informações e dados coletados apontaram os acertos e possíveis entraves na implementação do REM nas duas escolas da SRE/Carangola servirão como referência para implementação do REM nas demais escolas da jurisdição nos anos posteriores.

O presente trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro deles abordamos: O Ensino Médio em Minas Gerais de 2006 a 2011 (Política Pública anterior); O Projeto REM, no qual descrevemos o Projeto e apresentamos uma breve descrição dos principais atores envolvidos na implementação do Projeto: a SRE/Carangola, o Inspetor Escolar, o Diretor Pedagógico da Diretoria Educacional, o Gerente CBC/REM, o NAPEM Regional, os Coordenadores do REM; e, encerrando o capítulo, contextualizamos o ambiente no qual o projeto está sendo implementado, descrevendo o perfil das duas escolas, bem como indicando como foi o processo de implementação do Reinventando o Ensino Médio na Regional de Carangola na escola “A”, situada no município de Carangola, e na escola “B”, situada no município de Espera Feliz.

No segundo capítulo apresentaremos um consolidado dos Questionários aplicados aos alunos do primeiro ano do Ensino Médio noturno das duas escolas e as informações obtidas por meio das entrevistas feitas aos Diretores das escolas, ao Coordenador do REM da Escola “B” e aos membros da Equipe NAPEM. Esses instrumentos poderão nos apontar os acertos e os entraves dessa implementação sob o aporte teórico dos autores: Mainardes (2006) e Mintzberg (2010).

Com base nos dados coletados e com embasamento teórico pertinente, faremos a apresentação de um Plano de Ação Educacional (terceiro capítulo) que

traga contribuições efetivas para a SRE/Carangola, onde atuo como Inspetora Escolar, no sentido de dar continuidade ao processo de implementação do REM como também para os gestores das escolas que implementarão o REM nos anos subsequentes.

1- A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO REINVENTANDO O ENSINO MÉDIO EM DUAS ESCOLAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE CARANGOLA

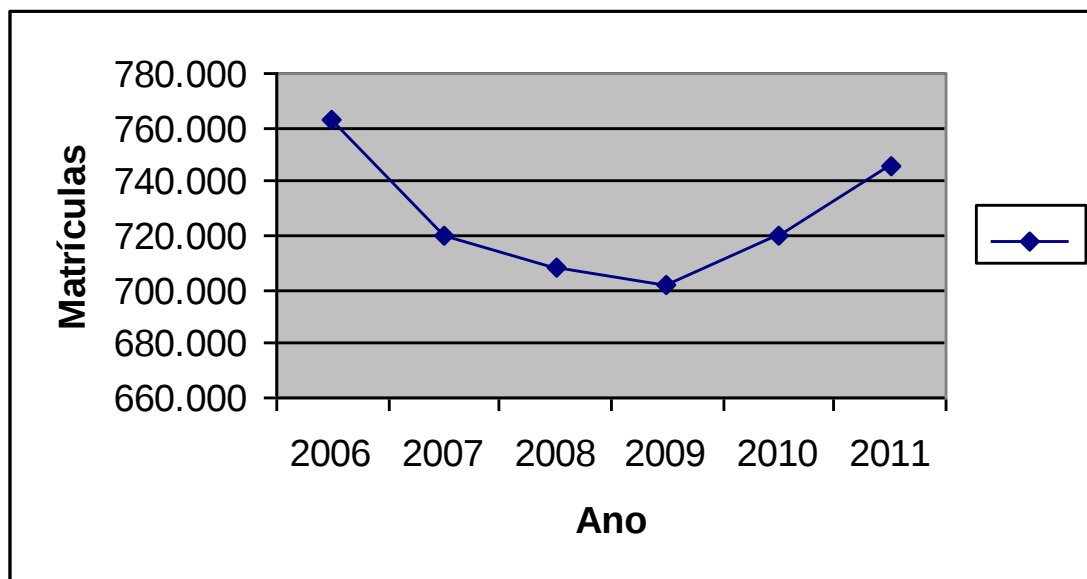
Neste capítulo descrevo como foi o processo de implementação do Projeto Reinventando o Ensino Médio na Regional de Carangola na escola “A”, situada no município de Carangola, bem como na escola “B”, situada no município de Espera Feliz. Sendo assim, neste primeiro capítulo, o texto está dividido da seguinte forma, a saber: em primeiro lugar descrevo, de maneira breve, a trajetória do Ensino Médio em Minas Gerais no período de 2006 a 2011, período este anterior à implementação do Projeto Reinventando o Ensino Médio (REM). Logo em seguida apresento a estrutura do Projeto Reinventando o Ensino Médio, implementado no ano de 2012 e no ano de 2013. Na sequência, contextualizo como o projeto foi implementado, caracterizando o cenário da pesquisa e apresentando dados gerais sobre: a Superintendência Regional de Ensino de Carangola, a escola “A”, a escola “B” e os atores envolvidos no processo de implementação, que são o gerente regional do Projeto REM, as Inspetoras Escolares, o Núcleo de Apoio Pedagógico ao Ensino Médio (NAPEM) – Central e Regional e os coordenadores do REM.

Por fim, o capítulo encerra-se mostrando como as duas unidades escolares receberam a implementação do projeto Reinventando o Ensino Médio.

1.1 O Ensino Médio de Minas Gerais 2006-2011

O Ensino Médio de Minas Gerais vem se adequando às novas demandas sociais e políticas a cada época, sem desconsiderar as características geográficas, culturais e regionais em todo o Estado. Contudo, percebemos, pelo que demonstra o Gráfico 1, que entre o período de 2006 a 2009 houve um decréscimo no número de matrículas no Ensino Médio Regular estadual. Porém, nos anos de 2010 e de 2011 houve um crescimento de 1,4% e 2,9%, respectivamente, nas matrículas no Ensino Médio Regular estadual, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução das Matrículas do Ensino Médio Regular na rede Estadual de Minas Gerais 2006-2011.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de SINDICATO (2012).

Apesar do aumento do número de matrículas no Ensino Médio Regular na rede estadual no período de 2010 e 2011 esse aumento não corresponde à demanda da população mineira na faixa etária de 14 a 18 anos, que deveria estar presente nesse nível de ensino, conforme evidenciado no Quadro 1.

Quadro 1: Demanda Potencial de Matrículas do Ensino Médio exclusivo da Rede Estadual Mineira 2006-2011

Ano	População 14 a 18 anos	Matrículas Efetivas Rede Estadual	População a ser atendida
2006	1.777.989	762.496	1.015.493
2007	1.763.531	719.522	1.044.009
2008	1.749.191	707.717	1.044.009
2009	1.734.968	701.325	1.033.643
2010	1.770.021	719.815	1.050.206
2011	1.783.871	745.763	1.038.108

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de (SINDICATO, 2012).

Além de buscar a universalização da oferta do Ensino Médio, pode-se dizer que a “educação média mineira enfrentava ainda mais três problemas básicos relacionados à qualidade do ensino, à eficiência do sistema e à equidade” (MINAS,

[2006?], p. 27) em um cenário atual, marcado pelas novas tecnologias, no qual cada vez mais os jovens buscam cursar o Ensino Médio.

Nesse contexto, o Estado de Minas Gerais estabelece uma organização curricular que propõe uma transformação do Ensino Médio. Nesse sentido, a SEE/MG assume o compromisso no sentido de

organizar a educação escolar para além do papel de mediadora entre objetivos pragmáticos circunscritos nas esferas das continuidades de estudos preparatórios e as exigências de domínio de saberes escolares adequados à realização de concursos vestibulares ou mesmo para inserção no mundo do trabalho. (MINAS, [2006?], p. 8).

Conforme consta no Documento “Novo Plano Curricular do Ensino Médio” (MINAS, [2006?]), a partir do ano 2006, o Estado de Minas Gerais propõe uma reforma no Ensino Médio. Essa nova proposta consistia na valorização da área em que o aluno teria interesse em cursar uma Faculdade ou que melhor atendesse às suas expectativas quanto ao seu ingresso no mercado de trabalho. Através da Resolução SEE/MG nº. 753 (MINAS, 2006a), de 06 de janeiro de 2006, que institui e regulamenta a organização curricular a ser implementada nos cursos de Ensino Médio das unidades de ensino integrantes do Projeto Escolas-Referência¹ iniciou-se a implementação da nova proposta.

Essa implementação ocorreu mediante um quadro considerável de evasão escolar, sobretudo no Ensino Médio. As ações propostas no Novo Plano Curricular do Ensino Médio apontavam no sentido de maiores oportunidades de acesso e de permanência dos jovens na escola por mais tempo, seja pela ampliação das atividades para outro turno ou aos finais de semana, com a finalidade de reduzir a taxa de abandono. Deveriam, também, favorecer o surgimento de condições e estímulos para que a vida escolar fosse uma trajetória de sucesso e que a escola fosse o melhor lugar para ensinar e para aprender.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais organizou doze cursos de Informática que deveriam ser ministrados pelas escolas

¹ O Projeto Escolas-Referência é uma das estratégias da Secretaria de Educação que consiste em constituir redes de escolas com características, problemas e desafios semelhantes para tentar obter, com os limitados recursos disponíveis, melhores resultados. O projeto reúne escolas que, pelo trabalho que já realizaram ou que ainda vêm realizando, lograram alcançar o reconhecimento da comunidade em que atuam. São 223 escolas, com mais de 350 mil alunos, escolhidas dentre as maiores e mais tradicionais de Minas, distribuídas por mais de 100 municípios que abrangem 65% da população do nosso Estado (MINAS, [2006?] p. 23).

como disciplinas de qualificação básica para o trabalho. Cada Escola-Referência selecionava pelo menos dois desses cursos e ministrava-os, em horário extra, para os seus alunos que desejassem cursá-los. Esses cursos foram oferecidos a partir do segundo semestre, quando os laboratórios de Informática já estavam instalados e os professores capacitados. Os professores que ministraram os cursos selecionados pela escola foram capacitados ao longo do 1º semestre de 2006. Somente a partir de 2007 a oferta dos cursos de Formação Inicial para o Trabalho (FIT) tornou-se obrigatória, fazendo parte da matriz curricular do Ensino Médio da escola (MINAS, [2006?], p. 27). No ano de 2006 apenas as Escolas-Referência foram obrigadas a implantar o novo Plano Curricular. As Escolas-Associadas² que desejassem também poderiam fazê-lo, embora não estivessem obrigadas a isso.

A nova organização curricular para o Ensino Médio abrangia o Ensino Regular, a Educação de Jovens e Adultos e os projetos de aceleração de estudos, comportando quatro opções de oferta que priorizavam a matrícula dos alunos sem defasagem no turno diurno, e no noturno os alunos com até um ano de defasagem idade-série, que estariam sujeitos a um aumento de carga horária em forma de estudos complementares; também abrangia a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Projeto de Aceleração de Estudos, destinados aos alunos com 19 anos de idade ou mais (MINAS, 2006a, art. 2º).

De acordo com a Resolução da SEE nº. 753 (MINAS, 2006a), de 06 de janeiro de 2006 republicada por alteração de carga horária em 10 de julho de 2006 estaria garantida, via resolução, uma organização curricular comum para todas as modalidades do Ensino Médio.

Art. 4º A organização curricular do Ensino Médio apresenta uma estrutura comum a todas as modalidades de ensino:

I - no 1º ano, obrigatoriedade do ensino dos Conteúdos Básicos Comuns, definidos pela Resolução SEE nº. 666/2005, acrescido de uma Língua Estrangeira Moderna, conforme o especificado no ANEXO II desta Resolução.

II - no 2º ano, obrigatoriedade de ênfases curriculares em áreas de conhecimento, conforme o especificado no ANEXO III desta Resolução.

III - no 3º ano, obrigatoriedade de ênfases curriculares em áreas específicas de conhecimento, visando o aprofundamento de estudos

² Cada Escola Referência deveria escolher uma escola como associada, com a finalidade de estender os benefícios do projeto, as boas ideias e práticas educativas a um número maior de escolas e de alunos (MINAS, [2006?] p. 23).

das referidas áreas, conforme o especificado no ANEXO IV desta Resolução

Art. 8º A escola poderá oferecer, a partir do 2º ano, uma segunda Língua Estrangeira Moderna para os alunos da área de Ciências Humanas. (MINAS, 2006a, grifo nosso).

Conforme estabelecido nesta Resolução, a partir do 2º ano do Ensino Médio a escola deveria fazer a opção de oferta por ênfase em áreas de conhecimento, sendo que esta opção seria feita pelos alunos. Havendo número suficiente de discentes, eles seriam distribuídos em três áreas (Ciências Humanas, Ciências Exatas e Ciências Biológicas), dependendo do seu interesse. A escola poderia ainda implantar um Programa de Aprofundamento de Estudos, com até 15 módulos-aula por semana, em outro turno, para os alunos que desejassem estar mais bem preparados para estudos posteriores. Ainda conforme disposto na Resolução SEE/MG nº. 753 (MINAS, 2006a) as escolas Participantes do Projeto Escolas-Referência, deveriam ministrar pelo menos dois cursos de Formação Inicial para o Trabalho (FIT).

Art. 12 As escolas integrantes do Projeto Escolas-Referência que ofereçam alternativas curriculares constantes do ANEXO I desta Resolução, deverão ministrar anualmente, no mínimo, 02 cursos de formação inicial para o trabalho na área de Informática.

§1º Os cursos da área de Informática serão selecionados pela escola a partir de relação de cursos apresentados pela Secretaria de Estado de Educação.

§2º Para cada curso selecionado, a escola indicará, no mínimo, 02 professores para participar de programa de capacitação promovido pela Secretaria.

Art. 13 Excepcionalmente, em 2006, os cursos de formação inicial para o trabalho na área de Informática poderão ser oferecidos aos alunos como atividade opcional, em horário extra-turno. (MINAS, 2006a).

Com relação à oferta do Ensino Médio noturno, a Resolução SEE/MG nº. 753 (MINAS, 2006a) estabelece, em seu sétimo artigo, que “no Ensino Médio regular noturno deverá ser previsto, obrigatoriamente, o mínimo de 480 módulos-aula de atividades complementares”. Ainda no ano de 2006 é publicada a Resolução SEE/MG nº. 833 (MINAS, 2006b), de 24 de novembro de 2006, com algumas alterações à Resolução SEE/MG nº. 753.

Art. 4º A nova organização curricular do ensino médio apresenta uma estrutura comum a todas as modalidades de ensino:

I - no 1º ano, obrigatoriedade do ensino dos Conteúdos Básicos Comuns, definidos pela Resolução SEE nº 666/2005, acrescido de uma Língua Estrangeira Moderna, conforme especificado no ANEXO II, desta Resolução;

II - no 2º ano, obrigatoriedade de ênfases curriculares em áreas de conhecimento, conforme o especificado no ANEXO III desta Resolução, com aprofundamento dos Conteúdos Básicos Comuns;

III - no 3º ano, obrigatoriedade de ênfases curriculares em áreas específicas de conhecimento, visando o aprofundamento de estudos das referidas áreas, conforme o especificado no ANEXO IV desta Resolução;

IV - no 4º ano, obrigatoriedade de ênfases curriculares em áreas específicas de conhecimento, visando ao aprofundamento de estudos das referidas áreas, conforme o especificado no ANEXO V, desta Resolução.

Parágrafo único. Será permitida, em caráter excepcional, a implantação de estrutura diferente da prevista no caput do artigo e seus incisos, desde que previamente aprovada pela SEE. (MINAS, 2006b, grifo nosso).

A partir do ano 2007 o Ensino Médio Noturno passa a ter a duração de três anos e meio, conforme a Resolução SEE/MG nº. 833 (MINAS, 2006b), que institui e regulamenta a organização curricular a ser implementada nos cursos de Ensino Médio das unidades de ensino integrantes do Projeto Escolas-Referência.

No ano de 2008 a organização curricular proposta foi estendida para todas as escolas estaduais de Minas Gerais que ofereciam o Ensino Médio, conforme Resolução SEE/MG nº. 1025 (MINAS, 2007), de 26 de dezembro de 2007, que institui e regulamenta a organização curricular a ser implementada nos cursos de Ensino Médio das unidades de ensino da rede estadual de Educação.

Art. 1º Fica instituída nova organização curricular do ensino médio, ministrado na rede estadual de ensino.

Parágrafo único. A nova organização curricular será implementada progressivamente, iniciando com os alunos matriculados no 1º ano em 2008.

Art. 2º A nova organização curricular do ensino médio atenderá de modo diversificado os alunos matriculados no ensino regular, na educação de jovens e adultos e nos projetos de aceleração de estudos conforme as alternativas constantes do anexo I, desta Resolução:

I - ensino médio regular diurno;

II - ensino médio regular noturno;

III - ensino médio na modalidade educação de jovens e adultos;

IV - ensino médio no Projeto de Aceleração de Estudos.

Art. 3º A nova organização curricular do ensino médio apresenta uma estrutura comum a todas as alternativas de ensino, observando-se a seguinte estrutura:

I - no 1º ano, obrigatoriedade do ensino dos Conteúdos Básicos Comuns (CBC), definidos pela Resolução SEE nº. 666/2005, acrescido de uma Língua Estrangeira Moderna, conforme especificado no ANEXO II desta Resolução;

II - no 2º ano, organização, por opção da escola, de ênfases curriculares em áreas de conhecimento conforme o especificado no ANEXO III desta Resolução, com aprofundamento dos Conteúdos Básicos Comuns;

III - no 3º ano do ensino médio regular, organização, por opção da escola, de ênfases curriculares visando o aprofundamento de estudos nas áreas específicas de conhecimento, conforme o especificado no ANEXO IV, desta Resolução;

IV - obrigatoriedade da inclusão no currículo do ensino médio, a partir dos 2º e 3º anos, dos componentes curriculares Filosofia e Sociologia cuja oferta se fará da seguinte forma:

a) duas aulas semanais por componente curricular;

b) somente um componente curricular por ano. (MINAS, 2007, grifo nosso).

A supracitada Resolução traz ainda outras alterações referentes ao Ensino Médio Noturno, passando de três anos e meio para três anos, a saber:

Art. 7º A carga horária diária do ensino regular noturno será de 5 (cinco) módulos de 40 (quarenta) minutos.

Parágrafo único. A carga horária do professor será de 50 (cinquenta) minutos, sendo que 10(dez) minutos serão destinados à orientação das atividades complementares dos alunos.

Art. 8º Os alunos matriculados no ensino médio regular e na educação de jovens e adultos noturno cumprirão 200 (duzentos) módulos-aula anuais, sob a forma de atividades complementares.

Art. 9º Os cursos de formação inicial para o trabalho serão ofertados em regime semestral.

Art. 10 A partir do 2º ano do ensino regular poderá ser oferecido o estudo do Espanhol para os alunos da área de Ciências Humanas, desde que a escola disponha ou possa designar pessoal habilitado. (MINAS, 2007).

Em 2008 a Resolução da SEE nº. 1.255 (MINAS, 2008a), de 19 de dezembro de 2008, altera dispositivos da Resolução da SEE/MG nº. 1025 (MINAS, 2007), de 26 de dezembro de 2007, nos seguintes aspectos: limitou o número máximo de 10 conteúdos para os 2º e 3º anos do Ensino Médio e incluiu filosofia e sociologia em todos os anos desta faixa de escolarização. O instrumento ainda acrescentou os seguintes requerimentos:

Art. 12 A partir de 2009, a escola deverá oferecer no mínimo dois cursos por ano de formação inicial para o trabalho, na área de informática, no extra-turno, para os alunos interessados.

Parágrafo único - A partir de 2009, cada professor capacitado nos cursos de informática oferecidos pela Secretaria de Estado de Educação, desde 2006, deverá formar pelo menos duas turmas de alunos na área em que foi capacitado. (MINAS, 2008a).

Nos anos de 2010 e de 2011 o Ensino Médio no Estado de Minas Gerais não teve nenhuma alteração em sua organização curricular, permanecendo em vigor a Resolução SEE nº. 1.255 (MINAS, 2008a), de 19 de dezembro de 2008.

No ano de 2012 o Ensino Médio passou a ser regulamentado pela Resolução SEE nº. 2.017 (MINAS, 2011b), de 29 de dezembro de 2011, que institui e regulamenta a organização curricular a ser implementada nos cursos de Ensino Médio das unidades de ensino da rede estadual de educação, exceto para as onze escolas pilotos do REM do município de Belo Horizonte, que tiveram sua organização estabelecida em legislação específica. De acordo com a Resolução nº. 2.017 (MINAS, 2011b), de 29 de dezembro de 2011.

Art. 3º A organização curricular do ensino médio deve apresentar uma estrutura comum a todas as alternativas de ensino, observando-se as seguintes características:

I - no 1º ano, obrigatoriedade do ensino dos Conteúdos Básicos Comuns - CBC, definidos pela Resolução SEE nº 666, de 08 de abril de 2005, acrescido de uma Língua Estrangeira Moderna, conforme especificado no ANEXO II desta Resolução;

II - no 2º ano e 3º ano, a organização, por opção da escola, conforme especificado no ANEXO III desta Resolução, garantindo-se a oferta de 10 disciplinas/componentes curriculares;

III - obrigatoriedade da oferta no currículo do ensino médio regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), em todos os anos, de pelo menos um módulo-aula semanal dos componentes curriculares Filosofia e Sociologia;

IV - obrigatoriedade da oferta no currículo do ensino médio regular, em todos os anos, de dois módulos-aula semanais da disciplina/componente curricular Educação Física, e de um módulo-aula semanal na educação de jovens e adultos (EJA);

V - obrigatoriedade da oferta no currículo do ensino médio regular, em todos os anos, de quatro módulos-aula semanais de cada disciplina/componente curricular de Língua Portuguesa e Matemática e de três módulos-aula semanais, para cada um desses componentes curriculares na educação de jovens e adultos (EJA);

VI - obrigatoriedade de inclusão no currículo do ensino médio, da disciplina/componente curricular Língua Espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa pelo aluno, no horário regular de aula, conforme estabelecido na Lei Federal nº 11.161, de 5 de agosto de 2005.

VII - na organização curricular adotar, sempre que possível, a sistemática de aula geminada. (MINAS, 2011b, art. 3º, incisos I a VII).

A partir do ano de 2012, o Ensino Médio das escolas estaduais de Minas Gerais deixam de oferecer os cursos de formação inicial para o trabalho na área de Informática. Neste mesmo ano inicia-se a implementação do Projeto Reinventando o Ensino Médio em onze escolas piloto do município de Belo Horizonte.

Diante do exposto, percebemos que o estado de Minas Gerais tem buscado alternativas em sua forma de ofertar o Ensino Médio no sentido de que essa oferta consiga atender às necessidades e particularidades locais e regionais. O período de 2006 a 2011 esteve marcado pela proposta de Formação Inicial para o Trabalho por meio dos Cursos voltados para a Tecnologia da Informática, tendo em vista a demanda sócio-temporal. De acordo com o Caderno de Orientações do Reinventando o Ensino Médio (MINAS, 2013a, p. 7), a SEE/MG, se mostrando atenta às novas exigências do mundo contemporâneo, formulou o Projeto Reinventando o Ensino Médio a ser implementado em 11 escolas pilotos no ano de 2012.

1.2 O Projeto Reinventando o Ensino Médio (REM)

De acordo com dados do Educacenso 2012, constantes no Caderno de Orientações do Projeto Reinventando o Ensino Médio (MINAS, 2013a, p. 14), a rede estadual de ensino é responsável por cerca de 87% da matrícula no Ensino Médio.

Nesse contexto, o Projeto Reinventando o Ensino Médio é proposto pela SEE/MG, no ano de 2012, na tentativa de uma ressignificação do Ensino Médio da rede estadual. Essa ressignificação consiste em uma reformulação curricular que permita associar, simultaneamente, melhores condições para o prosseguimento dos estudos e demais instrumentos favorecedores da empregabilidade aos alunos concluintes desse nível de ensino (MINAS, 2013a, p. 11). Ao propor essa reformulação curricular, o REM tem como objetivo geral, enquanto projeto

a criação de um ciclo de estudos com identidade própria, que propicie, simultaneamente, melhores condições para o prosseguimento dos estudos e mais instrumentos favorecedores da empregabilidade dos estudantes ao final de sua formação nesta

etapa de ensino. Ao se associar a políticas que contribuem para a ressignificação da escola pública em Minas Gerais, o projeto assinala a importância do acesso ao conhecimento como condição para o exercício da plena cidadania na sociedade contemporânea. (MINAS, 2013a, p. 11).

O mesmo documento aponta os seguintes objetivos específicos do referido projeto:

- Proporcionar o acesso a temáticas e abordagens que despertem o interesse dos estudantes, fazendo com que a escola venha a ser vivida como uma experiência significativa na formação da autonomia pessoal e na capacidade de inserção social.
- Destacar os novos papéis desempenhados pelo conhecimento na contemporaneidade.
- Evidenciar o lugar do estudante como sujeito do conhecimento e protagonista de sua formação, respeitados os respectivos direitos e deveres.
- Viabilizar trajetórias e percursos curriculares diferenciados, de modo a permitir aos estudantes o exercício da escolha.
- Possibilitar o enriquecimento curricular através de formação extra-escolar.
- Propiciar o uso por parte da escola de novos recursos tecnológicos na área da educação.
- Ampliar o número de matrículas no ensino médio.
- Possibilitar a elevação dos indicadores de desempenho no ensino médio.
- Elevar o nível de proficiência dos estudantes nos testes internos e externos de avaliação.
- Difundir permanentemente procedimentos pedagógicos de boas práticas no âmbito das escolas.
- **Reduzir os índices de abandono/evasão.**
- Encaminhar medidas capazes de diminuir a distorção idade/série.
- Garantir aos professores, gestores e demais profissionais da educação instâncias de formação permanente.
- Disponibilizar aos profissionais da educação instrumentos que favoreçam a preparação para lidar com as novas configurações do alunado e do perfil do conhecimento da atualidade. (MINAS, 2013a, p. 11, grifo nosso).

No ano de 2012 a implementação do Projeto ocorreu em 11 escolas da rede estadual de ensino. No ano de 2013 a implementação foi ampliada para mais 122 escolas da rede estadual de ensino conforme Resolução 2.251 (MINAS, 2013b), de 02 de janeiro de 2013 e, a partir de 2014, deverá acontecer a universalização do projeto, passando então a ser uma política pública do Sistema Mineiro de Educação. O nome do Projeto encontra-se no gerúndio indicando uma permanente construção do mesmo.

Este projeto amplia a carga horária de formação dos alunos, tanto no turno diurno como no noturno, passando de 2.500 para 3.000 horas. As 2.500 horas são compostas por disciplinas da Base Nacional Comum e as 500 horas acrescidas, por conteúdos das áreas de empregabilidade.

As disciplinas que compõem a Base Nacional Comum estão agrupadas por áreas de conhecimento, conforme Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) contidas na Resolução CEB nº. 02 (BRASIL, 2012), de 30 janeiro de 2012, a saber:

Art. 7º A organização curricular do Ensino Médio tem uma base nacional comum e uma parte diversificada que não devem constituir blocos distintos, mas um todo integrado, de modo a garantir tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade e as características locais e especificidades regionais.

Art. 8º O currículo é organizado em áreas de conhecimento, a saber:

I - Linguagens;

II - Matemática;

III - Ciências da Natureza;

IV - Ciências Humanas.

§ 1º O currículo deve contemplar as quatro áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos.

§ 2º A organização por áreas de conhecimento não dilui nem exclui componentes curriculares com especificidades e saberes próprios construídos e sistematizados, mas implica no fortalecimento das relações entre eles e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo planejamento e execução conjugados e cooperativos dos seus professores. (BRASIL, 2012a).

As 500 horas acrescidas pelo Projeto REM são compostas pelas disciplinas das Áreas de Empregabilidade oferecidas pela escola. Para os alunos do diurno essa ampliação de carga horária se efetiva com a instituição do sexto horário. De acordo com a Resolução nº. 2.251 (MINAS, 2013b), de 02 de janeiro de 2013 fica instituída a oferta de três áreas de empregabilidade³ por escola, a saber:

³ Para definição das áreas de empregabilidade a serem ofertadas, partiu-se da implementação do Projeto piloto nas 11 escolas estaduais de Ensino Médio localizadas na Regional Norte de Belo Horizonte. Uma primeira versão do projeto, discutida pela equipe da Secretaria de Educação, juntamente com representantes da Superintendência Metropolitana C, foi apresentada ao fórum de diretores das 11 escolas e foi exaustivamente discutida. Simultaneamente, foram conduzidos grupos focais junto a alunos e professores das escolas constantes do projeto, objetivando o levantamento de problemas e questões que pudessem favorecer a continuidade da construção do projeto. Cada uma das três áreas escolhidas, nas escolas do Projeto Piloto, atenderam ao requisito nuclear da ideia de

§ 1º. O projeto Reinventando o Ensino Médio, no ano de 2013, oferecerá sete áreas de empregabilidade, das quais cada escola poderá ofertar até três áreas. São elas:

- I – Comunicação Aplicada;
- II- Empreendedorismo e Gestão;
- III- Estudos avançados: Ciências;
- IV- Estudos avançados: Linguagens;
- V- Meio Ambiente e Recursos Naturais;
- VI- Tecnologia da Informação;
- VII-Turismo (MINAS GERAIS, 2013b, Art. 3º, § 1º, I-VII).

A escola deve optar por três áreas de empregabilidade a serem oferecidas de acordo com a realidade social e demanda verificada. Após a definição das áreas a serem ofertadas pela escola, esta deverá realizar o Seminário de Percurso Curricular, conforme previsto na Resolução SEE/MG nº. 2.251(MINAS, 2013d, Art. 4º), de 02 de janeiro de 2013, “no início do ano letivo, a partir do qual o aluno deverá escolher por uma área de empregabilidade.”

O projeto REM possui uma estrutura curricular mil horas anuais composta por Conteúdos de Formação Geral (Base Nacional Comum) e Conteúdos de Formação Específica (Área da Empregabilidade e Conteúdos Práticos). Os conteúdos da Base Nacional Comum somam anualmente 833 horas e 30 minutos. Os conteúdos da Área da Empregabilidade somam 100 horas anuais e os conteúdos práticos, também ligados às áreas de empregabilidade, somam 66 horas e 40 minutos conforme detalhado no Quadro 2.

Para os alunos do curso noturno nas escolas cujos módulos-aula são de 50 minutos as 500 horas ampliadas devem ser organizadas sob a forma de projeto, sendo 300 horas para os Conteúdos Interdisciplinares Aplicados, relacionados aos Conteúdos Básicos Comuns, e 200 horas destinadas para os Conteúdos Práticos nas áreas da empregabilidade, conforme Quadro 3.

As escolas que oferecem o Ensino Médio noturno podem optar por oferecer módulos de 40 ou 50 minutos, conforme o art. 6º da Resolução SEE/MG nº. 2.251 (MINAS GERAIS, 2013b), de 02 de janeiro de 2013.

empregabilidade, a saber, a possibilidade de ocupação de postos de trabalho múltiplos e inespecíficos. Em vista deste objetivo, foram construídas as estruturas curriculares das áreas (MINAS, 2013b, p. 18).

ART. 6º A carga horária diária do ensino regular noturno será de 5 (cinco) módulos de 40 (quarenta) minutos ou de 50 (cinquenta) minutos, conforme aprovação da comunidade escolar.

§ 1º. Nas escolas que optarem pelo módulo-aula de 40 (quarenta) minutos, os alunos cumprirão 166 horas e 40 minutos (equivalentes a 200 módulos-aula), sob a forma de atividades complementares. (MINAS, 2013b).

Quadro 2: Estrutura Curricular do Projeto Reinventando o Ensino Médio - Turno Diurno – Módulo/aula de 50 minutos

		1º ANO (a partir de 2013)			2º ANO (a partir de 2014)			3º ANO (a partir de 2015)		
		Módulos-aula		CH Anual	Módulos-aula		CH Anual	Módulos-aula		CH Anual
		Semanais	Anuais		semanais	Anuais		Semanais	anuais	
FORMAÇÃO GERAL	Conteúdos Básicos Comuns	25	1.000	833:20	25	1.000	833:20	25	1.000	833:20
	Conteúdos das Áreas da Empregabilidade	3	120	100:00	3	120	100:00	3	120	100:00
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	Conteúdos Práticos	2	80	66:40	2	80	66:40	2	80	66:40
TOTAL DIURNO		30	1.200	1.000	30	1.200	1.000	30	1.200	1.000

Fonte: Elaboração própria com base no Anexo II da Resolução SEE/MG nº. 2251 (MINAS, 2013b).

Em escolas cujo módulo-aula é de 40 minutos, os alunos deverão cumprir 166 horas e 40 minutos de atividades complementares. Essa complementação refere-se aos Conteúdos da Base Nacional Comum, para que não haja prejuízo quanto à carga horária. Para estes, ficam ainda a complementar mais 166 horas e 40 minutos de Carga Horária referente aos conteúdos das áreas de empregabilidade, sob a forma de projetos conforme podemos constatar no Quadro 4.

Quadro 3: Estrutura Curricular do Projeto Reinventando o Ensino Médio - Noturno - Módulo/Aula 50 Minutos

		1º ANO (a partir de 2013)			2º ANO (a partir de 2014)			3º ANO (a partir de 2015)		
		Módulos-Aula		CH Anual	Módulos-Aula		CH Anual	Módulos-Aula		CH Anual
		semanais	Anuais		semanais	Anuais		semanais	Anuais	
FORMAÇÃO GERAL	Conteúdos Básicos Comuns	22	880	733:20	22	880	733:20	22	880	733:20
	Cont. Interdisciplinares Aplicados*	-	-	100:00	-	-	100:00	-	-	100:00
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	Conteúdos das Áreas da Empregabilidade	3	120	100:00	3	120	100:00	3	120	100:00
	Conteúdos Práticos	-	-	66:40	-	-	66:40	-	-	66:40
TOTAL NOTURNO		30	1.200	1.000	30	1.200	1.000	30	1.200	1.000

Fonte: Elaboração própria com base no Anexo II da Resolução SEE/MG nº. 2251. (MINAS, 2013b).

Quadro 4: Estrutura Curricular do Projeto Reinventando o Ensino Médio - Módulo/Aula de 40 Minutos

			1º ANO (a partir de 2013)			2º ANO (a partir de 2014)			3º ANO (a partir de 2015)		
			Módulos-aula		CH anual	Módulos-aula		CH Anual	Módulos-aula		CH Anual
			semanais	Anuais		semanais	Anuais		Semanais	anuais	
NOTURNO	FORMAÇÃO GERAL	Cont. Básicos Comuns	22	880	586:40	22	880	586:40	22	880	586:40
		Cont. Interdisciplinares Aplica-Dos*	-	-	100:00	-	-	100:00	-	-	100:00
	FORMAÇÃO ESPECÍFICA	Cont. das Áreas da Empre-gabilida-de	3	120	80:00	3	120	80:00	3	120	80:00
		Conteú-dos Práticos	-	-	66:40	-	-	66:40	-	-	66:40
ATIVIDADES COMPLEMEN-TARES			-	-	166:40	-	-	166:40	-	-	166:40
TOTAL NOTURNO			30	1.200	1.000	30	1.200	1.000	30	1.200	1.000

Fonte: Elaboração própria com base no Art. 3º da Resolução SEE/MG nº. 2251 (MINAS, 2013b).

O projeto Reinventando o Ensino Médio está baseado em três princípios: significação/identidade, empregabilidade e qualificação acadêmica.

[...] por significação/identidade entende-se a oferta de um conjunto de recursos simbólicos capazes de favorecer a inserção no mundo e a compreensão dos processos sociais. Por empregabilidade entende-se como a oferta de uma formação que possibilite ao aluno maiores condições de inserção no mundo do trabalho e a qualificação acadêmica indica a garantia de formação que possibilite o prosseguimento nos estudos aos alunos que assim desejaram. (MINAS, 2013a, p. 7).

No ano de 2012 o projeto Reinventando o Ensino Médio foi implementado em onze escolas de Ensino Médio da rede estadual de ensino da Regional Norte de Belo Horizonte conforme Resolução SEE/MG nº. 2.030 (MINAS, 2012a), de 25 de janeiro de 2012. As onze escolas selecionadas para implementação do Projeto Piloto são escolas que oferecem o Ensino Médio e possuem maior número de alunos matriculados nesse nível de ensino.

A partir de 2013 o Projeto Reinventando o Ensino Médio foi implementado em mais 122 escolas de Ensino Médio de todas as Superintendências Regionais de Ensino da SEE/MG. Conforme a Resolução SEE/MG nº. 2.251 (MINAS, 2013b), de 02 de janeiro de 2013, que “dispõe sobre a implantação do projeto Reinventando o Ensino Médio que institui e regulamenta a organização curricular a ser gradativamente implantada nos cursos de **Ensino Médio regular da rede estadual de ensino de Minas Gerais**” (MINAS, 2013b, caput, grifo nosso), o REM deveria ser implementado no Ensino Médio regular. Nota-se, portanto, que o Projeto é específico para o Ensino Médio Regular diurno e noturno, não estando contemplado no mesmo a modalidade EJA, como feito na reforma anterior, no período das Escolas-Referências.

Na Superintendência Regional de Ensino de Carangola, duas escolas estão implementando o Projeto Reinventando o Ensino Médio no ano de 2013. Essas escolas foram selecionadas pela SEE/MG tendo como critério: escola situada na sede onde está localizada a SRE/Carangola que oferece o Ensino Médio com maior número de alunos e escola localizada no município com maior número de habitantes, também pertencente à SRE/Carangola que oferece o Ensino Médio com maior número de alunos. Foram selecionadas, portanto, uma escola no município de Carangola e outra no município de Espera Feliz. Embora essas escolas estejam

localizadas em municípios distintos possuem perfis bem próximos em relação à sua estrutura e funcionamento.

Com o objetivo de orientar e acompanhar a implementação deste projeto a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais criou duas equipes: uma em nível estadual e outra regional. Essas equipes foram denominadas NAPEM Central e Regional. A equipe NAPEM Central é composta por dois analistas responsáveis por uma ou duas Superintendências Regionais de Ensino e o NAPEM Regional de Carangola é composto por outros dois analistas que são acompanhados pelas duas inspetoras escolares responsáveis pelas respectivas escolas. Na escola, além do Gestor, o Projeto é coordenado por um vice-diretor, conforme Resolução SEE/MG nº. 2.251 (MINAS, 2013b, art. 3º), de 02 de janeiro de 2013, que institui que a “organização curricular do Projeto Reinventando o Ensino Médio deve ser acompanhada, em cada escola, por um coordenador com funções e atribuições que serão estabelecidas em Resolução Própria”.

1.3 A Superintendência Regional de Ensino de Carangola

A Superintendência Regional de Ensino de Carangola está situada na cidade de Carangola, no estado de Minas Gerais, no Pólo Regional Mata e faz parte da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais juntamente com mais 46 Superintendências distribuídas por todo o Estado. Esta Superintendência abrange 11 municípios localizados na região da Zona da Mata mineira e atende a um total de 33 escolas estaduais, 137 escolas municipais e 18 escolas particulares conforme dados do SIMADE.

De acordo com o *site* da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais as Superintendências Regionais de Ensino

têm por finalidade exercer, em nível regional, as ações de supervisão técnica, orientação normativa, cooperação e de articulação e integração Estado e Município em consonância com as diretrizes e políticas educacionais, competindo-lhes:

I - promover a coordenação e implantação da política educacional do Estado no âmbito de sua jurisdição;

- II - orientar as comunidades escolares e prefeituras municipais na elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos educacionais;
- III - promover o desenvolvimento de recursos humanos em consonância com as diretrizes e políticas educacionais do Estado;
- IV - coordenar os processos de organização do atendimento escolar e de apoio ao aluno;
- V - propor a celebração e acompanhar a execução de convênios e contratos e termos de compromisso;
- VI - aplicar as normas de administração de pessoal, garantindo o seu cumprimento na respectiva jurisdição;
- VII - planejar e coordenar as ações administrativas e financeiras necessárias ao desempenho das suas atividades;
- VIII - coordenar o funcionamento da Inspeção Escolar no âmbito da sua jurisdição;
- IX - coordenar e promover a produção de dados e informações educacionais na sua jurisdição;
- X - exercer outras atividades correlatas. (MINAS, 2008b).

A superintendência, através de seus profissionais, recebe da Secretaria de Estado de Educação as normatizações, capacitações e orientações referentes às políticas a serem implementadas. No caso específico do REM foram contratados dois analistas que compõem o NAPEM Regional para monitorarem a sua implementação.

Dessa forma a SRE/Carangola é responsável por promover e coordenar a implementação do REM em suas duas escolas no ano de 2013, bem como pelo processo de universalização do projeto nas demais escolas ano 2014, e para isso conta com suas equipe de trabalho já constituída. Além dos Analistas e Técnicos Educacionais, os Inspetores Escolares também fazem parte do quadro de profissionais que compõem a SRE-Carangola. Atualmente são em número de sete, aos quais são atribuídos setores compostos por um grupo de escolas.

1.4 O Inspetor Escolar

Diante das políticas educacionais propostas, percebe-se que o Estado de Minas Gerais vive hoje um momento educacional voltado para a melhoria da qualidade do ensino, redução da evasão e correção do fluxo escolar. Diante dos atuais desafios, faz-se necessário que o Inspetor Escolar seja um gestor cujas

estratégias de trabalho estejam fundamentadas nas concepções e nos princípios da gestão participativa.

O serviço de Inspeção escolar é realizado por Analistas da Educação/Inspetores Escolares e constitui uma forma pela qual a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais assegura a comunicação entre os órgãos centrais, os regionais e as unidades de ensino. Ainda conforme art. 3º da Resolução da SEE/MG nº. 457 (MINAS, 2009), de 30 de setembro de 2009, que dispõe sobre a Inspeção Escolar na Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais o Inspetor Escolar tem um papel de interlocutor no sistema educacional.

Art. 3º A Inspeção é o processo pelo qual a administração do ensino assegura a comunicação entre os órgãos centrais, os regionais e as unidades de ensino, tendo em vista a melhoria da educação, mediante:

- I - verificação e avaliação das instituições escolares, quanto à observância das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis;
- II - monitoramento, correção e realimentação das ações dessas instituições;
- III - registro dos referidos atos em relatórios circunstanciados e conclusivos. (MINAS, 2009).

Assim sendo, cabe ao Inspetor Escolar verificar, avaliar, auxiliar, orientar e monitorar as escolas sob sua responsabilidade na implementação do Projeto Reinventando o Ensino Médio. Nesse sentido, a ele cabe a função de auxiliar o gestor escolar na observância e cumprimento das normas legais, verificar o cumprimento das normatizações e orientações provenientes da SEE/MG e acompanhar as ações desenvolvidas pela equipe NAPEM Central e Regional quando em suas visitas à escola.

O trabalho dos inspetores escolares é realizado através de visitas *in loco*, emissão de Ofícios contendo Orientações e Pareceres, Relatórios circunstanciados e conclusivos aos gestores das unidades escolares e órgãos centrais. Para que tal trabalho seja realizado, faz-se necessário que as informações, orientações e normatizações sobre o Projeto cheguem em tempo hábil para que o Inspetor Escolar tenha condições de se apropriar da proposta e assim ser esse agente nas escolas que inspeciona. No entanto, as duas Inspetoras Escolares responsáveis pelas escolas onde o REM está sendo implementado no ano 2013 participaram de um encontro de formação somente em maio do referido ano, quando suas escolas já se encontravam em plena implementação e vivência do projeto.

1.5 O Diretor Pedagógico, o Gerente CBC/REM e o Núcleo de Apoio Pedagógico ao Ensino Médio

Para que a implementação de uma Proposta se efetive de forma positiva, dentre outros aspectos, faz-se necessário que os atores envolvidos no processo de implementação da mesma, primeiramente, a conheçam de forma minuciosa. No caso do REM é necessário que se conheça o projeto, seus objetivos, suas diretrizes e embasamento legal. Para que isso aconteça é imprescindível que os envolvidos no processo de implementação, desde à SRE até à escola, tenham acesso às informações, orientações e normatizações que regulamentem esse Projeto.

Na SRE/Carangola o Diretor I, da Diretoria Educacional, é responsável pela Coordenação do trabalho desenvolvido pelos analistas, inclusive pelo NAPEM Regional. Pertence a essa Diretoria o Gerente do Programa de Intervenção Pedagógica (PIP)/Currículo Básico Comum (CBC) cuja função está relacionada ao acompanhamento das ações realizadas pelos analistas do PIP/CBC e NAPEM Regional.

O NAPEM Regional é composto por dois analistas que foram contratados a partir de uma seleção feita dos candidatos inscritos para tal função na própria SRE/Carangola. Essa contratação só ocorreu em março de 2013, sendo que as escolas já haviam iniciado suas atividades em fevereiro.

Conforme documento⁴ enviado pela SEE/MG à SRE/Carangola cabe ao NAPEM Regional:

- Orientar e acompanhar a implementação do REM nas escolas e SRE; Ser o interlocutor e articulador da comunicação entre as escolas e o Órgão Central; Realizar visitas sistemáticas de acompanhamento nas escolas; Monitorar a utilização do laboratório de informática; Auxiliar na identificação dos problemas e propor soluções para as escolas;
- Orientar a escola na escolha do Coordenador do REM e dos professores das áreas da empregabilidade; Orientar a escola para a realização do Seminário de Percurso Curricular e Elaborar e encaminhar relatórios de trabalho relacionados às visitas. (Documento de Circulação Interna, Maio/2013).

⁴ Documento de circulação interna enviado pela SEE/MG à SRE/Carangola, em formato de documento Power Point, para orientação do NAPEM.

No ano de 2012, a SEE/MG realizou a capacitação de professores para as áreas de empregabilidade e dos Diretores das respectivas escolas onde o Projeto seria implementado. Nessa capacitação não houve participação de nenhum membro da SRE-Carangola. Foi solicitada às escolas a seleção dos professores com o seguinte perfil: ser efetivo ou efetivado com interesse em trabalhar os conteúdos das áreas de empregabilidade. Não sendo possível atender a esse perfil, a escola poderia indicar professores designados para participarem da capacitação. No entanto, a Resolução SEE/MG nº. 2.253 (MINAS, 2013d), de 9 de janeiro de 2013, que estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica, não contemplou nenhuma referência a respeito da garantia de que os profissionais que foram capacitados assumissem os conteúdos das áreas de empregabilidade nas escolas implementadoras do REM. Assim sendo, nem todos professores que participaram da capacitação assumiram os conteúdos das áreas de empregabilidade. Isso gerou uma grande dificuldade na escola, no sentido de organização do corpo docente para atuar com o REM. Os Professores que foram capacitados no ano de 2012 ou não puderam assumir as aulas das áreas de empregabilidade por questões de incompatibilidade de horários, como na escola “B”, ou não quiseram, como constatamos na escola “A”, ao se depararem com a realidade dos conteúdos a serem ministrados por eles sem estarem capacitados para tal função.

1.6 Os Coordenadores do Projeto Reinventando o Ensino Médio

Tendo em vista a grande demanda de trabalho já existente nas escolas e o surgimento das necessidades decorrentes da implantação das áreas de empregabilidade, viu-se a necessidade de responsabilizar um profissional específico para coordenar, orientar e viabilizar as ações do REM em cada escola (MINAS, 2013a, p. 21). O Coordenador é responsável por acompanhar, orientar e viabilizar as ações do REM na escola onde atua. As atribuições do coordenador estão determinadas no art. 2º da Resolução da SEE/MG nº 2.252 (MINAS, 2013c), de 01 de janeiro de 2013, a saber:

- I - participar do planejamento e implementação do Projeto na escola em que atua, tendo em vista o projeto político-pedagógico;
- II - coordenar a articulação da formação específica com a formação geral;
- III - apresentar o Projeto aos alunos e comunidade;
- IV - Organizar o Seminário de Percurso Curricular na escola;
- V - acompanhar os alunos quanto aos percursos curriculares;
- VI - apoiar, acompanhar e avaliar as atividades dos orientadores das áreas de empregabilidade;
- VII - atuar como agente mediador e dinamizador do Projeto, identificando oportunidades de interação com a comunidade;
- VIII - monitorar, avaliar e identificar necessidades de intervenção para melhoria na implementação do Projeto;
- IX - participar da adequação curricular nos casos de transferência;
- X - levar à Direção da escola as demandas necessárias ao pleno funcionamento do Projeto;
- XI - prestar informações sobre o Projeto de maneira tempestiva à direção da escola, Superintendência Regional de Ensino e Secretaria de Estado de Educação;
- XII - Reportar-se à direção da escola sobre o andamento do Projeto;
- XIII - atender às demandas apresentadas pela Secretaria de Estado de Educação relativas ao Projeto. (MINAS, 2013c, art. 2º, I a XIII).

Apresentamos a estrutura do projeto e os responsáveis por sua implementação. No entanto, de acordo com Bowe e Ball (1992) apud MAINARDES, (2006, p. 53), “o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original”. É no contexto da escola que a implementação se efetiva e essa implementação far-se-á de acordo com as particularidades e realidades de cada escola que se apresentam a seguir.

1.7 Como as escolas implementam o Projeto Reinventando o Ensino Médio

A partir do ano de 2013 ocorre, portanto, a expansão do Projeto Reinventando o Ensino Médio em Minas Gerais. A implementação do REM é realizada em mais 122 escolas selecionadas pela SEE/MG conforme Resolução nº. 2.251(MINAS, 2013b), de 02 de janeiro de 2013.

§ 1º A presente organização será implantada em 2013 em 122 escolas de ensino médio de todas as Superintendências Regionais de Ensino da SEE, relacionadas no ANEXO I desta Resolução.

§ 2º A organização curricular será implantada, gradativamente, iniciando-se com os alunos matriculados no 1º ano. (MINAS, 2013b, art. 1º, §1º e §2º).

Na SRE/Carangola, duas escolas foram selecionadas para a implementação do REM. Conforme já informado anteriormente, estão localizadas em municípios distintos e apresentam perfis aproximados quanto ao número de alunos matriculados, quanto ao número de servidores e localização da escola no município. No entanto, quanto à infraestrutura, são bem diferenciadas. A escola “A” encontra-se em melhor condição quanto à infraestrutura, conservação dos bens e equipamentos.

1.7.1 A implementação do REM na escola “A”

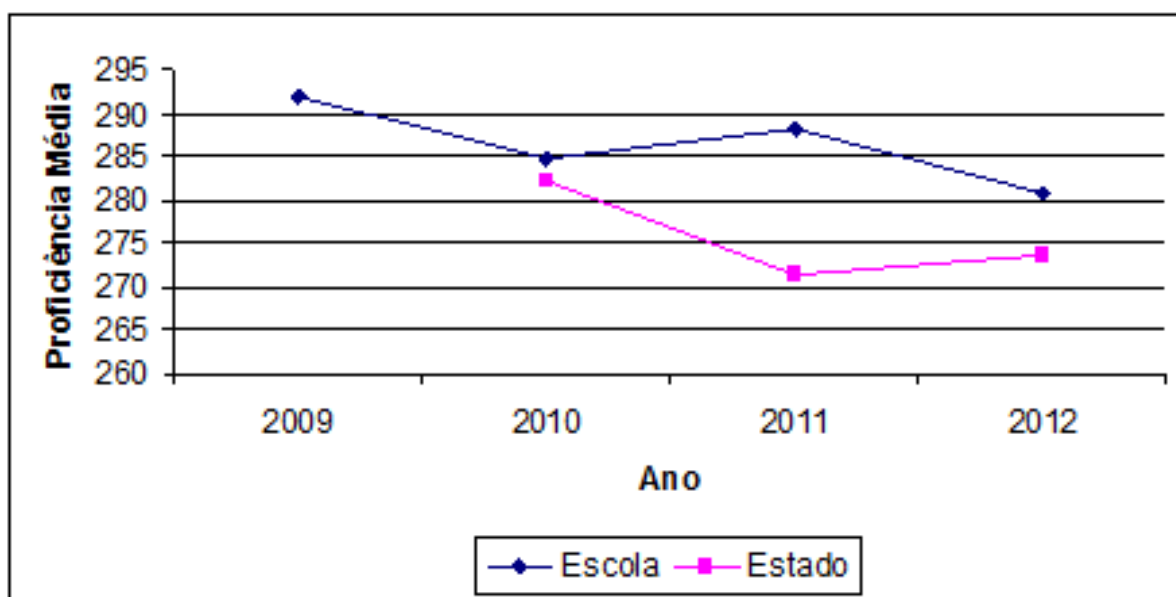
A Escola “A”⁵ é uma das 122 escolas selecionadas no Estado de Minas para a fase de expansão do REM, no ano de 2013, e uma das duas selecionadas na SRE/Carangola. Encontra-se localizada no município de Carangola, na zona urbana, e oferece os anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, tanto na modalidade regular quanto na EJA. Está sob a direção do mesmo Gestor há dez anos e é gerenciada por um diretor e três vices-diretores, um coordenador do REM e mais 134 servidores. Esta escola conta ainda com um segundo endereço localizado na zona rural do município. Para atendimento ao segundo endereço é feito um rodízio entre os vices-diretores.

A Escola “A” fez parte do Projeto Escola Referência do Estado buscando desenvolver projetos importantes na comunidade carangolense. A Escola oferece atualmente o Projeto Educação em Tempo Integral (PROETI) e o Aprofundamento de Estudos e Programa Afetivo Sexual (PEAS). Atende a 1.236 alunos em seu total e possui na sede 411 alunos matriculados no Ensino Médio, sendo 167 alunos matriculados no 1º ano no REM. No segundo endereço atende apenas 09 alunos no 1º ano do Ensino Médio (REM).

⁵ As informações e dados referentes à escola “A” e “B” foram adquiridas nos arquivos da SRE/Carangola, bem como através do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE).

Ainda com todo empenho na realização de Projetos, participação em Programas promovidos pela SEE/MG e atividades de iniciativa própria do corpo docente, há muito que se fazer em relação à melhoria do nível de rendimento dos alunos que concluem o Ensino Médio, haja vista os resultados das avaliações do PROEB conforme indica os gráficos 2 e 3.

Gráfico 2: Proficiência Média em Língua Portuguesa dos alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola “A” - 2009-2012.



Nota: O Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb) tem por objetivo avaliar as escolas da rede pública, no que concerne às habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática. Não se trata, portanto, de avaliar individualmente o aluno, o professor ou o especialista. O Proeb avalia alunos que se encontram no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio (CENTRO, [2013?]).

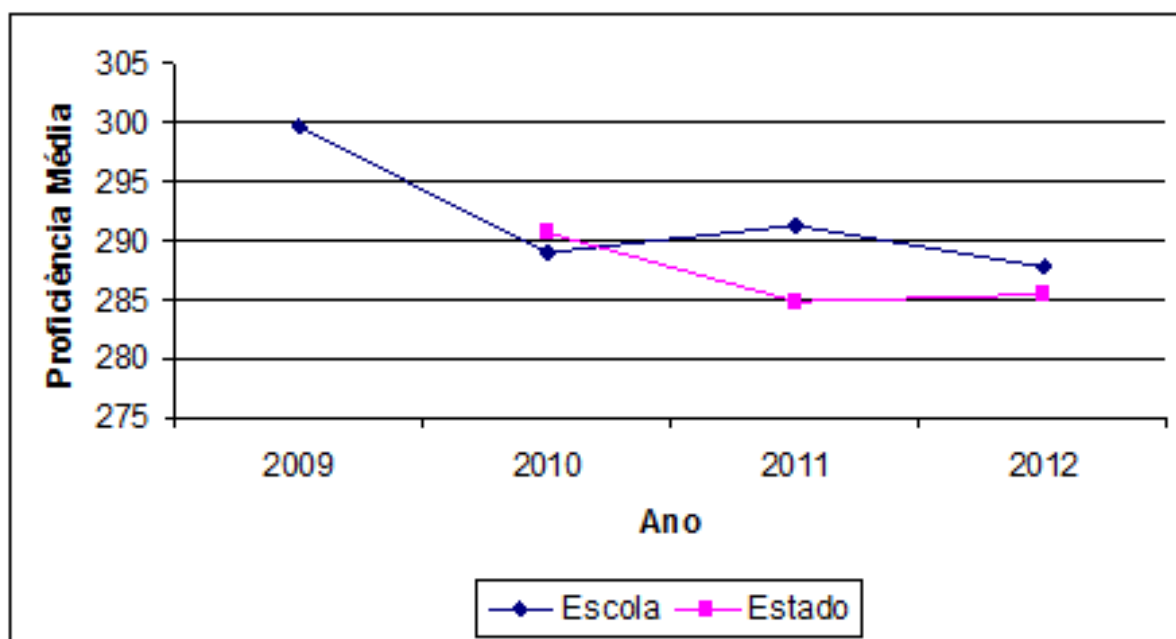
Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em (CENTRO, [2013?]).

Conforme o gráfico 2 no ano de 2009 os alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola “A” obtiveram a proficiência média em Língua Portuguesa de 293, ocorrendo uma queda para 285 no ano de 2010. No ano de 2011 constatamos uma melhora para 290 e no ano de 2012 novamente uma queda obtendo a proficiência média de 280. Constatamos também que a proficiência média da escola, ainda que não esteja no nível recomendável apresenta-se acima da média estadual.

No gráfico 3 encontram-se as informações sobre o nível de proficiência dos alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola “A” em Matemática nos anos de 2009 a 2012. De acordo com o gráfico 3 no ano de 2009 os alunos do 3º ano do Ensino

Médio da Escola “A” obtiveram a proficiência média em Matemática de 300, ocorrendo uma queda para 289 no ano de 2010. No ano de 2011 constatamos uma melhora obtendo proficiência média de 292 e no ano de 2012 novamente uma queda uma proficiência média de 288. Constatamos também que a proficiência média da escola, ainda que não esteja no nível recomendável apresenta-se acima da média estadual exceto no ano de 2010.

Gráfico 3: Proficiência Média em Matemática dos alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola “A” - 2009-2012.



Fonte: Elaboração própria com base em (CENTRO, [2013?]).

Com base nos dados apontados pelos Gráficos 2 e 3, constatamos que os alunos do 3º ano do Ensino Médio da escola “A”, embora tenham alcançado média de proficiência um pouco superior à média estadual, no período de 2009 a 2012, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática, ainda não alcançaram o nível recomendável. Para que isso acontecesse seria necessário estarem com média de proficiência acima da proficiência 300.

A Escola “A” oferece o Ensino Médio noturno e diurno, ambos com módulos/aula de 50 minutos e optou pela oferta das seguintes Áreas de Empregabilidade: Comunicação Aplicada, Empreendedorismo e Gestão e Turismo. Na sede do município, a escola oferece no turno matutino as Áreas de Empregabilidade: Empreendedorismo e Gestão, Comunicação Aplicada e Turismo.

No turno noturno oferece a Área de Empregabilidade de Empreendedorismo e Gestão. No segundo endereço a escola oferece a Área de Empregabilidade de Turismo. Para melhor entendimento apresentamos um quadro resumo dessas informações constantes no quadro 5 assim como o número de alunos matriculados no início e no final do ano nas respectivas turmas.

Quadro 5: Número de Alunos do 1º ano do Ensino Médio por Área de Empregabilidade da Escola “A”- Sede e 2º Endereço.

Áreas de Empregabilidade	Turno Diurno		Turno Noturno		Turno/Diurno 2º Endereço	
	Matrícula Inicial	Matrícula Atual	Matrícula Inicial	Matrícula Atual	Matrícula Inicial	Matrícula Atual
Comunicação Aplicada	39	33	--		-	-
Empreendedorismo e Gestão	83	70	64	33	-	-
Turismo	35	28	-		10	09
Total de Alunos	157	131	64	33	10	09

Nota: Os dados utilizados foram adquiridos através do Serviço de Documentação e Informação Educacionais (SEDINE). SEDINE é um setor da SRE/Carangola que trabalha com os dados do SIMADE. A Matrícula atual refere-se ao mês de novembro/2013.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIMADE (2013).

Conforme demonstrado no quadro 5 constatamos um índice de 16,5% de evasão no turno diurno na sede da escola e 10% no 2º endereço. Constatamos ainda um índice de aproximadamente 48% de evasão no turno noturno. São taxas a serem analisadas com muito cuidado e atenção já que um dos objetivos do REM é a redução do índice de evasão escolar no Ensino Médio.

Conforme já mencionado, a escola “A” optou pelas três áreas de empregabilidade e, de acordo com o Ofício Circular⁶ da SEE/MG/DGDC/CRH nº. 03, de 31 de janeiro de 2013.

As disciplinas serão ministradas por servidores da escola, efetivos ou efetivados, detentores de curso de licenciatura plena ou de Pedagogia que participaram do curso de capacitação oferecido no

⁶ Documento de circulação interna enviado pela SEE/MG à SRE/Carangola. (Ofício Circular SEE/MG/DGDC/CRH nº. 03, de 31 de janeiro de 2013)

Centro de Formação Experimental Digital-Plug Minas. (Ofício Circular SEE/MG/DGDC/CRH nº. 03, de 31 de janeiro de 2013)

Ocorre que até a data de início das aulas esse curso não havia acontecido. Portanto, assumiram as aulas dos conteúdos das áreas de empregabilidade professores efetivos que assim desejaram e também designados como podemos observar no quadro 6. Na Escola “A” na área de Comunicação Aplicada dois professores efetivos assumiram as aulas dos conteúdos da referida área.

Quadro 6: Conteúdos da Área de Empregabilidade Comunicação Aplicada Turno Diurno da Escola “A” com distribuição de professores efetivos/efetivados.

Plano da Escola A com distribuição de professores efetivos/atividades:						
				Módulos/aula Semanais	Professor Efetivo	Professor Designado
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	COMUNICAÇÃO APLICADA	Conteúdos da Área	Comunicação e Sociabilidade	2	1	-
			Redes Comunicativas	1	1	-
		Conteúdos Práticos	Comunicação na Prática: Identificação de Territórios	2	-	-
		Subtotal			5	2

Fonte: Elaboração própria com base nos dados adquiridos através do Quadro de Pessoal da Escola.

Os dados do quadro 7 indicam que os conteúdos da área de empregabilidade de Turismo da Escola “A” foram ministrados por um único professor efetivo e um professor designado.

Da mesma forma que na área de empregabilidade de Turismo, na área de empregabilidade de Empreendedorismo e Gestão, os conteúdos são ministrados por um professor efetivo e um professor designado, conforme demonstrado no quadro 8.

Os dados referentes ao número de professores efetivos e designados que atuaram nas áreas de empregabilidade tornam-se relevantes nesta análise, pois o fato de professores designados assumirem tais conteúdos pode representar um entrave quando não é garantida a sua estabilidade e continuidade do processo pedagógico.

Quadro 7: Conteúdos da Área de Empregabilidade Turismo Turno Diurno da Escola “A” com distribuição de professores efetivos/efetivados.

				Módulos/aula Semanais	Professor Efetivo	Professor Designado
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	TURISMO	Conteúdos da Área	Turismo: fundamentos históricos e culturais	1	-	1
			Meio Ambiente e turismo: espaço, paisagem e território	1	1*	-
			Atratividade Turística: valores culturais e paisagísticos	1	1*	-
		Conteúdos Práticos	Impactos do Turismo	2	-	-
Subtotal				5	1	1

* O mesmo professor ministra as aulas desses conteúdos.

Fonte: Elaboração própria com base nos adquiridos através do Quadro de Pessoal da Escola.

Quadro 8: Conteúdos da Área de Empregabilidade Empreendedorismo e Gestão do Turno Noturno da Escola “A” com distribuição de professores efetivos/efetivados.

Plano de Ensino da Disciplina: PL-001 - Empreendedorismo do Profissional de Recursos Humanos						
				Módulos/aula Semanais	Professor Efetivo	Professor Designado
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	EMPREENDEDORISMO E GESTÃO	Conteúdos Da Área	Fundamentos da Gestão Planejamento Estratégico	2	1	-
			Ambiente Empresarial	1	-	1
		Conteúdos* Práticos	Empreendedorismo	-	-	-
Subtotal				3	1	1

* Nota: Os conteúdos Práticos são ministrados em forma de projetos pelo coordenador do REM na Escola “A”, de acordo com o § 2º da Resolução 2.251 “No turno noturno, 500 horas devem ser organizadas sob a forma de projeto, sendo destinadas 300 horas para os Conteúdos Interdisciplinares Aplicados, relacionados aos Conteúdos Básicos Comuns e 200 horas destinadas para os Conteúdos Práticos nas áreas de empregabilidade” (MINAS, 2013b).

Fonte: Fonte: Elaboração própria com base nos adquiridos através do Quadro de Pessoal da Escola.

A seguir apresentaremos como a Escola “B” implementou o REM em seu primeiro ano durante o ano de 2013.

1.7.2 A implementação do REM na escola “B”

A Escola “B”⁷ também é uma das 122 escolas selecionadas no Estado de Minas para a fase de expansão do REM, no ano de 2013, e a outra selecionada na SRE/Carangola. Encontra-se localizada no município de Espera Feliz, zona urbana, onde oferece os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, tanto na modalidade regular quanto na EJA. Está sob a Direção de um diretor e três vices-diretores, um coordenador do REM e mais 132 servidores. Esta escola conta ainda com um segundo endereço localizado na zona rural do município. Para atendimento ao segundo endereço é feito um rodízio entre os vices-diretores.

A Escola “B” oferece ainda PROETI e PEAS conta com 1.401 alunos em seu total e com 610 alunos matriculados no Ensino Médio, sendo assim distribuída a matrícula no 1º ano do Ensino Médio no Projeto Reinventando o Ensino Médio na sede: 76 alunos no turno da manhã, 33 alunos no turno da tarde e 105 alunos no noturno. No segundo endereço possui 19 alunos matriculados no 1º ano do Ensino Médio (REM) no turno da manhã, totalizando 333 alunos matriculados no 1º ano do Ensino Médio.

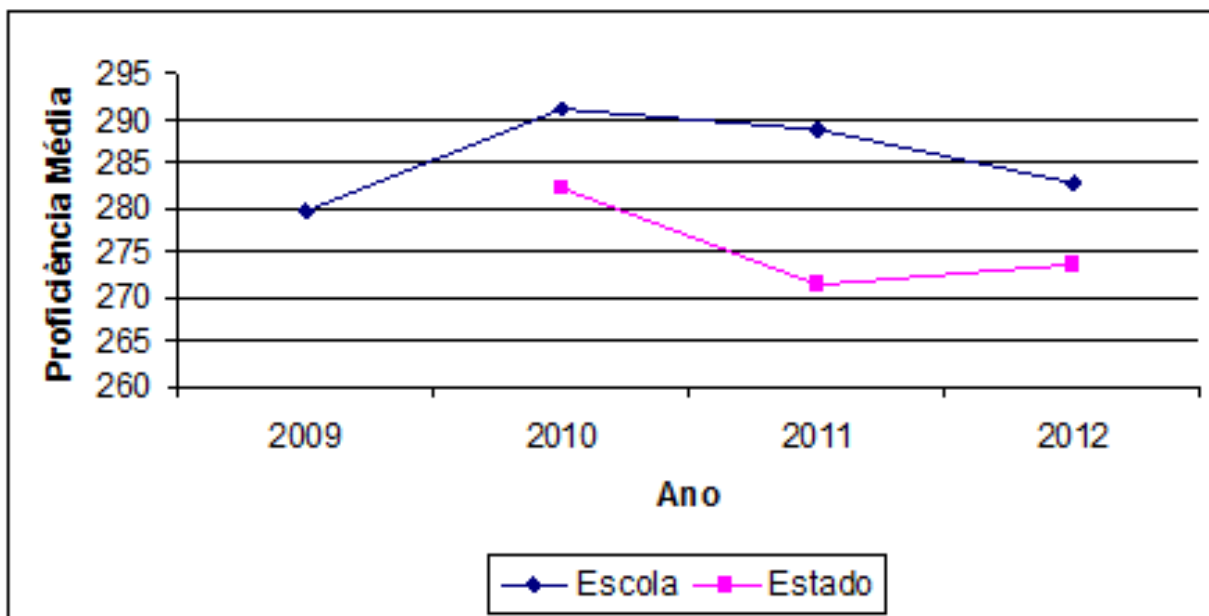
Conforme o gráfico 4 no ano de 2009 os alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola “B” obtiveram a proficiência média em Língua Portuguesa de 280, ocorrendo um aumento significativo ano de 2010 obtendo a proficiência média de 291. No ano de 2011 constatamos uma queda passando à proficiência média de 289 e no ano de 2012 novamente uma queda obtendo a proficiência média de 282. Constatamos também que a proficiência média da escola, ainda que não esteja no nível recomendável apresenta-se acima da média estadual.

De acordo com o gráfico 5 no ano de 2009 os alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola “B” obtiveram a proficiência média de 270 em Matemática ocorrendo um aumento significativo passando à uma proficiência média de 300 no ano de 2010. No ano de 2011 constatamos uma queda para 290 e no ano de 2012 manteve a proficiência média de 290. Constatamos também que a proficiência média

⁷ As informações e dados referentes à escola “A” e “B” foram adquiridas nos arquivos da SRE/Carangola, bem como através do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE).

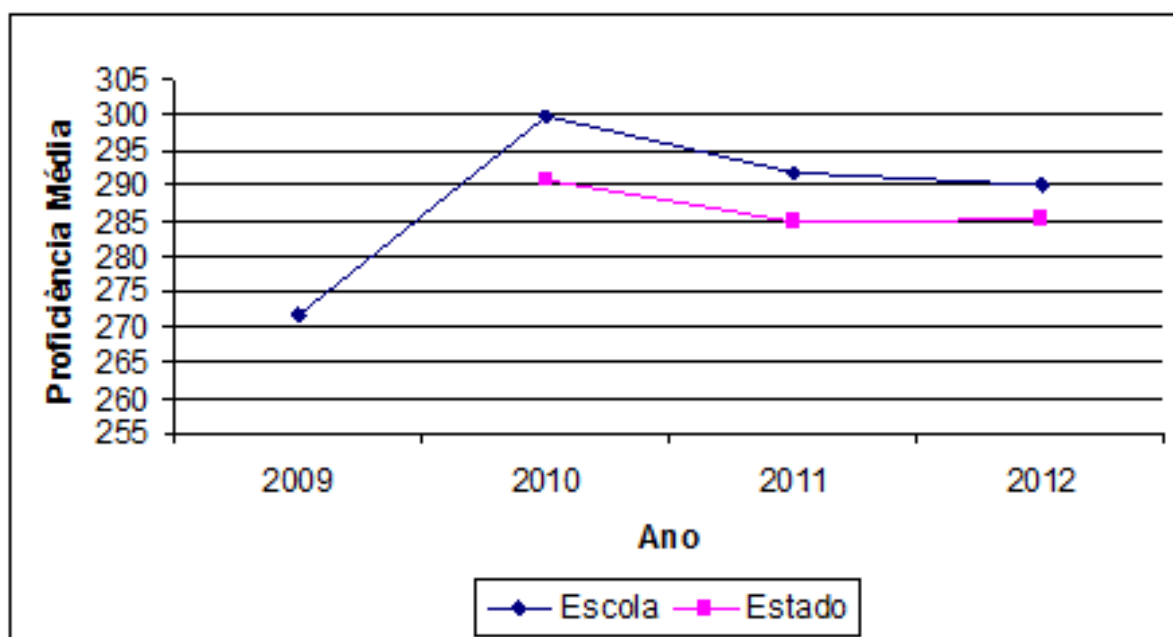
da escola, ainda que não esteja no nível recomendável apresenta-se acima da média estadual exceto no ano de 2010.

Gráfico 4: Proficiência Média em Língua Portuguesa dos alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola “B” - 2009-2012



Fonte: Elaboração própria com base em CENTRO. ([2013?]).

Gráfico 5: Proficiência Média em Matemática dos alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola “B” - 2009-2012



Fonte: Elaboração própria com base em CENTRO, ([2013?]).

Da mesma forma que na escola “A” constatamos, através dos resultados representados nos Gráficos 4 e 5, que os alunos do 3º ano do Ensino Médio da escola “B”, embora tenham alcançado média de proficiência um pouco superior à média estadual, no período de 2006 a 2012, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática, não alcançaram o nível recomendável que seria acima da proficiência 300.

A Escola “B” oferece o Ensino Médio noturno e diurno. No turno noturno, no qual está concentrado o maior número de alunos matriculados, os módulos-aula são de 40 minutos. Portanto, os alunos têm que cumprir mais 433 horas e 20 minutos anual fora do horário estabelecido de aulas. Dessa carga horária, 166 horas e 40 minutos são referentes à Formação Básica da Base Nacional Comum (BNC) e as outras 166 horas e 40 minutos são referentes à carga horária ampliada pelo REM. Das 166 horas e 40 minutos referentes à ampliação pelo REM, 100 horas deverão ser trabalhadas por meio de projetos interdisciplinares envolvendo os conteúdos da Base Nacional Comum e áreas de empregabilidade e 66 horas e 40 minutos deverão ser de Conteúdos Práticos desenvolvidos em Projeto específico.

A Escola “B” optou pela oferta das seguintes Áreas de Empregabilidade: Comunicação Aplicada, Empreendedorismo e Gestão e Turismo. Na sede do município a escola oferece, no turno noturno, as seguintes: Comunicação Aplicada com uma turma e Empreendedorismo e Gestão também com uma turma. No turno matutino oferece as Áreas: Empreendedorismo e Gestão e Turismo cada uma delas com uma turma. No turno vespertino a escola oferece a Área do Turismo, também com uma turma. No segundo endereço a escola oferece a Área de Turismo com uma turma no turno matutino. Para melhor entendimento apresentamos nos quadros 9 e 10 estas informações.

No quadro 9 apresentamos dados da Escola “B” referentes ao número de turmas, número de alunos matriculados no início do ano e no final do ano em cada área de empregabilidade que a escola “B” oferece na zona urbana, na sede do município.

No quadro 10 apresentamos dados da Escola “B” como: número de turmas, número de alunos matriculados no início do ano e no final do ano na área de empregabilidade que a escola “B” oferece na zona rural, 2º endereço da escola.

Quadro 9: Número de Alunos do 1º ano do Ensino Médio por Área de Empregabilidade da Escola “B” - Sede

Áreas de Empregabilidade	Turno Diurno		Turno Vespertino		Turno Noturno	
	Matrícula Inicial	Matrícula Final	Matrícula Inicial	Matrícula Final	Matrícula Inicial	Matrícula Final
Comunicação Aplicada	-	-	-	-	55	33
Empreendedorismo e Gestão	45	35	-	-	54	32
Turismo	43	32	41	34	-	-
Total de alunos	88	67	41	34	109	65

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIMADE (2013).

Quadro 10: Número de Alunos do 1º ano do Ensino Médio por Área de Empregabilidade da Escola “B” - 2º Endereço

Áreas de Empregabilidade	Turno Diurno/Número de Alunos	
	Matrícula Inicial	Matrícula Final
Turismo	20	18
Total de alunos	20	18

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIMADE (2013).

Conforme demonstrado nos quadros 9 e 10 constatamos um índice de 23,9% de evasão no turno da manhã, 17 % no turno da tarde na sede da escola e 10% no 2º endereço. Constatamos ainda um índice de aproximadamente 40% de evasão no turno noturno. São taxas consideravelmente altas e devem ser cuidadosamente analisadas uma vez que um dos objetivos do REM é a redução do índice de evasão escolar no Ensino Médio.

Nos Quadros 11, 12, 13 e 14 pretendemos demonstrar como a escola “B”, diferentemente da escola “A”, organizou o Quadro de Pessoal dos professores das áreas de empregabilidade. Nota-se que nessa escola apenas um professor efetivo assumiu as aulas das áreas de empregabilidade.

Conforme o quadro 11 constatamos que os conteúdos da área da empregabilidade Comunicação Aplicada, oferecida no turno noturno da escola “B” são ministrados por um professor efetivo e um professor designado.

Quadro 11: Conteúdos da Área de Empregabilidade Comunicação Aplicada Turno Noturno da Escola “B” com distribuição de professores efetivos/efetivados.

				Módulos/aula Semanais	Professor Efetivo	Professor Designado
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	COMUNICAÇÃO APLICADA	Conteúdos Da Área	Comunicação e Sociabilidade	2	1*	-
			Redes Comunicativas	1	1*	-
		Conteúdos* Práticos	Comunicação na Prática: Identificação de Territórios	-	-	1
Subtotal				3	1	1

* O mesmo professor ministra as aulas desses conteúdos.

Nota: Na escola “B” os conteúdos práticos do turno noturno não são ministrados pelo coordenador do REM como na escola “A”. De acordo com Termo de Visita da Inspectora Escolar, em reunião realizada com a Equipe NAPEM Regional, Direção da Escola e Professores das Áreas de Empregabilidade, foi autorizado pela Inspectora a designação de um professor para essa função.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados adquiridos por meio do Quadro de Pessoal da Escola.

De acordo com o quadro 12 constatamos que também os conteúdos da área da empregabilidade Empreendedorismo e Gestão são ministrados por um professor efetivo e um professor designado.

Quadro 12: Conteúdos da Área de Empregabilidade Empreendedorismo e Gestão Turno Noturno da Escola “B” com distribuição de professores efetivos/efetivados.

Plano Noturno da Escola D com distribuição de professores efetivos/designados:						
				Módulos/aula Semanais	Professor Efetivo	Professor Designado
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	EMPREENDEDORISMO E GESTÃO	Conteúdos da Área	Fundamentos da Gestão Planejamento Estratégico	2	1*	-
			Ambiente Empresarial	1	1*	-
		Conteúdos Práticos	Empreendedorismo	-	-	1
		Subtotal				3

* O mesmo professor ministra as aulas desses conteúdos.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados adquiridos por meio do Quadro de Pessoal da Escola.

Conforme informações do quadro 13 constatamos que apenas professores designados ministraram aulas dos conteúdos da área de empregabilidade Turismo no Turno diurno da escola “B”.

Quadro 13: Conteúdos da Área de Turismo – Turno Diurno da Escola “B” com distribuição de professores efetivos/efetivados.

Atribuição de professores efetivos/estivados:						
				Módulos/aula Semanais	Professor Efetivo	Professor Designado
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	TURISMO	Conteúdos Da Área	Turismo: fundamentos históricos e culturais	1	-	1
			Meio Ambiente e turismo: espaço, paisagem e território	1	-	1
			Atratividade Turística: valores culturais e paisagísticos	1	-	1*
		Conteúdos Práticos	Impactos do Turismo	2	-	1*
		Subtotal			5	-

* O mesmo professor ministra as aulas desses conteúdos.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados adquiridos por meio do Quadro de Pessoal da Escola.

De acordo com o quadro 14 constatamos que um professor efetivo e um professor designado ministram aulas dos conteúdos da Área de Empreendedorismo e Gestão no turno diurno da Escola “B”.

Novamente destacamos a importância da apresentação e análise dos dados referentes ao número de professores efetivos e designados que atuaram nas áreas de empregabilidade. No caso da escola “B” apenas um professor efetivo assumiu aulas dos conteúdos das áreas de empregabilidade. Portanto, no ano de 2014 a continuidade do trabalho fica extremamente comprometida, pois os designados não tiveram garantia de continuidade ocorrendo uma mudança completa no quadro de pessoal da escola.

Quadro 14: Conteúdos da Área de Empreendedorismo e Gestão – Turno Diurno da Escola “B” com distribuição de professores efetivos/efetivados.

				Módulos/aula Semanais	Professor Efetivo	Professor Designado
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	EMPREENDEDORISMO E GESTÃO	Conteúdos Da Área	Fundamentos da Gestão Planejamento Estratégico	2	1*	1
			Ambiente Empresarial	1	1*	-
		Conteúdos Práticos	Empreendedorismo	2	1*	-
Subtotal				5	1	1

* O mesmo professor ministra as aulas desses conteúdos.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados adquiridos por meio do Quadro de Pessoal da Escola.

A implementação do REM tem sido um grande desafio para ambas as escolas da SRE/Carangola, haja vista as dificuldades próprias da implementação de um projeto: circulação e fluxo de informações em tempo hábil, adaptação às novas regras e demandas; capacitação dos envolvidos no processo, conhecimento e apropriação da proposta de trabalho por todos os envolvidos no processo, dentre outros. Oportuno esclarecer que até o ano de 2013 o REM foi considerado Projeto, pois se encontrava em sua fase de expansão. Somente a partir do ano de 2014, passou a ser um dos Programas da SEE/MG, quando ocorreu sua universalização. Portanto, hora usaremos o termo Projeto, outra Programa. No turno diurno os desafios se apresentam como empecilho à implementação plena do Projeto, porém, no turno noturno, esses desafios se tornam ainda mais evidentes, em ambas as escolas. Na escola “A” constatamos um índice de 50% de evasão no noturno, conforme Quadro 5. Na escola “B” também ocorre grande evasão no noturno. Dos alunos matriculados no 1º ano do Ensino Médio noturno 41% abandonaram a escola conforme constatamos nos Quadros 7 e 8.

No segundo capítulo apresentaremos de forma mais detalhada como cada escola implementa o Projeto em sua realidade, apresentando evidências por meio dos dados obtidos a partir da análise dos Questionários aplicados aos alunos do

primeiro ano do Ensino Médio noturno das duas escolas e também das informações obtidas por meio das entrevistas feitas com os Diretores das escolas e o Coordenador do REM da Escola “B”.

2 A IMPLEMENTAÇÃO DO REM NAS ESCOLAS “A” E “B”: ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo analisaremos como ocorreu o processo de implementação do REM nas escolas “A” e “B” em seu primeiro ano apresentando evidências por meio dos dados obtidos a partir da análise dos questionários aplicados aos alunos do primeiro ano do Ensino Médio noturno das duas escolas e também das informações obtidas através das entrevistas feitas aos Diretores das escolas, ao Coordenador do REM da escola “B” e membros da equipe NAPEM. Ressalta-se a impossibilidade da realização das entrevistas aos Professores das áreas de Empregabilidade, pois os que atuaram no ano 2013 tanto na escola “A” como na escola “B” não permaneceram como docentes das referidas áreas. Essa é uma problemática vivenciada pelo sistema educacional mineiro uma vez que a legislação vigente não assegura a continuidade dos profissionais. Tal descontinuidade traz grandes dificuldades na continuidade do processo educativo e neste caso, na implementação do REM. Assim, discorreremos nesse capítulo sobre o que o REM traz de novo às escolas; detalhamos a proposta das Áreas de Empregabilidade como enriquecimento curricular; o CBC do Ensino Médio de Minas Gerais e sua relação com o Currículo do REM; como o REM chega às escolas “A” e “B” e por fim refletimos sobre o papel do Gestor na implementação do Projeto Reinventando o Ensino Médio.

É importante lembrar que o REM é uma política que está sendo implementada no estado de Minas Gerais desde o ano de 2012 através de um projeto piloto implantado em onze escolas da capital, sendo expandido em 2013 para mais 122 escolas distribuídas pelo estado e neste processo está ainda passando por alterações em seu desenho.

No primeiro capítulo demos o enfoque ao Ensino Médio Noturno, no entanto, este deixa de se constituir uma premissa a partir do momento que a própria SEE/MG em sua normatização para o Ensino Médio no ano 2014 não permite abertura de novas turmas no turno noturno. De acordo com a Resolução da SEE/MG nº. 2.486/13 (MINAS GERAIS, 2013e), de 20 de dezembro de 2013 o Ensino Médio noturno passa a ser ofertado somente aos alunos que atendam ao seguinte perfil:

- I- aos alunos comprovadamente trabalhadores com idade superior a 16 (dezesesseis) anos;
- II- aos alunos com idade igual ou superior a 14 (quatorze) anos, comprovadamente inscritos em Programas de Menor Aprendiz (Lei Federal nº 10.097/2000 e Emenda Constitucional nº 20/1998 à CF/1988);
- III- aos alunos da Educação de Jovens e Adultos; e
- IV- aos alunos matriculados em Programas de Educação Profissional ministrados nas escolas estaduais em concomitância com o Ensino Médio. (MINAS GERAIS, 2013e).

Com essa ação corre-se o risco de que os jovens que trabalham no serviço informal como filhos de pequenos agricultores ou meeiros e que não têm como comprovar vínculo empregatício fiquem fora da escola. Na melhor das hipóteses, estes aguardarão completar dezoito anos para ingressarem na EJA (Educação de Jovens e Adultos) oferecida aos jovens fora da faixa etária para correção de fluxo escolar no horário noturno. Ainda sobre essa questão trazemos a reflexão do Parecer CNE/CEB/ nº. 05/2011(BRASIL, 2011. p. 1-2), de 04 de maio de 2011 que chama a atenção para o atendimento aos estudantes do Ensino Médio Noturno citando “O Ensino Médio Noturno tem estado ausente do conjunto de medidas acenadas para a melhoria da Educação Básica”. Trazemos também a Resolução do MEC/CNE/CEB 02/12, alínea a do inciso IV do art. 14 que normatiza sobre o a adequação do Ensino Médio Noturno afirmando que este deve se adequar ao perfil daqueles que dele necessitam.

IV - no Ensino Médio regular noturno, adequado às condições de trabalhadores, respeitado os mínimos de duração e de carga horária, o projeto político-pedagógico deve atender, com qualidade, a sua singularidade, especificando uma organização curricular e metodológica diferenciada, e pode, para garantir a permanência e o sucesso destes estudantes:

a) ampliar a duração do curso para mais de 3 (três) anos, com menor carga horária diária e anual, garantido o mínimo total de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas. (MEC/CNE/CEB 02/12, art.14, Inciso IV, alínea a).

No caso estudado estamos diante de um descaso em relação ao aluno/trabalhador e ao trabalhador/aluno quando não lhes é oferecida condição de permanência e tampouco acesso ao estudo que acaba por violar um dos princípios constitucionais de igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

A seguir abordaremos questões que trazem à reflexão as contribuições do REM às escolas quando este propõe uma inovação curricular para o Ensino Médio mineiro.

2.1 O REM como possibilidade de enriquecimento no currículo do Ensino Médio.

Na primeira seção desse capítulo dedicaremos à reflexão do currículo no Ensino Médio em Minas Gerais como ponto de partida para compreendermos a atual proposta trazida pelo REM, uma vez o tema “Currículo Escolar” tem sido motivo de constantes reflexões e estudos na atualidade.

É fato que em períodos diferentes da história do nosso país, o Ensino Médio teve objetivos diversos como aponta Moehleck (2012, p. 40), “esta etapa se destinava a atender a necessidade de formação da classe dominante para o ingresso no ensino superior”. Anos mais tarde, na década de 1930, ainda carregada do propósito elitista, foi criado o ensino profissionalizante, destinado aos menos favorecidos e com o intuito de atender a demanda das empresas que começavam a surgir no país e que necessitavam de mão de obra qualificada. No período do regime militar, o ensino profissionalizante foi associado à necessidade de conter a “pressão pela ampliação do ensino superior, estabelecendo uma terminalidade específica para o ensino médio” (MOEHLECKE, 2012, p. 41).

Educação ainda está longe de afastar a exclusão e a desigualdade social, nesse sentido, o currículo torna-se parte fundamental na contemporaneidade para atender às classes mais desfavorecidas, podendo assim ser “o que se precisa ensinar a quem”. Nessa perspectiva Polon (2013) em consonância com as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica conceitua currículo como uma forma de seleção estruturada de conhecimentos a serem ensinados associados às experiências dos alunos:

Consoante com os princípios presentes nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica o currículo é definido como sendo constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento e das relações sociais,

buscando articular os saberes dos alunos aos conhecimentos historicamente acumulados, contribuindo para a construção identitária dos estudantes. (POLON, 2013, p. 44).

O debate sobre currículo escolar e as políticas curriculares deve ser realizado com a comunidade escolar. Para isso, a figura do gestor é determinante. Ele agirá como facilitador do pensamento e ação pedagógica. O gestor escolar precisa manter-se atualizado com as necessidades pedagógicas que a função requer apesar da parte administrativa e burocrática absorvê-lo demasiadamente. Esse aspecto relacionado ao papel do gestor escolar na implementação do projeto será abordado no item 2.3 deste capítulo.

No que diz respeito ao Ensino Médio no Brasil, a problemática é ainda mais complexa. Ao longo da história esta etapa que, somente a partir da LDBEN 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 passou a ser considerada como última etapa da educação básica, vem sofrendo constantes mudanças que acabam por dificultar a definição de sua identidade.

Com novas demandas advindas com as novas tecnologias aumenta-se também a demanda de alunos em busca do Ensino Médio. Nesse sentido, não basta ampliar a oferta de vagas no Ensino Médio nas escolas públicas. Faz-se necessário repensar uma proposta pedagógica que atenda de forma satisfatória a esse novo público que busca essa escola, dela necessita e nela acredita como instrumento de ascensão social.

No sentido de atender a essa necessidade de reformulação e readaptação do currículo do Ensino Médio às novas demandas sociais o Ministério da Educação, em 1998, publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), e no ano 2000, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) bem como no ano 2012, as novas DCNEM.

Ressaltamos que as DCNEM trazem consigo inovações curriculares como a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de competências e habilidades. Como interdisciplinaridade entendemos a divisão em áreas temáticas de conhecimento, a saber: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; e Matemática, Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

No ano de 2006 os PCNEM foram reformulados e complementados e em 2009 foi publicado pelo MEC o documento Ensino Médio Inovador⁸ como forma de estimular as redes de ensino a reestruturar os currículos do Ensino Médio com formas inovadoras e mais atraentes, mediante o desenvolvimento de atividades integradoras dentro dos quatro eixos fundamentais: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. É oportuno dizer que embora o REM se encaixe nessas características, o estado de Minas Gerais não aderiu a este Programa Federal até o ano de 2013.

Outro ponto a ser mencionado de grande relevância na Reforma Curricular do Ensino Médio Brasileiro foi a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 1998. De acordo com o *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) “O ENEM foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade”.

A partir de 2009 o ENEM passou por uma reformulação e começou a ser utilizado não apenas para avaliar os egressos do Ensino Médio, como também para possibilitar o ingresso em instituições de Ensino Superior através do Sistema Integrado de Seleção Única (SISU), obter certificação de Ensino Médio aos maiores de 18 anos e também a participação em programas do Governo Federal, tais como o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Em relação ao Ensino Médio atualmente, a nossa mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº. 9394/96), aponta em seu artigo 35, seção IV suas finalidades.

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (art.35, LDB nº. 9394/96).

⁸ Mais informações sobre o Ensino Médio Inovador disponível no site do MEC.

Como o objetivo está claro, cabe a essa modalidade a formação geral a partir do desenvolvimento da capacidade de produzir conhecimento de forma crítica, sendo assim, o currículo tem papel determinante no cumprimento dessas finalidades.

Conforme art. 10 da LDBEN 9394 (BRASIL, 1996), de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, os estados deverão organizar seus sistemas de ensino, elaborar políticas educacionais priorizando o Ensino Médio. Nesse sentido, a partir de 2007 o Estado de Minas Gerais na busca da melhoria da qualidade da oferta educacional propõe um Currículo Básico Comum a ser desenvolvido em suas escolas no Ensino Fundamental/Anos Finais e Ensino Médio.

2.1.1 O CBC/Ensino Médio de Minas Gerais e sua relação com o Currículo do REM

Buscando a definição de um currículo mínimo, no ano 2005, a SEE/MG, através da Resolução SEE nº. 666 (MINAS, 2005), de 07 de abril de 2005, estabelece os Conteúdos Básicos Comuns (CBC) que a partir de então passam a constituir a organização curricular oficial das Propostas Pedagógicas do ensino fundamental e Ensino Médio das escolas estaduais de Minas.

No Ensino Médio, os CBC foram estruturados em dois níveis para permitir uma primeira abordagem mais geral e semiquantitativa no primeiro ano, e um tratamento mais quantitativo e aprofundado no segundo e terceiro anos.

No ano 2012, por ocasião da implementação do REM, os CBC do Ensino Médio passaram novamente por uma reorganização para adequação ao Projeto uma vez que já era organizado de forma diferenciada do CBC do ensino fundamental. Na oportunidade foram criados os CBC das áreas de empregabilidade.

Os CBC foram elaborados por professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com uma versão inicial que posteriormente foi discutida por professores em grupos menores em todo estado. O documento passou por alterações sempre visando atender às prescrições da LDBEN quanto à necessidade

de se estabelecer um currículo mínimo nas escolas. Vale esclarecer que os CBC⁹ não se esgotam em si, ao contrário, servem como referenciais e a partir deles os professores devem ampliar suas possibilidades. São apenas diretrizes, as quais necessitam de enriquecimento e ampliação de acordo com as características locais. Além disso, precisam ser detalhados e aprofundados nas Propostas Pedagógicas das escolas à medida em que estabelecem os conhecimentos, as habilidades e competências mínimas a serem adquiridos pelos alunos na educação básica, bem como as metas a serem alcançadas pelo professor a cada ano.

Também os CBC das áreas de empregabilidade foram elaborados por consultores contratados com a tarefa de propor uma primeira configuração curricular para as áreas. Estes se encontram disponibilizados no Centro de Referência Virtual do professor e devem ser utilizados pelos professores como material de consulta para planejamento e elaboração de atividades a serem propostas aos alunos.

Percebemos que a questão da identidade está presente nas discussões referente ao Ensino Médio, isto porque se deve a indefinição desta identidade às crescentes taxas de abandono e evasão, e o baixo desempenho dos alunos nesta etapa da educação básica. Para Moehleck (2012, p. 56), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) surgem como um aspecto relevante na mudança desse quadro negativo, pois apresenta a possibilidade de um “currículo capaz de se adequar aos distintos interesses dos jovens”. E para isto, há de se considerar o perfil do alunado que frequenta esta etapa de escolarização, e conhecer quais os fatores que dificultam sua permanência na escola.

Nesse aspecto o REM poderia trazer algumas perspectivas de atendimento às características desse jovem que busca o Ensino Médio e ainda não sabe qual sua real intenção ou suas possibilidades: cursar uma faculdade ou se inserir no mercado de trabalho ao concluir o Ensino Médio.

⁹ A importância dos CBC justifica tomá-los como base para a elaboração da avaliação anual do Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB), para o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE) e para o estabelecimento de um plano de metas para cada escola. O progresso dos alunos, reconhecidos por meio dessas avaliações, constitui a referência básica para o estabelecimento de sistema de responsabilização e premiação da escola e de seus servidores. Ao mesmo tempo, a constatação de um domínio cada vez mais satisfatório desses conteúdos pelos alunos gera consequências positivas na carreira docente de todo professor. http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.aspx?id_projeto=27&id_objeto=38682&tipo=ob&cp=f5e36&cb=&n1=&n2=Proposta%20Curricular%20-%20CBC&n3=Fundamental%20-%206%C2%B0%20ao%209%C2%BA&n4=Arte&b=s.

É nesse contexto que emerge a Proposta do REM. O que Mainardes¹⁰ (2006, p. 15) considera o “primeiro contexto de influência onde normalmente as políticas são iniciadas e os discursos são construídos”. Segundo o autor esse contexto tem uma relação simbiótica com o contexto da produção de “texto”. Somente a partir do que se propõem surgem as normatizações, orientações e resoluções, como é o caso do REM. Considerando esse segundo contexto, da produção de “texto”, os Diretores das Escolas “A” e “B” possuem opiniões comuns quando perguntados sobre as maiores dificuldades encontradas até o momento na implementação do REM: “a urgência com que foi feito, os alunos e a escola não foram preparados” (Diretor da Escola “A”). Os diretores dizem conhecer a proposta do REM, mas sentem-se inseguros quanto à operacionalização das orientações e resoluções. Segundo o Diretor da Escola “B” em entrevista: “Lamento os trabalhos de hoje (novembro) não estarem sendo feitos desde o início do ano. Se tivessem sido feitos antes, hoje estaríamos melhores”. Nesse sentido, se faz necessário uma interpretação ativa dos “Textos” que embasam a proposta pelos profissionais que vão implementar diretamente a política pública fazendo a associação de tais “Textos” com a sua prática.

Na sequência abordaremos a inserção das áreas de empregabilidade como inovação no currículo do Ensino Médio proposta através do REM.

2.1.2 A Proposta das Áreas de Empregabilidade como Enriquecimento Curricular

O REM propõe uma organização curricular, conforme citado no Capítulo 1 ampliada com 500 horas na parte diversificada por conteúdos das sete áreas de empregabilidade previamente disponibilizadas pela SEE/MG. No caso estudado

¹⁰ O autor se baseia na obra de Stephan Ball e Bowe “Policy cycle approach” (abordagem do ciclo de políticas). Ball é um sociólogo inglês que junto com colaboradores formulou essa abordagem baseada nos contextos da política inglesa, embora, a reflexão venha sendo utilizada em diferentes países como referencial para analisar a trajetória de políticas sociais e educacionais. O texto apresenta um conjunto de questões norteadoras para a análise da trajetória de políticas ou programas educacionais, com base em cinco contextos do ciclo de políticas: contexto da influência, contexto da produção de texto, contexto da prática, contexto dos resultados/efeitos e contexto de estratégia política (Mainardes, 2006, p. 47-48).

tanto a escola “A” como a escola “B” optaram por oferecer as seguintes Áreas de Empregabilidade: Comunicação Aplicada, Empreendedorismo e Gestão e Turismo.

De acordo com o CRV os CBC não esgotam todos os conteúdos a serem abordados na escola, mas expressam os aspectos fundamentais de cada disciplina, que não podem deixar de ser ensinados e que o aluno não pode deixar de aprender. Ao mesmo tempo, estão indicadas as habilidades e competências que ele não pode deixar de adquirir e desenvolver.

O REM propõe ainda a elaboração de um Projeto destinado aos Conteúdos Práticos Interdisciplinares¹¹ com o objetivo de tornar a aprendizagem mais ativa, interessante, significativa, real e atrativa para o aluno. Ainda de acordo com orientações da SEE/MG o trabalho com projetos no REM é apenas uma parte do processo de inovação curricular. Há que se romper com a concepção de neutralidade dos conteúdos escolares que passam a ganhar significados diversos dos alunos.

Diante da análise dos questionários aplicados aos alunos matriculados no Ensino Médio Noturno das escolas “A” e “B”, constatou-se que em relação ao aumento da Carga horária proposta pelo REM para os alunos do noturno a maioria deles gosta e realiza as atividades. Essa ampliação de 500 horas, como já foi dito, é oferecida sob a forma dos Conteúdos Interdisciplinares Aplicados, considerando 300 horas para os Conteúdos Básicos Comuns e 200 horas para os Conteúdos Interdisciplinares Aplicados nas Áreas de Empregabilidade.

Uma das funções do Coordenador do REM é fazer a interlocução entre os conteúdos da Base Comum e Conteúdos Interdisciplinares Aplicados. Especificamente no turno noturno esta é uma atribuição do coordenador uma vez que não há professor para essas disciplinas e estas devem ser trabalhadas em forma de projeto. De acordo com as entrevistas com os Diretores das Escolas “A” e “B” a função do coordenador é de extrema importância, haja vista o volume de trabalho já atribuído aos Diretores. No REM os coordenadores têm desempenhado papel fundamental em relação à coordenação das ações específicas e acompanhamento dos alunos.

¹¹ Orientações contidas no Caderno de Orientações do Projeto Reinventando o Ensino Médio (MINAS, 2013a pág. 20).

O REM traz a possibilidade de abertura de um diálogo no interior das escolas ao oportunizar revisitar as práticas escolares, quando repensamos o Currículo do Ensino Médio. O Projeto Reinventando o Ensino Médio, ao trazer a proposta da empregabilidade como inovação para o Ensino Médio pode também representar uma possibilidade de se pensar em variáveis acerca do nível ou da qualidade do capital social¹² da comunidade onde a escola está inserida e se coloca como possibilidade de investimento na ampliação ou formação de capital social na comunidade onde os alunos vivem, ainda que não seja este o foco principal do projeto. Nesse sentido, as práticas dentro das escolas devem corroborar para criar um espírito de cooperação, confiança e reciprocidade que são os pilares do capital social. Assim, poderíamos pensar em uma maior mobilização da comunidade em termos de receber esse jovem egresso dessas escolas como mão de obra qualificada para o trabalho.

Ao analisarmos a implementação de uma Política Pública de tamanha dimensão estadual como o **Reinventando o Ensino Médio** percebemos a força que o poder público tem ao propor uma política, mas ao mesmo tempo a força contrária dos atores responsáveis por sua implementação. Portanto, deparamos com a ideia de que um melhor e maior investimento na construção intencional do capital social pode levar a melhores resultados na implementação dos projetos, ou políticas públicas e no alcance de seus objetivos a partir do momento que a comunidade se sente co-participante do processo. Para que isso possa acontecer é preciso uma grande mobilização da comunidade por parte da equipe gestora da escola, uma conscientização sobre o projeto que a escola está desenvolvendo para que possam conhecer e valorizar e uma potencialização dos efeitos que este projeto poderá alcançar na comunidade, sob a forma de retorno para os mesmos. Dessa forma a comunidade poderia ver a escola como um “investimento” a fim de evitar futuros transtornos sociais, ter mão de obra qualificada para o trabalho enfim, uma sociedade mais saudável.

O REM está baseado em três princípios fundamentais quais sejam (MINAS GERAIS, 2013, pág. 7) significação/identidade, empregabilidade e qualificação acadêmica. Esses princípios subsidiaram a “proposta caracterizada por percursos curriculares alternativos, flexibilidade, uso das novas tecnologias de

¹² O termo capital social, segundo Durston, (2000, pág. 3) “faz referência às normas, instituições e organizações que promovem a confiança, a ajuda recíproca e a cooperação”.

ensino/aprendizagem, atividades interdisciplinares e instrumentos formativos extraescolares” (MINAS GERAIS, 2013, pág. 10). Dessa forma o aluno percorre simultaneamente dois eixos: os CBC e os conteúdos propostos pela área de empregabilidade que optou por cursar. Assim sendo, ao concluir o Ensino Médio, além da formação básica que o CBC deve lhe proporcionar dando condição para continuar sua trajetória escolar o aluno contará também com uma formação que lhe permita conhecimento das possibilidades profissionais inerentes às áreas de empregabilidade bem como sua inserção no mercado de trabalho.

Para o trabalho nas áreas de empregabilidade, o professor deve planejar e organizar o conteúdo a ser ministrado, conforme plano curricular publicado no anexo II, da Resolução SEE nº. 2.251(MINAS GERAIS, 2013b) de 02 de janeiro de 2013. Este professor deverá também acessar as propostas curriculares das referidas áreas, as quais já estão disponibilizadas no Centro de Referência Virtual do Professor (CRV). Orienta-se ainda que sejam feitas discussões nas reuniões de planejamento escolar entre os professores das disciplinas dos CBC e dos conteúdos das áreas de empregabilidade para que possam trabalhar interdisciplinarmente.

No CRV o material disponível é bem sucinto. Cada área de empregabilidade contém uma perspectiva histórica: uma teórica e uma prática. Portanto, espera-se que os professores busquem, além dessas alternativas, novas realidades, trocas de experiências como também novos recursos pedagógicos voltados para uma aprendizagem mais significativa e para o sucesso do aluno.

Os professores das áreas de empregabilidade das escolas “A” e “B” não possuem formação específica para ministrarem aulas das respectivas áreas de empregabilidade, e no ano de 2013 receberam capacitação da SEE/MG de forma bastante precária.

Este foi considerado um fator dificultador na implementação do REM em ambas as escolas conforme constatado na entrevista realizada com os Diretores e Membros do NAPEM Regional. Também foi queixa constante dos professores das referidas áreas nas visitas às escolas em conversas sobre o assunto.

Como já abordado anteriormente, os professores que assumiram os conteúdos das áreas de empregabilidade não possuem formação específica e, portanto, seriam capacitados de forma presencial e à distância pela SEE/MG.

Para cada área de empregabilidade, foram contratados consultores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que junto com a Magistra¹³, elaboraram uma primeira versão de proposta curricular para cada uma das áreas. Cabe à Magistra a formação continuada dos professores e demais profissionais envolvidos no REM, tanto na modalidade presencial quanto à distância.

No ano 2013 os professores das áreas de empregabilidade da escola “A” totalizam em 2 professores efetivos e 2 professores designados. Na escola “B” totalizaram 1 professor efetivo e 5 professores designados conforme informações contidas nos Quadros número 6, 7, 8, 11, 12, 13 e 14.

Conforme dados obtidos em entrevista com os Técnicos do NAPEM, no ano 2012 a SEE/MG ofereceu uma primeira capacitação aos professores das escolas “A” e “B” que tinham interesse em atuar como docentes nas áreas de empregabilidade. No entanto, conforme já explicitado, isso não se confirmou no ano 2013. Os professores capacitados em 2012 não assumiram as aulas com disciplinas das áreas de empregabilidade no ano de 2013. Neste ano foi oferecida pela SEE/MG uma capacitação presencial no segundo semestre letivo, da qual participaram os docentes que estavam atuando nas áreas de empregabilidade das duas escolas. No entanto, no decorrer do ano os docentes deveriam realizar o curso oferecido pela Magistra de forma não presencial.

Em relação à realização dos cursos oferecidos pela Magistra evidenciamos através da entrevista aos Técnicos do NAPEM como também em visitas *in loco*, enquanto inspetora, que os professores não conseguiram participar de forma integral dos mesmos. Houve problemas técnicos no início da oferta dos cursos *on-line* e depois de resolvidos estes problemas técnicos os docentes alegavam variadas dificuldades para realizarem a capacitação: falta de tempo e dificuldade de adaptação à plataforma Moodle, conforme verificamos em relatórios de visitas dos Técnicos do NAPEM.

A falta de habilitação específica na área e a falta de capacitação em tempo hábil dos professores das áreas de empregabilidade foi considerado pelos Diretores das Escolas “A” e “B” como uma das maiores dificuldades encontradas na implementação do REM em suas escolas juntamente com a falta de preparação da escola com relação à infraestrutura e transporte escolar. Tendo sido, esta primeira,

¹³ Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional dos Educadores. A Magistra foi criada pela Lei Delegada nº. 180 de 20 de janeiro de 2011(MINAS, 2011b).

na opinião dos Diretores, um dos fatores que contribuíram para a evasão dos alunos e desinteresse dos professores efetivos da escola.

Nessa perspectiva, Mainardes (2006) contribui com a reflexão sobre o contexto dos resultados/efeitos ou consequências inesperadas que estão diretamente ligadas ao contexto da prática, onde a política está sendo interpretada e implementada e necessariamente os atores precisam estar seguros do “texto” da política. Isso não ocorreu na implementação do REM nessas duas escolas estudadas conforme depoimento dos Diretores das Escolas “A” e “B”: “O NAPEM veio depois que a gente já estava implementando, começou a nos orientar em outubro...As informações vêm muito depois do que a gente precisa” (Diretor da Escola “A”). Segundo o Diretor da Escola “B”: “O interesse dos alunos e professores poderia ser bem maior se não existissem tantos desencontros nas informações. Isso gerou uma diminuição na empolgação”.

Como podemos perceber são muitos os entraves vivenciados pelas escolas na implementação do projeto. Alguns deles estão ligados à falta de preparação dos profissionais envolvidos diretamente no processo, como também por se tratar de uma política vertical.

2.2- Como o REM chega às escolas “A” e “B”

Por meio de visitas de trabalho à escola “B”, entrevistas e conversas com os Diretores das escolas “A” e “B” percebemos que há um consenso quanto a forma como o REM foi proposto: sem preparação teórica dos atores da escola, sem a adequação do espaço físico e da infraestrutura técnica-pedagógica.

Diante desse contexto corre-se o risco de muitas distorções na implementação da política, uma vez que o grupo, ou o espaço onde ela será implementada não está preparado para tal. Sobre isso, Mainardes de acordo com Ball (2006, p. 53) expõe sobre a reinterpretação dos atores envolvidos na execução das ações de fato.

o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem

representar mudanças e transformações significativas na política original. Para estes autores, o ponto-chave é que as políticas não são simplesmente “implementadas” dentro desta arena (contexto da prática), mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem “recriadas”. (MAINARDES, p. 53).

Assim, as escolas adaptam como podem, ou desejam, ou com o que mais se aproxima do que desejam as políticas que lhes são impostas. Sobre os fatores que interferem na implementação das políticas, Mainardes (2006) cita cinco, a saber: o contexto de influência, o contexto da produção do texto da política, o contexto da prática, o contexto dos resultados/efeitos e contexto de estratégia política. Posto isso, fica claro que o contexto da prática recebe consequências diretas dos dois primeiros uma vez que segundo o autor, esses três primeiros contextos estão inter-relacionados.

Conforme afirmações dos Diretores nas entrevistas havia uma expectativa positiva em relação à implementação do REM, quando em 2012, foram chamados pela SEE/MG para uma reunião em Belo Horizonte. Encheram-se de entusiasmo e conseguiram contagiar toda a escola. No entanto, no decorrer da implementação as expectativas não se confirmam no que se refere à formação dos professores para área da empregabilidade, a dificuldade com transporte escolar, a implementação do sexto horário no diurno, a complementação de carga horária no noturno dentre outros.

Na sequência trazemos informações sobre a percepção dos alunos sobre a implementação do REM em suas escolas, bem como suas expectativas em relação ao mesmo. A coleta dos dados foi realizada através da aplicação de questionário de pesquisa aos alunos do 1º ano do Ensino Médio Noturno matriculados nas Escolas “A” e “B” no ano de 2013. A aplicação foi feita pessoalmente em um clima de harmonia e cooperação.

2.2.1 Análise das percepções dos alunos do turno noturno quanto à Implementação do REM em suas escolas

Buscando compreender melhor as percepções dos alunos quanto à implementação do REM em seu primeiro ano optamos pela aplicação de um

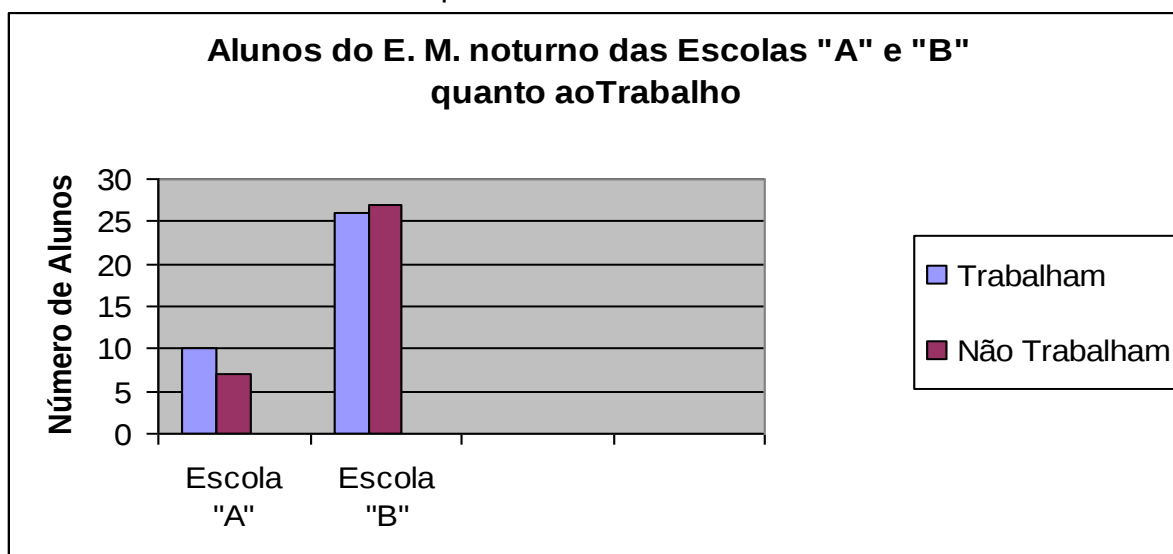
Questionário de Pesquisa aos alunos do primeiro ano do Ensino Médio do turno noturno, matriculados nas escolas “A” e “B” no ano de 2013. A seleção destes se deve ao fato de ser no turno noturno onde o aumento da carga horária poderia representar uma maior dificuldade para os alunos e conseqüentemente se tornaria um desafio para a escola. O questionário aplicado baseou-se em perguntas sobre o tema conforme anexos IV e V. Foram entrevistados 17 alunos da Escola “A” e 53 alunos da Escola “B”. O baixo número de alunos entrevistados está diretamente relacionado com a data da aplicação do mesmo. O referido questionário foi aplicado ao final do mês de novembro e já havia poucos alunos na escola conforme demonstrado nos quadros 5, 9 e 10, quando a evasão já havia ocorrido.

Os questionários aplicados aos alunos do Ensino Médio Noturno das Escolas “A” e “B” evidenciaram que de um total de 70 alunos matriculados, 36 são jovens trabalhadores tanto no mercado formal, como também auxiliares nas tarefas caseiras, ou mesmo como trabalhadores rurais, mais especificamente os alunos da escola “B”.

Conforme observamos no gráfico 6 do total de 70 alunos questionados sendo 53 da Escola “B” e 17 alunos da Escola “A” 36 alunos trabalham durante o dia. Da Escola “A” dos 17 alunos matriculados, 10 trabalham e da Escola “B” dos 53 matriculados alunos 26 trabalham. Somando os alunos das Escolas “A” e “B” que trabalham encontramos um percentual correspondente a 51% do total de alunos.

.

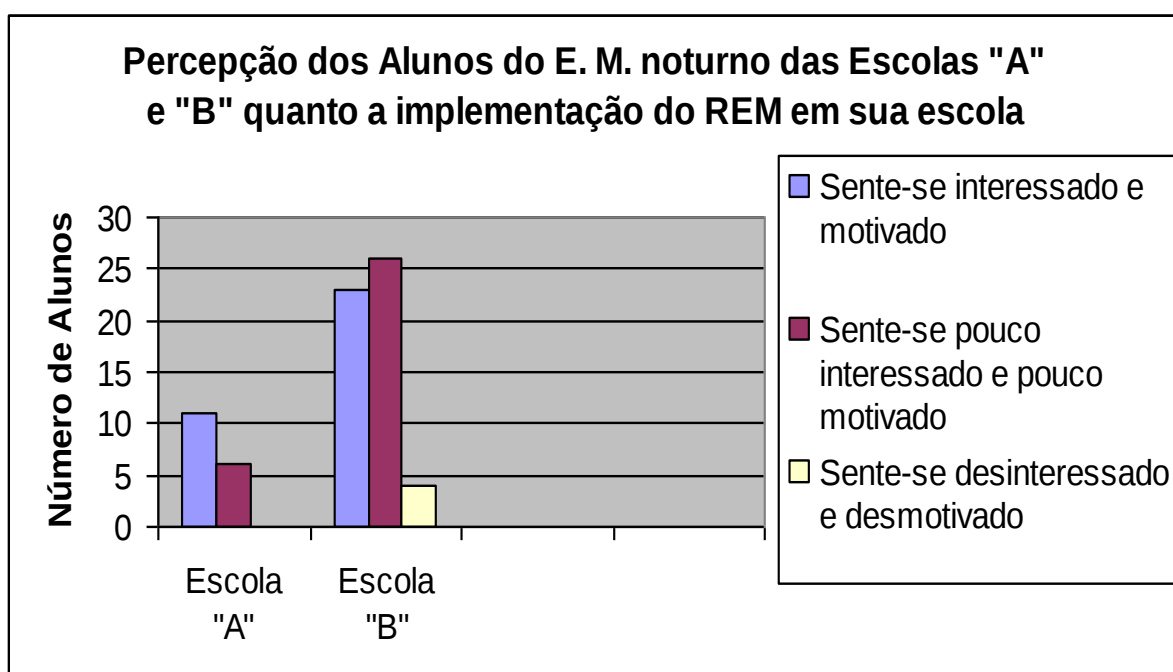
Gráfico 6: Gráfico dos alunos quanto ao trabalho:



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários de Pesquisa aplicados aos alunos do 1º ano do Ensino Médio Noturno das Escolas “A” e “B”.2013.

O gráfico 7 demonstra a percepção dos alunos quanto à implementação do REM em sua escola. Nesse aspecto, embora não tenha sido relatado de forma clara pelos Diretores e Coordenadores nas entrevistas como ponto forte, observa-se pelas respostas dadas no questionário que maior parte dos alunos sente-se motivada a cursar o REM. Nota-se que 48% do total de alunos sente-se motivado com a implementação do REM. Mesmo porque este grupo de alunos questionado é o que permaneceu na escola, ou seja, os mais dispostos e de alguma forma os mais interessados estão nesse grupo.

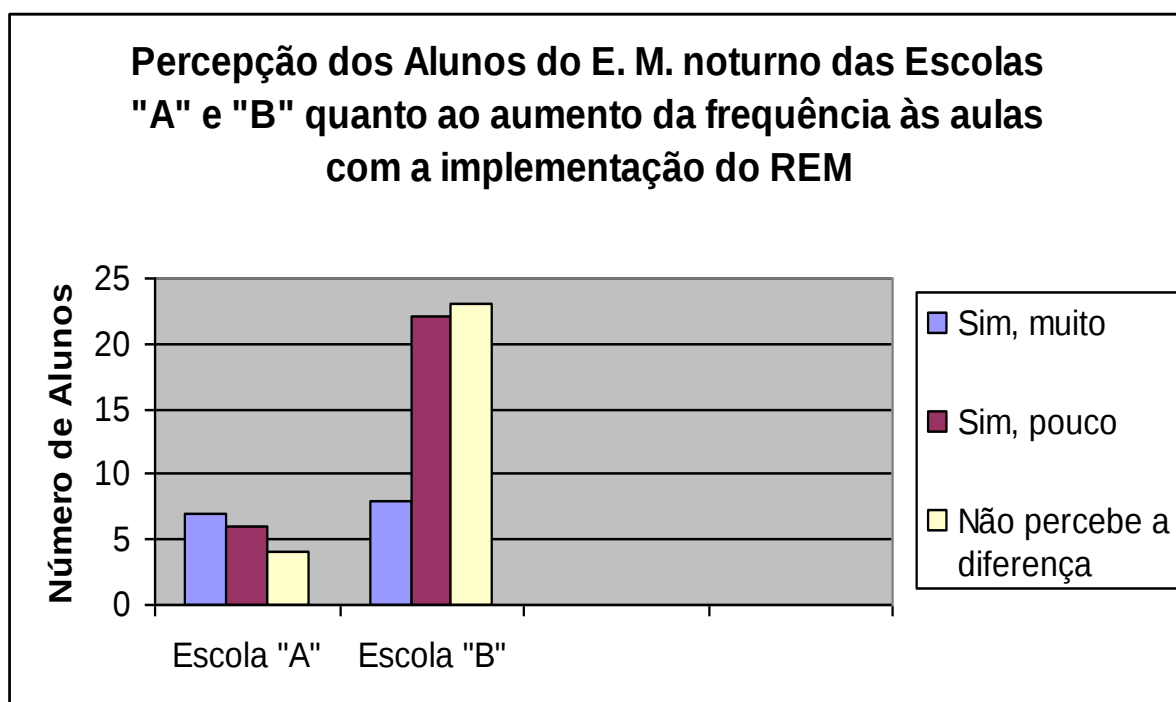
Gráfico 7: Gráfico demonstrativo da Percepção dos alunos quanto a implementação do REM em sua Escola.



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários de Pesquisa aplicados aos alunos do 1º ano do Ensino Médio Noturno das Escolas "A" e "B".2013.

Sendo um dos objetivos do REM reduzir a evasão e garantir a permanência dos alunos no Ensino Médio, perguntamos aos alunos sobre sua percepção quanto ao aumento da frequência às aulas por motivo da implementação do REM em sua escola. De acordo com os dados demonstrados no gráfico 8 a maioria dos alunos não percebe nenhuma melhora na frequência às aulas por consequência da implementação do REM em sua escola. Se somados os 39% que não percebem a diferença aos 40% que percebem pouca diferença estes representam 79% do universo pesquisado.

Gráfico 8: Gráfico demonstrativo da Percepção dos quanto a frequência às aulas com a implementação do REM em sua Escola.



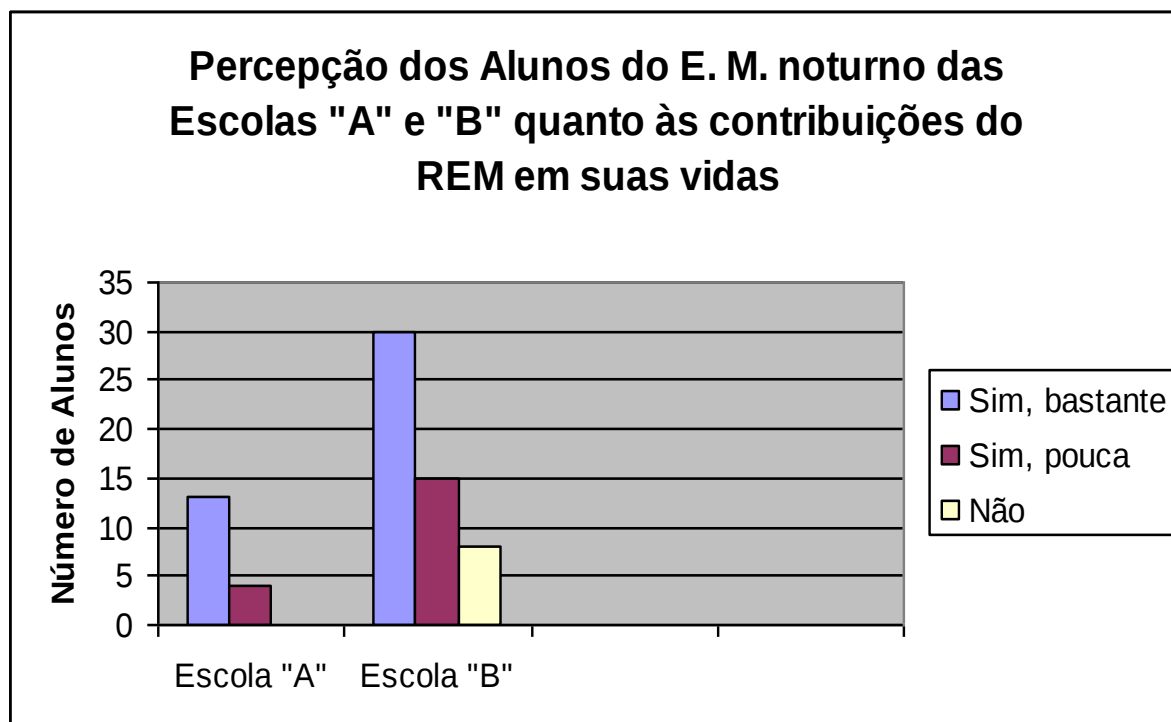
Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários de Pesquisa aplicados aos alunos do 1º ano do Ensino Médio Noturno das Escolas "A" e "B".2013.

Conforme já mencionado o REM está baseado em três princípios fundamentais: significação/identidade, empregabilidade e qualificação acadêmica. Nesse contexto de proposta de ressignificação do Ensino Médio perguntamos aos alunos sobre suas expectativas quanto às contribuições do REM em suas vidas. A expectativa é positiva haja vista 61% dos alunos do universo pesquisado considerar que o REM trará contribuições para suas vidas conforme observamos no gráfico 9.

As informações contidas no gráfico 9 confirmam que as propostas do REM atendem à expectativa dos alunos. Essa informação também é confirmada através do depoimento dos membros da Equipe NAPEM.

...o REM abre as possibilidades do aluno escolher seu percurso curricular e parte do princípio que a escola é um ponto de partida na construção do conhecimento, desenvolvendo no aluno um cidadão consciente político, um ser pensante. (Depoimento dos membros do NAPEM).

Gráfico 9: Gráfico demonstrativo da Percepção dos alunos quanto às contribuições do REM em suas vidas.



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários de Pesquisa aplicados aos alunos do 1º ano do Ensino Médio Noturno das Escolas "A" e "B" em 2013.

Os Diretores das Escolas "A" e "B" possuem opiniões comuns quanto ao atendimento das expectativas dos alunos em relação ao REM quando expressam na entrevista: "Atende parcialmente, pois a dificuldade enfrentada pela falta de formação específica dos professores nas áreas de empregabilidade contribuiu muito para que essa expectativa positiva reduzisse" (Diretor Escola "A"). "Tinha maiores expectativas, mas os entraves, as dificuldades foram fazendo com que reduzissem. Vejo que vai depender de alguns ajustes" (Diretor da Escola "B").

Percebemos ainda que houve uma grande preparação e criou-se uma expectativa positiva em relação à implementação do REM, haja vista o depoimento do diretor e Coordenador do REM da Escola "B": "os alunos gostam bastante, foi muito bem trabalhada a autoestima deles" (Diretor da Escola "A"). Segundo o Coordenador da Escola "B" "a maioria dos alunos estava muito animada, mas reclamavam do sexto horário. Os alunos do turno noturno são mais amadurecidos e valorizam mais" (Coordenador da Escola "B").

A equipe do NAPEM igualmente afirma em entrevista que, apesar de atender às expectativas dos alunos, inicialmente verificou-se uma apreensão da comunidade escolar que não compreendia muito bem como funcionaria o REM em suas unidades e não sabia como os alunos veriam a ampliação de sua carga horária, como se configuraria a questão do transporte e as áreas de empregabilidade, como podemos verificar na seguinte fala:

Com certo receio, preocupados com o aumento na carga horária, com o transporte escolar. Com insegurança em relação as áreas de empregabilidade de trabalhar com os alunos um conteúdo que não é a habilitação dos professores e também pelo aumento da carga horária, e o transtorno que é o transporte escolar. (Depoimento dos membros do NAPEM).

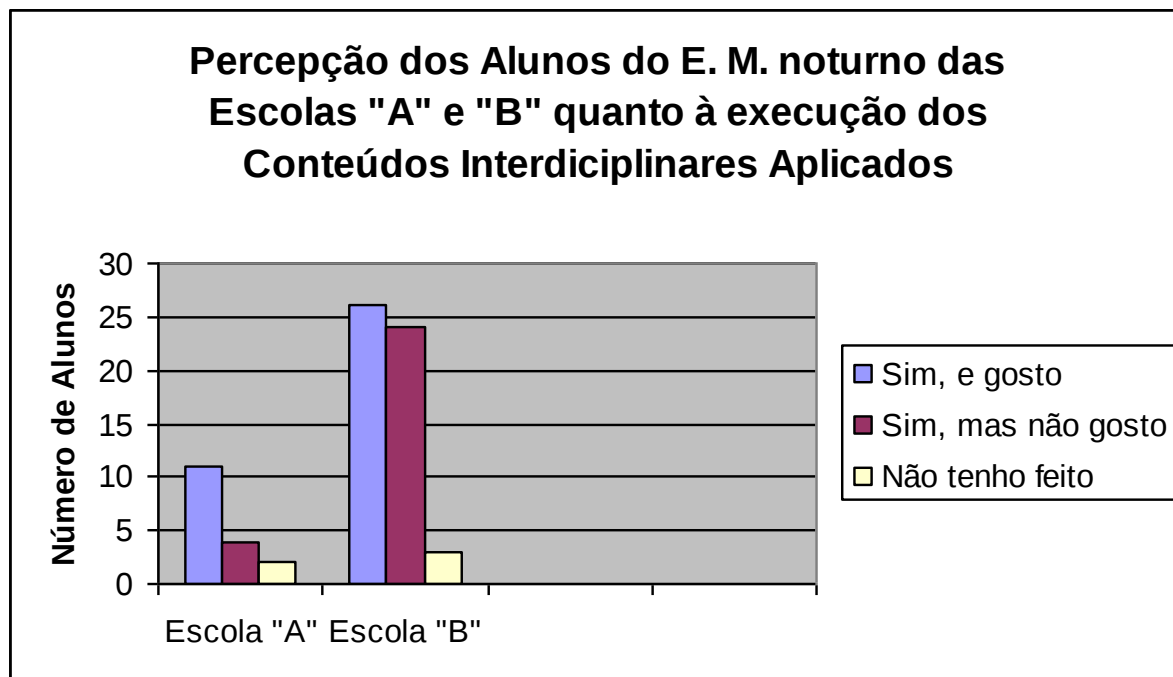
A ampliação de 500 horas, trazida pelo REM através das áreas de empregabilidade, como já foi dito, é oferecida sob a forma dos Conteúdos Interdisciplinares Aplicados, considerando 300 horas para os Conteúdos Básicos Comuns e 200 horas para os Conteúdos Interdisciplinares Aplicados nas Áreas de Empregabilidade e para os alunos do noturno deve ser oferecida sob a forma de projeto.

Diante da análise dos questionários aplicados aos alunos matriculados no Ensino Médio Noturno das escolas “A” e “B”, constatou-se que em relação ao aumento da Carga horária proposta pelo REM para os alunos do noturno a maioria deles gosta e realiza as atividades. Entretanto, havemos de considerar uma parcela que representa 54% que realiza as atividades, mas não gosta e ainda 7% que não realiza. Esses dados podem ser constatados no gráfico 10.

Percebemos aqui mais uma distorção do que propõe o Projeto Reinventando o Ensino Médio para os alunos do noturno quando amplia a sua carga horária em 500 horas. Essa ampliação de 500 horas, como já foi dito, deve ser oferecida sob a forma dos Conteúdos Interdisciplinares Aplicados, considerando 300 horas para os Conteúdos Básicos Comuns e 200 horas para os Conteúdos Interdisciplinares Aplicados nas Áreas de Empregabilidade em forma de projetos interessantes e atrativos para que os alunos tenham interesse em cursar.

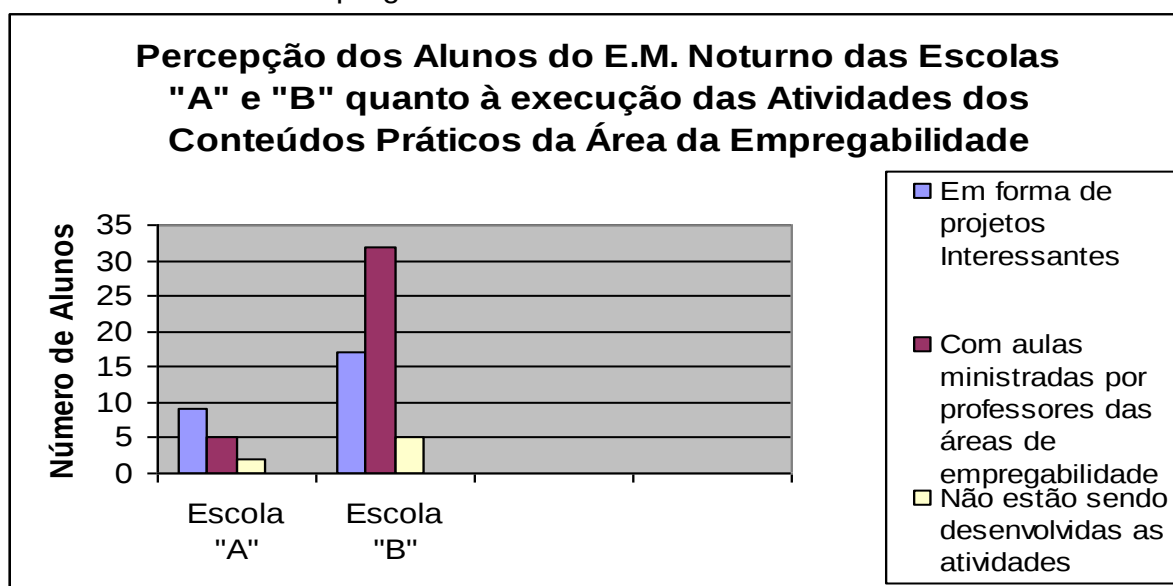
Na prática o que está acontecendo, pelo que podemos constatar através do questionário e em visitas às escolas, são professores ministrando aula de conteúdo como podemos observar nos dados apresentados no gráfico 11.

Gráfico 10: Gráfico demonstrativo quanto a Execução das Atividades dos Conteúdos Interdisciplinares Aplicados.



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários de Pesquisa aplicados aos alunos do 1º ano do Ensino Médio Noturno das Escolas "A" e "B".2013.

Gráfico 11: Gráfico demonstrativo quanto à execução das Atividades dos Conteúdos Práticos da Área da Empregabilidade.



Fonte: Elaboração própria com base nos Questionários de Pesquisa aplicados aos alunos do 1º ano do Ensino Médio Noturno das Escolas "A" e "B".2013.

Somados os percentuais das escolas “A” e “B” evidenciamos que 54% dos alunos observam que os conteúdos Práticos da Área da Empregabilidade estão sendo ofertados de forma teórica por professores e não em forma de projeto como estabelecido.

Com relação a oferta do REM no turno noturno, todos os entrevistados (Diretores, Coordenador da Escola “B” e Equipe NAPEM) são unânimes em responder que o turno noturno não foi contemplado de forma satisfatória nesta política pública. As dificuldades são muitas e o aumento de carga horária em relação aos Conteúdos Interdisciplinares Aplicados e aos Conteúdos Práticos. Os alunos do noturno não tem o hábito de desenvolver atividades extraclasse.

Nesse sentido, o contexto do ciclo de políticas que merece análise, neste caso especificamente, é o contexto de estratégia política. Para Mainardes (2006, p.55) “Esse contexto envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada”. Assim, as diferenças existentes no perfil dos alunos do turno noturno e diurno não foram consideradas na elaboração do Projeto REM. Também não foram consideradas as diferenças regionais e de infraestrutura das escolas ou feita a compensação das diferenças como podemos confirmar no depoimento dos Diretores da Escola “A” e “B”: “A Escola “A” tem um diferencial. Temos ótima estrutura física...” (Diretor da Escola “A”). “Temos muita dificuldade na infraestrutura. A central de informática não funciona, *internet* é muito lenta, iluminação é ruim, o laboratório de ciências sem aparelhagem adequada...”.

Ainda com relação à infraestrutura a Equipe NAPEM acredita que este não “não seja o ponto que temos que nos envolver e sim a mudança de postura dos profissionais da educação. A Escola está estruturada com lousas, computadores, *tablets*, sala de informática ... e o professor não sabe associar a tecnologia à sua prática”.

Muitas são as questões que permeiam o processo de implementação de um projeto de tamanha dimensão como o REM. A percepção dos alunos é importante, pois nos remete a situações pontuais onde precisamos intervir. Na seção seguinte apontaremos a importância de uma gestão estratégica neste processo de implementação.

2.3.- O papel do gestor na implementação do REM

Muito se tem discutido sobre o papel do gestor nas últimas décadas. Este passou de um perfil administrativo para um perfil gerencial. Nesse contexto o gestor precisa deslocar-se da prática de um trabalho estático para o exercício de um trabalho dinâmico. Assim ele precisa ser capaz de ter uma visão sistêmica, pensar uma gestão articulada e compartilhada, conhecer com propriedade suas funções e como realizá-las, saber planejar, articular e deliberar as ações, coordenar o processo pedagógico da escola colocando-o como foco principal das ações, promover a formação continuada de seu grupo de trabalho, saber reconhecer os talentos valorizando-os, promover ações de empreendedorismo e incentivar ações empreendedoras promovendo a avaliação institucional e a auto-avaliação. Para tanto, se faz mister pensar na formação desse gestor dentro dessas perspectivas.

Segundo Machado (2009), para que a gestão estratégica seja bem sucedida é indispensável à construção de uma “visão sistêmica”, definida pela capacidade do gestor compreender as diversas relações de interdependência presentes dentro e fora da organização que condicionam o desempenho da mesma; o desenvolvimento do “pensamento estratégico”, que é a capacidade do gestor pensar na realidade, nas necessidades e nas ações de forma estratégica, ou seja, de forma articulada com os condicionantes internos e externos da organização e com objetivos a curto, médio e longo prazo; e, por fim, a definição de um “planejamento” que é a ferramenta metodológica que oferece o apoio para a definição de objetivos e estratégias e o seu desdobramento em metas e planos de ação. Segundo a autora, os gestores são responsáveis pela administração de processos operacionais, pela condução da gestão estratégica e por gerir problemas do cotidiano. Isso não é diferente no gerenciamento da implementação do REM que é gerenciado no âmbito três dimensões: central, regional e local.

Nessa perspectiva, é fundamental que os gestores, neste caso a Equipe NAPEM e os Diretores Escolares, sejam capazes de desenvolver a capacidade de pensar de forma sistêmica e estratégica, haja vista possuírem papel preponderante na articulação entre as gestões central e local. O NAPEM à medida que se encontra no órgão de dimensão regional, sendo responsável por estabelecer o elo entre a SEE/MG e as Escolas e os Diretores por estarem diretamente ligados aos professores e alunos onde de fato o REM está se concretizando. Considera-se então

que a partir do desenvolvimento dessas duas habilidades os gestores serão capazes de melhor compreender, exercer de forma mais segura suas funções e contribuir de forma mais efetiva na implementação do projeto.

O modelo genérico de gestão, elaborado por Mintzberg (2010)¹⁴, traz grandes contribuições a esta reflexão quando verifica-se que nenhum gestor gerencia um trabalho ou uma instituição de forma neutra, pelo contrário, leva consigo seus valores, seu conhecimento, suas experiências e seu estilo. Não é diferente com os integrantes do NAPEM, com os Diretores e professores. Portanto, se faz necessária uma discussão ampla sobre o que se pretende e que se espera com REM tanto em âmbito regional como nas escolas. Assim, evita-se criar expectativas além das possíveis tampouco minimizar o potencial do projeto e evitam-se as distorções que muitas vezes ocorrem por falta de conhecimento do projeto em sua íntegra. Para tanto, se faz necessário, segundo o autor supracitado, o desenvolvimento de competências pessoais internas e externas, compreendidas como a capacidade de refletir, criticar, desenvolver um pensamento estratégico, gerindo a própria carreira, o tempo, as informações, até mesmo o estresse que permeia as pessoas que trabalham com gestão.

Segundo Mintzberg (2010), além da gestão em si mesma que está vinculada ao burocrático e ao administrativo cabe à equipe gestora desenvolver **competências relacionadas à gestão de pessoas** (liderando indivíduos, grupos, os procedimentos administrativos que envolvem o projeto), **competências informacionais**, por meio da comunicação verbal e da não verbal, capacidade de análise e ainda, desenvolver **competências voltadas para a ação**, ou seja, ter visão sistêmica, ter capacidade de planejamento, criação e de mobilização que influencia diretamente na capacidade de resolução de problemas, na gestão de projetos, na negociação e estabelecimento de acordos e, por fim, na gestão de mudanças. Essas competências são extremamente necessárias a uma equipe gestora responsável pela implementação de um projeto para que consiga lidar com as dimensões em que o contexto de implementação permeará, ou seja, no plano das

¹⁴ “Henry Mintzberg, professor na McGill University, no Canadá escreveu o livro Managing, desvendando o dia a dia da gestão. O tema foi objeto de sua pesquisa de doutorado, ao final da década de 1970. Ele determinou os dez papéis que todo gestor desempenha”. Elaborou um modelo genérico de gestão capaz de explicar os papéis desempenhados por todo gestor, em qualquer nível hierárquico, e em qualquer tipo de organização. Realizou para tanto uma pesquisa através da qual entrevistou e monitorou o trabalho de 29 gestores de diferentes organizações confirmando assim, suas hipóteses (MACHADO, 2013, p. 1).

informações (em que o gestor recebe as informações, comunica e controla); no plano das pessoas (liderando as pessoas de sua unidade e fazendo conexões entre o contexto externo e sua unidade, bem como a aplicabilidade correta das normas e orientações obtidas nas informações); e no plano das ações (em que o gestor age, estabelece negociações e colabora para que o projeto de fato seja implementado).

Mintzberg (2010) na elaboração de seu modelo genérico de gestão considera ainda que a atuação dos gestores alcança três direções: da unidade, no que tange a esta pesquisa pode ser compreendida como a SRE representada pelo NAPEM e resto da organização (SEE e unidades escolares); e de fora da organização (a comunidade onde a escola está inserida), conforme pode ser observado na figura 1.

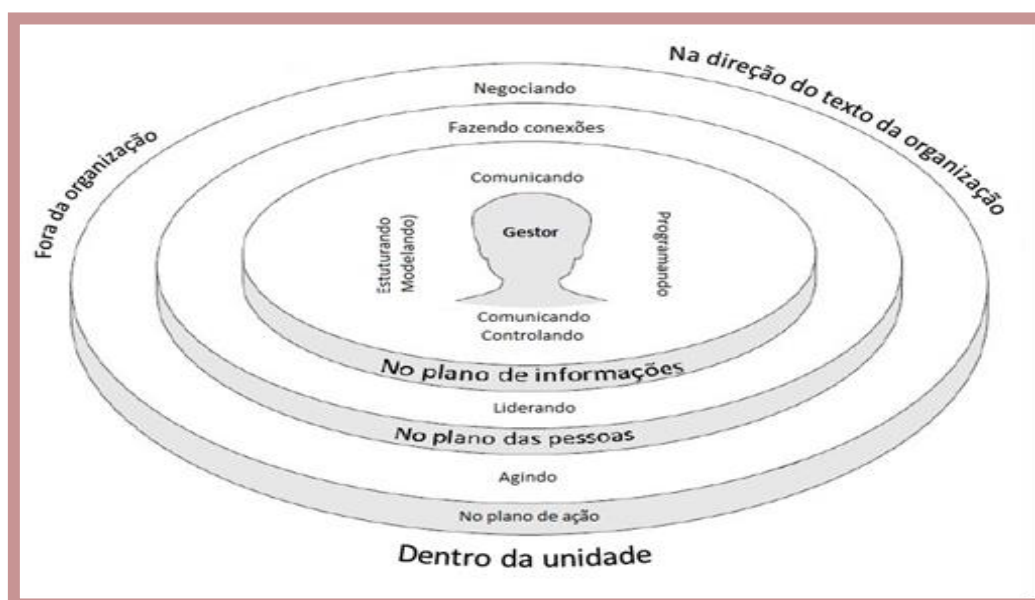


Figura 1: Modelo de Gestão

Fonte: Mintzberg (2010, p. 60).

A Equipe NAPEM, na regional, constitui o elo entre o REM (política desenhada no órgão central) e a sua implantação nas escolas, sendo disseminadora e tendo como responsabilidade auxiliá-las na interpretação das orientações, no entendimento dos objetivos e ainda mobilizar os atores para executar suas ações. As funções do NAPEM em relação ao tratamento das informações configuram também uma faceta da gestão. Esta se aproxima do que Mintzberg (2010) propõe no seu modelo genérico de gestão, que é sua atuação nos planos das informações, das pessoas e das ações. Em entrevista concedida, a equipe percebeu certa dificuldade

no processo de implementação, pois foi verificado que “a maior dificuldade foi a falta de comprometimento e entendimento da equipe escolar com a nova proposta do REM”.

Um dos pontos básicos de um trabalho de gerência é a garantia de que o projeto que está sendo implementado alcance seus objetivos. Com base em tais princípios, percebemos nessa pesquisa distorções nos três planos considerados por Mintzberg (2010) como fundamentais para que uma gestão tenha sucesso na implantação de suas propostas, sejam eles: no plano das informações, no plano das pessoas e no plano das ações. No plano das informações constatamos o retardo na chegada das informações bem como a falta de apropriação das mesmas nos níveis regional e local. Buscando evidências sobre possíveis entraves no plano das informações no nível local analisamos vinte Atas de Reuniões Pedagógicas¹⁵ das escolas “A” e “B” e verificamos que os assuntos abordados em sua maioria envolviam temas administrativos inicialmente e posteriormente, assuntos referentes aos projetos desenvolvidos pela escola. Ressaltamos que o REM foi “citado” cinco vezes. No entanto, não evidenciamos nenhuma reunião onde o projeto foi de fato explanado para toda a comunidade escolar ou mesmo foi tema de estudo nas reuniões.

No plano das pessoas evidenciamos falhas na aplicabilidade correta das informações, haja vista uma apropriação inadequada das mesmas e por fim no plano das ações onde esse conjunto de falhas pode colaborar para que o projeto não seja de fato implementado.

Segundo Lück (2000, p. 2) quando o gestor não procura se planejar para a ação é comum ter em decorrência desse fato, “ações limitadas e, contraditoriamente, até mesmo reforçadoras dos problemas que precisa resolver”. A autora afirma ainda, que o resultado dessa prática consiste num “desgaste inútil e frustrante de energia”.

Diante do exposto entendemos que se faz necessário um melhor planejamento das ações em todos os níveis. Lück (2000, p. 3) fala de um planejamento com uma visão mais inteligente e sagaz da situação que permeia

¹⁵ No Livro de Atas das escolas “A” e “B” havia registros de reuniões pedagógicas dos últimos dois anos. Destaca-se que de acordo com instrução da SEE/MG as escolas estaduais devem organizar oito horas mensais de reuniões para tratar dos assuntos pedagógicos. Essas horas podem ser distribuídas conforme acordado com os docentes, ao longo do mês. Realizada uma média, constatou-se que as referidas escolas fazem ao ano pelo menos sete reuniões.

todos os diferentes aspectos e segmentos internos e externos de uma realidade. Assim sendo, a referida autora apresenta o conceito de planejamento estratégico, que podemos associar ao que Machado (2009) denominou por gestão estratégica, ou seja, o esforço disciplinado e consistente, destinado a produzir decisões fundamentais e ações que guiem a organização escolar, em seu modo de ser e de fazer, orientado para resultados, com forte e abrangente visão de futuro (LÜCK, 2000, p. 5).

Nesse sentido, Mintzberg traz sua contribuição desmistificando a gestão associada ao planejamento a fim de se evitar a frustração e sentimento de inoperância de alguns gestores. Mintzberg (2010) contribui na abolição de alguns “mitos” e “folclore” gerenciais que tendem a burocratizar a prática da gestão imprimindo nos gestores um sentimento de frustração e impotência diante das complexidades e desafios que se apresentam. O objetivo da gestão é contribuir para que cada projeto alcance os seus propósitos.

Dessa forma questionou-se, ao longo dessa pesquisa, como de fato as escolas “A” e “B” implementaram o REM no ano de 2013. Averiguou-se que, ocorreram falhas gerencias nos níveis central, regional e local evidenciadas através dos depoimentos dos Diretores e Coordenadores como também no alto índice de evasão constatado na pesquisa. Portanto, há que se considerar a importância do papel do gerenciamento regional na implementação do REM a fim de que este alcance seus objetivos principais e não se torne um Projeto sem vida.

No capítulo seguinte será proposto o Plano de Ação Educacional composto por duas ações de intervenção. A primeira ação está voltada diretamente para a Superintendência Regional de Ensino de Carangola que será dividida em dois momentos: o primeiro momento de formação com a Equipe de Analistas da Educação (ANE) da SRE/Carangola e Inspectores Escolares e o segundo momento com os Diretores, supervisores e coordenadores do REM.

A segunda ação proposta trata-se da implementação um Projeto dentro do programa REM: **Projeto “ALCANCE: o Professor na mediação entre alunos e saberes”** no sentido de validar os objetivos do programa através da potencialização das relações e interações entre professores e alunos.

O Plano de Ação Educacional (PAE) será submetido à análise da SRE/Carangola e SEE/MG e após aprovado será gerenciado pela Equipe de Inspeção Escolar com vistas a contribuir na implementação do REM nas escolas

pertencentes à SRE/Carangola e conseqüentemente na melhoria da oferta da qualidade do Ensino Médio de Minas Gerais.

3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO REM

O terceiro capítulo objetiva traçar meios e planejar estratégias para que o REM obtenha os resultados esperados e alcance os objetivos traçados junto às escolas pertencentes à jurisdição da SRE/Carangola, quais sejam de uma ressignificação do Ensino Médio que propicie, simultaneamente, melhores condições para o prosseguimento dos estudos e mais instrumentos favorecedores da empregabilidade dos estudantes além da redução dos índices de evasão e melhoria da qualidade neste nível de ensino.

Após a análise da implementação do REM nas Escolas “A” e “B” no ano de 2013 apontando os entraves detectados por meio da pesquisa realizada cumpre-nos apresentar uma proposta de ação que seja coerente com os resultados obtidos.

Tal esforço de construir um plano de intervenção se justifica, pois, vale lembrar que, pelo que foi descrito e analisado, o foco está na gestão em seus três níveis aqui delineados: Central (SEE/MG), Regional (SRE) e Local (Escola).

Na escola é o Diretor/Gestor a pessoa que recebe as políticas para implementação no ambiente escolar, na SRE essa função estava a cargo da Equipe NAPEM. Além disso, é do Diretor/Gestor também a atribuição de coordenar e orientar toda a comunidade escolar nesse compromisso. Isso porque este trabalho analisou como duas escolas, receberam e implementaram o Projeto Reinventando o Ensino Médio em seu primeiro ano durante o ano de 2013 e percebeu-se que é do gestor a responsabilidade primeira em fazer com que essas políticas sejam colocadas em prática. Assim, como já foi dito em passagens anteriores deste trabalho, o gestor, como também toda sua equipe de trabalho deverá ter conhecimento dos “textos” para mobilizar todos os outros atores envolvidos com a escola, a fim de que essa proposta passe da teoria à prática com o mínimo de distorções possíveis.

A primeira ação a ser proposta está voltada diretamente para a Superintendência Regional de Ensino de Carangola no que tange a sua função já explicitada no capítulo um. Essa primeira ação está dividida em dois momentos: um primeiro momento de formação com a Equipe de Analistas da Educação (ANE) da SRE/Carangola e Inspetores Escolares e um segundo momento com os Diretores,

supervisores e coordenadores do REM. Esclarecemos que a partir do ano de 2014 a Equipe NAPEM foi desfeita por razões de corte orçamentário do governo do Estado de Minas Gerais. Portanto, a orientação e monitoramento do REM em sua fase de expansão no ano de 2014 passam a ser realizados pelos Analistas da Educação da regional e pelos Inspetores Escolares. Esses Analistas da Educação já possuem suas atribuições referentes à orientação e monitoramento de outros projetos desenvolvidos pela SEE/MG através da SRE.

Estas ações visam garantir que a equipe interna da regional (ANEs e Inspetores Escolares), as demais escolas que irão implementar o REM nos próximos anos, bem como as duas escolas que já o implementaram tenham o conhecimento e se apropriem de fato do “texto” que embasa o REM na íntegra e de forma bem consistente, haja vista a dificuldade e o conhecimento de forma insatisfatória relatada pelos Diretores das Escolas “A” e “B”, Coordenador do REM da Escola “B” e membros da Equipe NAPEM.

A segunda ação proposta tem como *locus* à escola e consiste no desenvolvimento de um Projeto denominado **Projeto “ALCANCE: o Professor na mediação entre alunos e saberes”**. Este projeto foi elaborado com base no Projeto “Professor Diretor de Turma”¹⁶ sendo este uma experiência vivenciada no Ensino Médio no estado do Ceará como uma política bem sucedida. Segundo *sítio* da Secretaria de Educação do Estado do Ceará os impactos do projeto são positivos no que tange à: Disciplina organizada e otimização do tempo pedagógico; elevada autoestima; fortalecimento da integração dos Diretores de Turma professores e alunos; redução da infrequência e melhorias no rendimento escolar. Assim, através do estreitamento das relações afetivas entre professores e alunos, do conhecimento das características sociais dos alunos e do desenvolvimento de ações de intervenções pedagógicas desenvolveremos o **Projeto “ALCANCE: o Professor na mediação entre alunos e saberes”**. Este projeto concorre para uma aprendizagem mais eficiente e para a permanência do aluno na escola.

Busca-se ainda com o **Projeto “ALCANCE”** os seguintes objetivos:

- I- Estabelecer uma disciplina organizada e otimização do tempo pedagógico;
- II- Elevar a autoestima dos alunos;
- III- Fortalecer a integração dos coordenadores de turma, professores e alunos;

¹⁶ Maiores informações sobre o Projeto Professor Diretor de Turma estão disponíveis no *sítio* da Secretaria de Educação do Estado do Ceará.

- IV- Ativar os Grêmios Estudantis;
- V- Valorizar e incentivar o Protagonismo Juvenil;
- VI- Reduzir a infrequência;
- VII- Melhorar o rendimento escolar.

As ações propostas devem ser desenvolvidas nas Escolas “A” e “B”, que foram objetos de estudo dessa pesquisa como também pelas escolas pertencentes à SRE/Carangola por ocasião da implementação do REM, na intenção de otimizar os seus recursos já investidos e minimizar as dificuldades detectadas em especial a evasão já detectada nessa pesquisa.

3.1 Primeira Ação Proposta: Formação da Equipe de Analistas da Educação e Inspectores Escolares e Equipe Escolar para implementação do REM

Buscando reverter o quadro detectado através dessa pesquisa e auxiliar as demais escolas na implementação do REM nos anos seguintes apresenta-se uma breve proposta de formação interna, com a Equipe de Analistas de Educação e Inspectores Escolares da SRE/Carangola e posteriormente com os Diretores das Escolas, supervisores e coordenadores do REM a ser realizada pela equipe de ANEs e Inspectores Escolares. O Anexo VII oferece um roteiro com Legislações (textos), orientações vindas da SEE/MG que norteiam a implementação do REM a ser trabalhado com este grupo. Esses encontros devem ser realizados na SRE/Carangola e depois devem ser multiplicados na escola pelos Diretores, supervisores e coordenadores do REM.

É importante lembrar que durante a entrevista os Diretores e Coordenador da Escola “B” sinalizaram sobre a importância das informações chegarem a tempo hábil na escola e os atores envolvidos na implementação do programa possam apropriar-se de fato das diretrizes que o permeiam.

É evidente que um só encontro não trará garantia de uma apropriação de toda a proposta que permeia o caso aqui estudado. No entanto, a partir deste encontro espera-se sensibilizar o grupo para que continue o estudo dos documentos na escola junto à comunidade escolar e a fim de que se apropriem das diretrizes operacionais e pedagógicas do programa.

O primeiro momento da ação, portanto, consiste em reunirem-se equipe de ANEs e Inspectores Escolares a fim de: I - Estudar os “textos” (Legislações,

Orientações, normatizações e documentos) que embasam o REM; II - Analisar e apresentar os principais pontos passíveis de maior dificuldade de aplicabilidade e que por isso necessitam de maior atenção; e III - Apresentar os dados obtidos através dessa pesquisa e possíveis encaminhamentos.

O segundo momento é diretamente voltado para os Diretores, supervisores e coordenadores do REM que irão reproduzir nas escolas os estudos realizados na regional.

O quadro 15 ilustra as ações, seu prazo para cumprimento e indica quem deve ser o responsável pela mesma.

Quadro 15: Superintendência Regional de Ensino de Carangola- REM- Plano de Ação Educacional- PAE

PLANEJAR CAPACITAÇÃO/ESTUDO – ANE E INSPETORES ESCOLARES		
ESTRATÉGIAS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
Apresentar aos ANEs e Inspetores Escolares a presente pesquisa e Plano de ação.	Outubro 2014	Inspetora Escolar
Selecionar “Textos”, (Orientações, normatizações e documentos) que embasam o REM a serem estudados e discutidos nas reuniões internas.	Outubro 2014	Equipe ANE e Inspetores Escolares
Organizar os materiais a serem utilizados nas reuniões internas.	Outubro 2014	Equipe ANE e Inspetores Escolares
Estabelecer cronograma para o estudo de cada “Texto” selecionado.	Out/Nov 2014	Equipe ANE e Inspetores Escolares
Reunir a Equipe ANE e Inspetores escolares para o estudo dos “textos”.	Out à Dez/14 Fev à Dez/15	Equipe ANE e Inspetores Escolares
Avaliar sistematicamente as reuniões internas e o trabalho de monitoramento da implantação do REM visando o aprimoramento e reestruturação do trabalho da Equipe ANE e Inspetores Escolares.	Maio a Dezembro 2015- 2016	Equipe ANE e Inspetores Escolares

Fonte: Elaboração própria a partir das atribuições da Equipe NAPEM e Inspetores Escolares.

Importante esclarecer que a partir do ano de 2014 a função do Coordenador do REM deixou de ser exercida por um vice-diretor especificamente para tal conforme citado no capítulo 1. De acordo com a Resolução da SEE/MG nº. 2.486 (MINAS, 2013e), de 20 de dezembro de 2013, para as demais escolas que oferecem o Ensino Médio, que estariam implementando o REM a partir do ano de 2014 essa função será exercida por um especialista (supervisor) já com suas atribuições na escola naquele turno conforme art. 15 da citada Resolução.

Art. 15 – As escolas constantes da listagem¹⁷ encaminhada pela Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos às SRE deverão indicar um de seus atuais Vice-diretores para coordenar a implantação do REM, devendo os demais Vice-diretores assumir as outras atividades pertinentes à função. No caso de escolas que não constem da listagem, o (a) especialista responsável pelo turno de oferta do REM deverá responder pela coordenação da implantação. (MINAS, 2013e).

Assim, se faz necessário maior e melhor conhecimento dos “Textos” que embasam o Programa REM por toda a comunidade escolar tendo em vista garantir uma sua implementação evitando as distorções. Para tanto, o segundo momento da primeira ação proposta, consiste em uma série de encontros com os Diretores, Supervisores e destes com os professores a fim estudarem e apropriarem-se das diretrizes técnicas e pedagógicas que embasam o REM. Essas ações estão descritas no quadro 16 e podem ser ainda enriquecidas de acordo com cada escola a partir das necessidades detectadas e das experiências vivenciadas no decorrer da implementação do programa.

O segundo momento da primeira ação proposta está ilustrado no quadro 16 como também seu prazo para cumprimento e quem deve ser o responsável pela realização da ação.

A primeira ação proposta, em suas duas etapas, não acarretará custos em sua execução uma vez que para realização de reuniões internas a SEE/MG já disponibiliza anualmente recursos necessários para execução de ações na sede da regional referentes aos projetos gerenciados pela DIRE e quanto à realização dos estudos nas escolas, nestes também deverão ser utilizados recursos já disponibilizados para ações pedagógicas.

¹⁷ As escolas constantes nesta lista são apenas as escolas que implementaram o REM através do Projeto Piloto em 2012 (11 escolas) e as escolas que implementaram o REM em 2013 (122 escolas).

Quadro 16: Superintendência Regional de Ensino de Carangola- REM- Plano de Ação Educacional- PAE

CAPACITAÇÃO/ESTUDO – ANE E INSPETORES ESCOLARES DIRETORES- SUPERVISORES E COORDENADORES DO REM		
ESTRATÉGIAS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
Organizar os materiais a serem utilizados nas reuniões de capacitação.	Outubro 2014	Equipe ANE e Inspetores Escolares
Estabelecer cronograma para o estudo de cada “Texto” selecionado.	Outubro 2014	Equipe ANE e Representante dos Inspetores Escolares
Reunir a Equipe ANE, Inspetores Escolares, Diretores, supervisores e coordenadores do REM para o estudo dos “textos”.	Outubro à Dezembro 2014 Mensalmente	Equipe ANE e Inspetores Escolares
Selecionar “Textos”, (Orientações, normatizações e documentos) que embasam o REM a serem estudados e discutidos nas reuniões nas escolas.	Novembro e Dezembro 2014 Fev a Dez/2015	Equipe ANE, Diretores, supervisores e Coord. do REM
Reunir os profissionais da escola para estudo dos “Textos”, (Orientações, normatizações e documentos) que embasam o REM.	Nov/Dez/201 4 Fev. a Dez/2015	Diretores, supervisores e Coordenadores do REM e demais profissionais da escola.
Avaliar sistematicamente as reuniões internas e as ações de implantação do REM visando o aprimoramento e correção de possíveis distorções.	Maio a Dezembro 2015- 2016	Diretores, supervisores e Coordenadores do REM.

Fonte: Elaboração própria.

3.2 Segunda Ação Proposta: O Projeto “ALCANCE: o Professor na mediação entre alunos e saberes”

A segunda ação proposta tem seu *locus* na escola objetivando corroborar junto ao REM no sentido de melhorar os rendimentos dos alunos e reduzir os índices de evasão escolar através do desenvolvimento do projeto “ALCANCE: o Professor na mediação entre alunos e saberes” buscando maximizar os pontos positivos do programa, valorizando a participação dos alunos e estimulando o protagonismo juvenil.

O projeto “ALCANCE: o Professor na mediação entre alunos e saberes” parte do princípio de que com um acompanhamento mais sistematizado e mais afetivo dos alunos por um professor que passa a ser então o referencial daquele grupo, promove-se o desenvolvimento de um trabalho cooperativo, possibilita um maior conhecimento dos alunos e uma maior possibilidade de intervenção e colaboração em sua trajetória escolar.

Nesse sentido o projeto “ALCANCE: o Professor na mediação entre alunos e saberes” consiste em ações voltadas para o acompanhamento individualizado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio das Escolas “A” e “B” no ano de 2015, sendo estes alunos que participaram da implementação do REM nessas escolas no ano de 2013, como também aos alunos do 1º ano do Ensino Médio do ano de 2015 dessas mesmas escolas, em forma de projeto piloto.

Dessa forma o projeto consiste na ação do professor mediador que terá um papel de consolidar as informações acerca dos alunos, tanto pedagógicas quanto sociais. Essas informações serão condensadas em um portfólio que estará disponível para consulta da equipe escolar, diretor e supervisores e consideradas pelo grupo de professores nas reuniões de conselho de classe como também serão motivos de intervenção e cuidado. Esse mesmo professor, que será também professor dos conteúdos práticos da área de empregabilidade do REM, terá como atribuição específica do projeto o acompanhamento e orientação aos alunos em progressão parcial, bem como o contato com seus pais, caso se faça necessário. Assim sendo, o quadro número 17 sistematiza as ações a serem desenvolvidas no projeto.

Quadro 17: Desenvolvimento do projeto “ALCANCE: o Professor na mediação entre alunos e saberes”

Ação	Onde	Quando	Quem	Como
Apresentação do Projeto para as Escolas “A” e “B”	SRE-Carangola	Novembro 2014	Inspetora Escolar	Reunião Com Equipe Gestora
Apresentação do Projeto para a comunidade escolar	Escolas “A” e “B”	Dez 2014	Equipe Gestora	Reunião com comunidade escolar e colegiado para aprovação do Projeto
Definição dos Professores mediadores de cada Turma	Escolas “A” e “B”	Janeiro 2015	Diretor	De acordo com critérios estabelecidos no Projeto
Eleição de um aluno representante de turma	Escolas “A” e “B”	Fevereiro 2015	Professores Mediadores	Organização do Processo de Eleição
Eleição de um Pai (s) representantes de cada Turma	Escolas “A” e “B”	Fevereiro 2015	Professores Mediadores Diretor	Reunião de Pais e Organização Processo de Eleição
Organização e análise do Portfólio das Turmas	Escolas “A” e “B”	Fevereiro 2015	Professores Mediadores	01 módulo-aula semanal
Realização das Reuniões Intermediárias	Escolas “A” e “B”	Fev/Dez Mensal- 2015	Professores Mediadores Aluno repres. de Turma Pais representante de Turma	Reuniões Intermediárias

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 18: Desenvolvimento do projeto “ALCANCE: o Professor na mediação entre alunos e saberes” continuação

Ação	Onde	Quando	Quem	Como
Realização das Reuniões de Conselho de Classe	Escolas “A” e “B”	Fev a Dez Bimestral mente Conforme calendário 2015	Professores Mediadores Professores da Turma Supervisores	Reuniões de Conselho de Classe
Atendimento aos alunos em Progressão Parcial e outras dificuldades	Escolas “A” e “B”	Fevereiro a Dezembro 2015	Professores Mediadores	01 módulo-aula semana
Atendimento aos Pais dos alunos e/ou alunos	Escolas “A” e “B”	Fevereiro a Dezembro 2015	Professores Mediadores	01 módulo-aula semanal

Fonte: Elaboração própria.

É importante traçar um perfil específico para o professor que deseje assumir a função de mediador no Projeto, pois deste dependerá o sucesso do projeto. Portanto, o Diretor deverá estar atento ao perfil exigido para se assumir tal função conforme descrito no quadro 19.

Tendo estabelecido o perfil do professor se faz necessário que seja garantido pela equipe gestora que o profissional que assuma a função seja realmente comprometido em desenvolver o projeto. Para tanto, serão destinados cinco (5) módulos-aula semanais de cinquenta (50) minutos para cumprimento das tarefas de professor mediador. Esses módulos-aula deverão ser cumpridos em horário pré-estabelecido junto à Direção, dentro da unidade escolar. Serão, portanto, distribuídos da seguinte forma: a) 02 módulos-aula serão ministrando os **Conteúdos Práticos da área de empregabilidade**; b) 01 módulo-aula para **orientação de alunos** em Progressão Parcial e outras pendências; c) 01 módulo-aula para **atendimento aos pais ou responsáveis** pela educação do aluno, que pode ser também utilizado com alunos, se for o caso; e, d) 01 módulo-aula para **organização**

do Portfólio da Turma. Sendo assim cabe ao professor mediador ministrar 2 módulos-aula dos conteúdos práticos das áreas de empregabilidade do REM semanalmente na turma onde é Mediador; atender/orientar alunos em Progressão Parcial e/ou outras dificuldades conforme cronograma em 01 módulo-aula, semanalmente; atender Pais de alunos e/ou alunos em 01 módulo-aula semanalmente e analisar/organizar o Portfólio da Turma utilizando 01 módulo-aula semanalmente.

Quadro 19: Perfil do Professor do projeto “ALCANCE: o Professor na mediação entre alunos e saberes”

Perfil do Professor do “ Projeto ALCANCE: o Professor na mediação entre alunos e saberes ”
I – Ser professor do Ensino Médio na escola, dos Conteúdos Práticos da Área de Empregabilidade do REM; II - Ter motivação para desempenhar a função; III - Participar, articular e coordenar o trabalho desenvolvido pelos professores nos Conselhos de Classe; IV – Ter conhecimento dos “Textos” que embasam o REM e o Ensino Médio geral; V - Ser capaz de estabelecer um bom relacionamento com alunos, pais ou responsáveis; VI - Ser mediador, promover e fomentar o bom relacionamento entre alunos e comunidade educativa; VII – Saber lidar com situações de conflitos, mediando-os e minimizando-os.

Fonte: Elaboração própria.

Para desenvolver os conteúdos práticos das áreas de empregabilidade o professor deverá recorrer ao CRV, aos CBC das áreas de empregabilidade, bem como às orientações próprias do REM para essa disciplina.

Concernente ao atendimento aos alunos em Progressão Parcial, o professor mediador da turma deverá pedir ao supervisor a relação de nome dos alunos da turma com as respectivas pendências e estudos orientados já encaminhados pelo professor da disciplina para que possa orientá-los e incentivá-los a fazer. A orientação aos alunos em Progressão Parcial deverá ser agendada em horário contrário ao estudo regular do aluno. Este atendimento não exime o professor da disciplina em que o aluno está em Progressão Parcial da responsabilidade da

orientação dos estudos orientados. O Professor mediador da Turma fará a mediação e acompanhamento da oferta pelo professor e do cumprimento da Progressão Parcial pelo aluno. Este apoio destina-se auxiliar o aluno a aprender, a estudar e a pesquisar e constitui-se de grupos de alunos por disciplina conforme suas dificuldades. Este momento também pode ser utilizado para orientação a alunos que não estão em Progressão Parcial, mas encontra-se com outras dificuldades sejam elas de relacionamento interpessoal ou mesmo de aprendizagem.

Consideramos de grande importância o atendimento aos pais ou responsáveis pela educação do aluno para estabelecimento de uma aproximação entre professor-família-escola. Para tanto, serão agendados encontros à medida que se fizerem necessários. Esses encontros devem ser agendados e constar no quadro de horário do professor mediador de Turma. No entanto, em reunião de pais que será realizada logo no início do ano deve ser eleito um ou dois representantes de pais para cada turma. Estes pais representantes de Turma terão como atribuição participar nas reuniões intermediárias e bimestrais, fazendo o elo de informação com o restante dos pais da turma. Também participam das Reuniões Intermediárias os representantes dos Alunos de cada Turma.

Outra atribuição importante do professor mediador é a organização do Portfólio da Turma. Para que o Portfólio seja organizado e analisado é necessário que o professor mediador mantenha os dados sobre os alunos atualizados com relação à frequência e aproveitamento das disciplinas. Para isso é necessário o contato constante com os demais professores da turma e a elaboração de instrumentos que facilitem a coleta desses dados.

Importante dizer que na elaboração do portfólio devem participar todos os envolvidos no processo de aprendizagem (professores, alunos, secretaria e Diretor) para um melhor conhecimento e mais eficiente diagnóstico da turma já evidenciando as possíveis lacunas logo no início do ano. O portfólio deve ser organizado numa pasta (AZ) para cada turma constando a identificação e respectivo ano escolar. Este portfólio deve estar disponível para consulta pelo Diretor, professores da turma, supervisor, Inspetor Escolar e ANE e analisado pelo professor mediador de turma sempre que necessário e no atendimento aos pais, ou responsável de cada discente. É nessa pasta que se colocam todos os instrumentais que possibilitarão o conhecimento de cada aluno conforme consta no anexo VI.

É importante que seja reservado um espaço para os professores que mediadores da Turma possam realizar suas tarefas. A escola deve buscar essa possibilidade. Os professores mediadores de cada Turma têm que ter expostos os seus horários num painel de parede à vista de quem visita este espaço. Os instrumentais do Portfólio devem estar registrados e digitados em computador com pastas nomeadas para cada turma, onde se arquivarão todos os instrumentais.

Justifica-se a realização deste projeto somente se este vier a somar aos objetivos do REM não configurando como mais uma ação paralela, mas sim com colaborativa validando as intenções do programa e acentuando seus pontos positivos.

Nesse sentido as reuniões que se realizam mensalmente têm o objetivo de encaminhamento das situações detectadas na análise dos portfólios bem como das situações observadas no dia a dia. Para realização das reuniões intermediárias do Projeto ALCANCE deve ser feita a convocação dos participantes, sendo eles: o professor mediador, o aluno representante de turma, o(s) pais(s) representante de turma e demais professores das turmas que assim desejarem ou necessitarem. As reuniões intermediárias ocorrerão mensalmente, sempre anteriores às reuniões dos Conselhos de Classe, deverão ser previstas em cronograma e constar no calendário. Anteriores a estas os alunos reunirão em suas turmas para que possam apresentar suas questões ao representante que as levarão para a reunião intermediária. Espera-se ainda que com essa ação, de forma secundária, seja revitalizado o Grêmio Estudantil nas escolas.

Para que esta segunda ação aconteça se faz necessário que a SEE/MG autorize a disponibilização dos recursos financeiros que poderá ser através do pagamento dos módulos-aula sob a forma de exigência curricular. Na verdade seriam 3 (três) módulos-aula pagos sob a forma de exigência curricular conforme art. 25 da Resolução SEE/MG nº. 2.442 (MINAS, 2013f), de 07 de novembro de 2013. Isso representaria um gasto mensal por turma de R\$ 269,50 (duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos). Esse valor poderá sofrer alterações até o ano de 2015 quando o projeto estiver sendo implementado. Os outros 2 (dois) módulos-aula destinados aos conteúdos práticos das áreas de empregabilidade já fazem parte da matriz curricular do REM e não geraria gasto. O gasto com materiais para realização de reuniões e montagem do portfólio seria coberto com os recursos já disponibilizados para manutenção e consumo do REM.

As ações previstas nesse Plano de Ação Educacional são simples e exequíveis, pensadas no intuito de viabilizar sua execução. Entretanto, são ações de extrema importância, pautadas nas dificuldades encontradas na realização da pesquisa tendo como foco principal minimizar os impactos negativos dos entraves detectados e colaborar para que o Programa Reinventando o Ensino Médio não perca sua essência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada, analisou a implementação do Projeto/Programa Reinventando o Ensino Médio em duas escolas da Regional de Carangola no ano de 2013, constatou que as escolas “A” e “B” encontraram algumas dificuldades na implementação do referido projeto. No que tange ao fluxo de informações verificou-se que a demora na chegada das mesmas, tanto na SRE como nas escolas, trouxe uma série de contradições e interpretações distorcidas acerca do REM. Somado à questão apresentada, como situações que contribuíram para o desgaste do projeto no seu primeiro ano de implementação nessas duas escolas, estão: a falta de profissionais com formação especializada para as áreas da empregabilidade, a inadequação da proposta para os alunos do noturno, a dificuldade com transporte escolar e adaptação ao sexto horário, tanto para os alunos como para os professores.

Algumas medidas foram tomadas pela SEE no sentido de minimizar as dificuldades advindas pela falta de planejamento, sobretudo referente ao transporte escolar. No ano de 2014 os alunos que dependiam do transporte escolar não mais eram obrigados a cumprir o sexto horário na escola e poderiam realizar as atividades em casa. Outra medida adotada pela SEE/MG foi a extinção da função do Coordenador do REM. Tais mudanças durante a implementação do programa causam uma grande insegurança ao grupo de trabalho e aos atores que estão na base de implementação do programa.

Não obstante, aos muitos entraves detectados para que o Programa REM seja implementado com maior eficiência, as ações da SRE devem ser pautadas no sentido de reverter a situação e garantir que as demais escolas possam implementar o Programa de forma mais consciente e com mais segurança.

É nessa perspectiva que a regional precisa reorganizar-se, repensando o gerenciamento do programa considerando o plano das informações, o plano das ações e o plano das pessoas no nível regional e estimulando as escolas para que os Diretores consigam realizar este mesmo movimento no interior das escolas.

Na tentativa de auxiliar as escolas em reverterem o quadro que se apresenta diante da implementação do REM é que este Plano de Ação Educacional teve como proposta duas ações: uma primeira, diretamente ligada à formação continuada dos

profissionais envolvidos na implementação do Programa e uma segunda ação diretamente realizada na escola, voltada para o atendimento ao aluno no sentido de validar os objetivos do REM através da potencialização das relações entre professor e aluno e da valorização do protagonismo juvenil. É sabido das inquietações da juventude, principalmente nos dias atuais e do grande desafio da escola em se adequar a essa inquietação, sobre isso os conselheiros se posicionam:

Nos dias atuais, a inquietação das “juventudes” que buscam a escola e o trabalho resulta mais evidente do que no passado. O aprendizado dos conhecimentos escolares tem significados diferentes conforme a realidade do estudante. Vários movimentos sinalizam no sentido de que a escola precisa ser repensada para responder aos desafios colocados pelos jovens. (BRASIL, 2011, p.1).

Fica evidente que as ações aqui propostas não têm a pretensão de sanear todos os entraves detectados nesta pesquisa, haja vista ser o Ensino Médio um tema inesgotável na agenda de discussão das políticas educacionais. Assim sendo, fica-nos o desafio de insistir no debate das proposições e no monitoramento de políticas educacionais com vistas a garantir um Ensino Médio de qualidade, a certeza de que a implantação dessas políticas não é tarefa fácil e realizável a partir de um desenho pré-estabelecido e por fim, que a gestão de políticas educacionais é bastante complexa. Destaca-se, no que tange implementação do REM na regional de Carangola que muitos são os desafios ainda a serem superados e que não se espera resultados miraculosos diante do proposto, mas que se vislumbrem possibilidades assertivas dentro de um plano de ação exequível.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Darcy Ribeiro nº9.394, 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB nº. 5, de 04 de maio de 2011. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011.

_____. Resolução CEB nº. 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2012.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO (CAEd). Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – Proeb. **Resultados por escola**. [2013?]. Disponível em: <<http://www.simave.caedufjf.net/proeb/resultadosescala/>>. Acesso em: 30 out. 2013.

CURRÍCULO BÁSICO COMUM (CBC). Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.aspx?id_projeto=27&id_objeto=38682&tipo=ob&cp=fc5e36&cb=&n1=&n2=Proposta%20Curricular%20-%20CBC&n3=Fundamental%20-%206%C2%B0%20ao%209%C2%BA&n4=Arte&b=s/> acesso em 16/02/14

Depoimento dos membros do NAPEM. 2013

Documento de circulação interna enviado pela SEE/MG à SRE/Carangola, em formato de documento Power Point, para orientação do NAPEM. Após exposição oral da Equipe SEE/MG em Maio/2013.

DURSTON, Jonh. ¿Qué es el capital social comunitário? **CEPAL- Serie Políticas Sociais**. División de Desenvolvimento Social. Chile, n. 38. 2000.

ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem> > acesso em 16/02/2014

ENSINO MÉDIO INOVADOR. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439> Acesso em 01/05/2014.

LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES PEDAGÓGICAS das Escolas “A” e “B”. 2013.

LÜCK. Heloísa. A aplicação do Planejamento Estratégico na escola. Gestão em Rede, nº. 19, abril. 2000, p. 8 – 16. Disponível em: <www.ppgp.caedufjf.net. >Acesso: 30 de abril de 2013.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.** Campinas, SP, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MINAS GERAIS. Resolução nº 666, de 07 de abril de 2005. Estabelece os Conteúdos Básicos Comuns – CBC's a serem obrigatoriamente ensinados pelas unidades de ensino estaduais que oferecem as séries finais do ensino fundamental e o ensino médio. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 2005. Disponível em:

<[http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/admin/banco_objetos_crv/%7BD581EE35-33FA-4FBB-B066-](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/admin/banco_objetos_crv/%7BD581EE35-33FA-4FBB-B066-714AD4A4DFD4%7D_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SEE%20n%C2%BA%20666%20de%2007%20de%20abril%20de%202005.pdf)

[714AD4A4DFD4%7D_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SEE%20n%C2%BA%20666%20de%2007%20de%20abril%20de%202005.pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/admin/banco_objetos_crv/%7BD581EE35-33FA-4FBB-B066-714AD4A4DFD4%7D_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SEE%20n%C2%BA%20666%20de%2007%20de%20abril%20de%202005.pdf)> Acesso em 03/05/2014.

_____. _____. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 457, **de 30 de setembro de 2009**. Dispõe sobre a Inspeção Escolar na Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 30 out. 2009.

_____. _____. Secretaria de Estado da Educação. Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 2011a.

_____. _____. **Novo Plano Curricular: Ensino Médio**. [2006?]. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos_crv/%7BBBBA3B26-D0E7-467E-AC54-DA816E5D605E%7D_Novo%20plano%20curricular.pdf>. Acesso em: 07 set. 2013.

_____. _____. **Novo Ensino Médio** (Reinventando o Ensino Médio). 16 set. 2013a (atualizado). Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/action/2825-novo-ensino-medio-reinventando-o-ensino-medio>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

_____. _____. Resolução nº 1.025, de 26 de dezembro de 2007. Institui e regulamenta a organização curricular a ser implementada nos cursos de ensino médio das unidades de ensino da rede estadual de Educação. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 2007.

_____. _____. Resolução nº 1.255, de 19 de dezembro de 2008. Altera dispositivos da Resolução Nº. 1025, de 26 de dezembro de 2007, que institui e regulamenta a organização curricular nos cursos de ensino médio das unidades de ensino da rede estadual de educação. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 2008a.

_____. _____. Resolução nº 2.017, de 29 de dezembro de 2011. Institui e regulamenta a organização curricular a ser implementada nos cursos de ensino médio das unidades de ensino da rede estadual de educação. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 2011b.

_____. _____. Resolução nº. 2.030, de 25 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a implantação do projeto Reinventando o Ensino Médio que institui e regulamenta a organização curricular a ser gradativamente implantada nos cursos de ensino médio regular da rede estadual de ensino de Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 25 jan. 2012a.

_____. _____. Resolução nº. 2.032, de 31 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a função de Coordenador do Projeto Reinventando o Ensino Médio. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 2012b.

_____. _____. Resolução nº. 2.251, de 02 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a implantação do projeto Reinventando o Ensino Médio que institui e regulamenta a organização curricular a ser gradativamente implantada nos cursos de ensino médio regular da rede estadual de ensino de Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 03 jan. 2013b.

_____. _____. Resolução nº. 2.252, de 03 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a função de coordenador do projeto Reinventando o Ensino médio. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 04 jan. 2013c.

_____. _____. Resolução nº. 2.253, de 9 de janeiro de 2013. Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 2013d.

_____. _____. Resolução nº. 2.486, de 20 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a universalização do Reinventando o Ensino Médio nas Escolas da rede pública estadual de Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 2013e.

_____. _____. Resolução nº. 2.442, de 07 de novembro de 2013. Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 2013f.

_____. _____. Resolução 753, de 06 de janeiro de 2006. Institui e regulamenta a organização curricular a ser implementada nos cursos de Ensino Médio das unidades de ensino integrantes do Projeto Escolas-Referência. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 07 jan. 2006a.

_____. _____. Resolução 833, de 24 de novembro de 2006. Institui e regulamenta a organização curricular a ser implementada nos cursos de Ensino Médio das unidades de ensino integrantes do Projeto Escolas-Referência. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 2006b.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Superintendências Regionais de Ensino – SREs. 2008b. Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br/sobre/servicos-18/superintendencias-regionais-de-ensino>>. Acesso em: 10 jun.2013.

MINTZBERG, Henry. Desvendando o dia a dia da gestão. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MOEHLECK, Sabrina. **O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações**. Revista Brasileira de Educação. V.17. n. 49. Jan/Abr.2012.

POLON, Thelma Lúcia Pinto. **O Currículo do Ensino Fundamental a partir da aprovação das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos**, disponível em <http://www.ppgp.caedufjf.net/course/view.php?id=75&topic=3>, último acesso em 19/05/2014.

PROJETO PROFESSOR DIRETOR DE TURMA. Disponível em <http://portal.seduc.ce.gov.br/index.php/87-pagina-inicial-servicos/desenvolvimento-da-escola/3257-diretor-de-turma>> acesso em 20/05/2014.

SEDINE - Serviço de Documentação e Informações Educacionais.

SIMADE. Sistema Mineiro de Administração Escolar. Disponível em <https://simade.caedufjf.net/SimadeWeb/login.faces>. Acesso em 30/05/2013.

SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (Sind-UTE). Departamento intersindical de Estatística e estudos econômicos (DIEESE). Estudo técnico sobre a projeção do atendimento ao Ensino Médio regular na rede pública estadual de Minas Gerais: 2010-2014. 2012. Disponível em: <<http://www.sindutemg.org.br/novosite/files/18-05-cartilha-dieese-web.pdf>>. Acesso em: 30 agosto 2013.

SEE/MG. Ofício Circular DGDC/CRH nº. 03, de 31 de janeiro de 2013

PROFESSOR DIRETOR DE TURMA. Disponível em: <<http://portal.seduc.ce.gov.br/index.php/87-pagina-inicial-servicos/desenvolvimento-da-escola/3257-diretor-de-turma>> Último acesso em 03/05/2014

SANTOS, Maressa Valente dos. A implantação do Projeto Incluir e seu gerenciamento na Superintendência Regional de Ensino de Carangola/MG. 2013. (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública). CED-UFJF.2013. Disponível em: < <http://www.mestrado.caedufjf.net/menu/dissertacoes-defendidas/>> acesso em 04/05/2014.

READEQUAÇÃO CBC/REM. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/banco_objetos_crv/03A9184952BB4959A8C7461E290C451F7112012175147_APRESENTA%C3%87%C3%83OREADEQUA%C3%87%C3%83O%20DOS%20CBCs.pdf> Acesso em 16/02/14.

ANEXOS

I- ROTEIRO DE ENTREVISTA AO NAPEM REGIONAL

**Estudo: O NOVO ENSINO MÉDIO DE MINAS GERAIS:
OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO REINVENTANDO O
ENSINO MÉDIO EM DUAS ESCOLAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DE ENSINO DE CARANGOLA.**

Entrevistado: _____

Local: _____

Data: ____/____/2013.

- 1- EM SUA OPINIÃO O REM ATENDE AS NECESSIDADES/EXPECTATIVAS DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO? POR QUÊ?
- 2- COMO VOCÊ AVALIA AS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DAS DUAS ESCOLAS QUE ESTÃO IMPLEMENTANDO O REM EM 2013 MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DO REM?
- 3- QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENCONTRADAS ATÉ O MOMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DO REM? VOCÊ ATRIBUI ESSAS DIFICULDADES A QUE OU A QUEM ESPECIFICAMENTE?
- 4- O NAPEM REALIZA UMA FUNÇÃO DE INTERLOCUÇÃO ENTRE SEE-SRE-ESCOLA NA IMPLEMENTAÇÃO DO REM. QUAIS OS MAIORES ENTRAVES EM REALIZAR PLENAMENTE ESSE TRABALHO?
- 5- EM SUA OPINIÃO A FUNÇÃO DO COORDENADOR É IMPORTANTE? POR QUÊ?
- 6- COMO VOCÊ PERCEBE A RECEPTIVIDADE AO REM PELA COMUNIDADE ESCOLAR?
- 7- COMO OS PROFESSORES ESTÃO REAGINDO A ESSE PROJETO?
- 8- EM SUA OPINIÃO QUAL A MAIOR CONTRIBUIÇÃO DO REM PARA OS ALUNOS A ALTERAÇÃO CURRICULAR PROPOSTA FARÁ A DIFERENÇA NA PREPARAÇÃO PARA A ENTRADA EM UM CURSO SUPERIOR OU PARA CONSEGUIR UM BOM EMPREGO?

- 9- VOCÊ CONSIDERA QUE O TURNO NOTURNO FOI CONTEMPLADO DE FORMA SATISFATÓRIA NESSE PROJETO? QUAIS AS FACILIDADES E DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO REM NESSE TURNO?
- 10-O QUE O REM TEM DE MELHOR, EM SUA OPINIÃO?
- 11-O QUE, EM SUA OPINIÃO, DEVERIA SER FEITO PARA QUE O REM FOSSE UM SUCESSO?

II- ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS COORDENADORES DAS ESCOLAS QUE ESTÃO IMPLEMENTANDO O REM DA SRE/CARANGOLA

Estudo: O NOVO ENSINO MÉDIO DE MINAS GERAIS: OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO REINVENTANDO O ENSINO MÉDIO EM DUAS ESCOLAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE CARANGOLA.

Entrevistado: _____

Local: _____

Data: ____ / ____ /2013.

- 1- EM SUA OPINIÃO O REM ATENDE AS NECESSIDADES/EXPECTATIVAS DO ALUNADO DO ENSINO MÉDIO DA REALIDADE DA SUA ESCOLA?
- 2- ENQUANTO COORDENADOR, QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENCONTRADAS ATÉ O MOMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DO REM?
- 3- EM SUA OPINIÃO A FUNÇÃO DO COORDENADOR É IMPORTANTE? POR QUÊ?
- 4- COMO VOCÊ PERCEBE A RECEPTIVIDADE AO REM PELA COMUNIDADE ESCOLAR?
- 5- COMO OS PROFESSORES ESTÃO REAGINDO A ESSE PROJETO?
- 6- E OS ALUNOS? VOCÊ PERCEBE MAIOR INTERESSE E PARTICIPAÇÃO NAS AULAS? TÊM RECEBIDO DOS ALUNOS COMENTÁRIOS POSITIVOS OU NEGATIVOS SOBRE O PROJETO?(ESPECIFIQUE TURNO DIURNO E NOTURNO)
- 7- EM SUA OPINIÃO QUAL A MAIOR CONTRIBUIÇÃO DO REM PARA OS ALUNOS?
- 8- VOCÊ CONSIDERA QUE O TURNO NOTURNO FOI CONTEMPLADO DE FORMA SATISFATÓRIA NESSE PROJETO? QUAIS AS FACILIDADES E DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO REM NESSE TURNO?
- 9- COM RELAÇÃO AO ENSINO MÉDIO NOTURNO, A ESCOLA JÁ TEM UMA PROPOSTA PARA OFERECER OS CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES

APLICADOS NO NOTURNO? ESSA É UMA FUNÇÃO DO COORDENADOR.
COMO VOCÊ ARTICULA ISSO?

10-COMO TEM SIDO A ATUAÇÃO DO NAPEM EM SUA ESCOLA?

11- O QUE O REM TEM DE MELHOR, EM SUA OPINIÃO?

12- EM SUA OPINIÃO, OS PAIS GOSTAM DO REM?

13- O QUE, EM SUA OPINIÃO, DEVERIA SER FEITO PARA QUE O REM
FOSSE UM SUCESSO?

III- ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS DIRETORES DAS ESCOLAS QUE ESTÃO IMPLEMENTANDO O REM DA SRE/CARANGOLA

**Estudo: O NOVO ENSINO MÉDIO DE MINAS GERAIS:
OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO REINVENTANDO O
ENSINO MÉDIO EM DUAS ESCOLAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DE ENSINO DE CARANGOLA.**

Entrevistado: _____

Local: _____

Data: ____ / ____ /2013.

- 1- VOCÊ CONHECE O PROJETO REM? EM SUA OPINIÃO ELE ATENDE AS NECESSIDADES/EXPECTATIVAS DO SEU ALUNADO DO ENSINO MÉDIO?
- 2- COMO VOCÊ AVALIA AS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DA SUA ESCOLA MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DO REM?
- 3- QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENCONTRADAS ATÉ O MOMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DO REM? VOCÊ ATRIBUI ESSAS DIFICULDADES A QUE OU A QUEM ESPECIFICAMENTE?
- 4- EM SUA OPINIÃO A FUNÇÃO DO COORDENADOR É IMPORTANTE? POR QUÊ?
- 5- COMO VOCÊ PERCEBE A RECEPTIVIDADE AO REM PELA COMUNIDADE ESCOLAR?
- 6- COMO OS PROFESSORES ESTÃO REAGINDO A ESSE PROJETO?
- 7- E OS ALUNOS? VOCÊ PERCEBE MAIOR INTERESSE E PARTICIPAÇÃO NAS AULAS? TÊM RECEBIDO DOS ALUNOS COMENTÁRIOS POSITIVOS OU NEGATIVOS SOBRE O PROJETO?
- 8- EM SUA OPINIÃO QUAL A MAIOR CONTRIBUIÇÃO DO REM PARA OS ALUNOS?
- 9- VOCÊ CONSIDERA QUE O TURNO NOTURNO FOI CONTEMPLADO DE FORMA SATISFATÓRIA NESSE PROJETO? QUAIS AS FACILIDADES E

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO REM NESSE TURNO?

10-COMO TEM SIDO A ATUAÇÃO DO NAPEM EM SUA ESCOLA?

11- O QUE O REM TEM DE MELHOR, EM SUA OPINIÃO?

12- EM SUA OPINIÃO, OS PAIS GOSTAM DO REM?

13- O QUE, EM SUA OPINIÃO, DEVERIA SER FEITO PARA QUE O REM FOSSE UM SUCESSO?

IV- QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AOS ALUNOS DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO-2013 NOTURNO DA ESCOLA “B”

Estudo: O NOVO ENSINO MÉDIO DE MINAS GERAIS:

OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO REINVENTANDO O ENSINO MÉDIO EM DUAS ESCOLAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE CARANGOLA.

1- ATUALMENTE VOCÊ ESTÁ TRABALHANDO?

- ☐ SIM
☐ NÃO

2- COMO VOCÊ RECEBE A IMPLEMENTAÇÃO DO REM EM SUA ESCOLA?

- ☐ SENTE-SE INTERESSADO E MOTIVADO?
☐ SENTE-SE POUCO INTERESSADO E POUCO MOTIVADO
☐ SENTE-SE DESINTERESSADO E DESMOTIVADO

03-EM SUA OPINIÃO O REM AUMENTOU A FREQUÊNCIA ÀS AULAS?

- ☐ SIM, MUITO
☐ SIM, POUCO
☐ NÃO PERCEBE A DIFERENÇA

04-VOCÊ CONSIDERA QUE O REM TRARÁ CONTRIBUIÇÕES EM SUA VIDA?

- ☐ SIM, BASTANTE
☐ SIM, POUCA
☐ NÃO

- O AUMENTO DA CARGA HORÁRIA PROPOSTA PELO REM (500 horas), PARA OS ALUNOS DO NOTURNO, DEVE SER REALIZADO EM FORMA DE PROJETO SENDO DESTINADAS 300 HORAS PARA OS CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS, RELACIONADOS AOS CONTEÚDOS BÁSICOS COMUNS E 200 HORAS DESTINADAS PARA OS CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES NAS ÁREAS DE EMPREGABILIDADE.

05-VOCÊ TEM FEITO AS ATIVIDADES DOS CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS?

- ☐ SIM, E GOSTO
☐ SIM, MAS NÃO GOSTO
☐ NÃO TENHO FEITO
☐ NÃO TENHO TIDO AS ATIVIDADES DOS CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS

06-COMO TÊM SIDO DESENVOLVIDOS/OFERECIDOS OS CONTEÚDOS PRÁTICOS DA ÁREA DA EMPREGABILIDADE EM SUA ESCOLA?

- ☐ () EM FORMA DE PROJETOS INTERESSANTES
- ☐ () COM AULAS MINISTRADAS POR PROFESSORES DAS ÁREAS DE EMPREGABILIDADE
- ☐ () NÃO ESTÃO SENDO DESENVOLVIDAS ATIVIDADES

07-OS MÓDULOS/AULAS DE SUA ESCOLA SÃO DE 40 MINUTOS. PORTANTO, VOCÊS TÊM QUE CUMPRIR ALÉM DAS ATIVIDADES DOS CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS MAIS 166 HORAS E 40 MINUTOS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES. COMO VOCÊ TEM FEITO ESSAS ATIVIDADES?

- ☐ () SEM PROBLEMAS, COM FACILIDADE
- ☐ () COM DIFICULDADE
- ☐ () NÃO TENHO FEITO

08-EM RELAÇÃO ÀS ATIVIDADES COMPLEMENTARES REFERENTES AOS CONTEÚDOS DA BASE NACIONAL COMUM (LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA, HISTÓRIA, GEOGRAFIA, BIOLOGIA, FÍSICA, QUÍMICA, LÍNGUA INGLESA) QUE TAMBÉM SEVEM SER REALIZADAS. VOCÊ TEM CONSEGUIDO ATENDER A ESSA CARGA HORÁRIA FORA DO HORÁRIO DA ESCOLA?

- ☐ () SIM COM FACILIDADE
- ☐ () SIM COM DIFICULDADE
- ☐ () NÃO TENHO CONSEGUIDO REALIZAR AS ATIVIDADES

.

V- QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AOS ALUNOS DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO-2013 NOTURNO DA ESCOLA “A”

**Estudo: O NOVO ENSINO MÉDIO DE MINAS GERAIS:
OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO REINVENTANDO O
ENSINO MÉDIO EM DUAS ESCOLAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DE ENSINO DE CARANGOLA.**

3- ATUALMENTE VOCÊ ESTÁ TRABALHANDO?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

4- COMO VOCÊ RECEBE A IMPLEMENTAÇÃO DO REM EM SUA ESCOLA?

- ☐ SENTE-SE INTERESSADO E MOTIVADO?
- ☐ SENTE-SE POUCO INTERESSADO E POUCO MOTIVADO
- ☐ SENTE-SE DESINTERESSADO E DESMOTIVADO

05- NA SUA OPINIÃO O REM AUMENTOU A FREQUÊNCIA ÀS AULAS?

- ☐ SIM, MUITO
- ☐ SIM, POUCO
- ☐ NÃO PERCEBE A DIFERENÇA

06- VOCÊ CONSIDERA QUE O REM TRARÁ CONTRIBUIÇÕES EM SUA VIDA?

- ☐ SIM, BASTANTE
- ☐ SIM, POUCA
- ☐ NÃO

07- VOCÊ PRETENDE CURSAR UMA FACULDADE?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

08- SE SIM, VOCÊ CONSIDERA QUE O REM CONTRIBUIRÁ NA SUA PREPARAÇÃO PARA ESSA ENTRADA EM UM CURSO SUPERIOR?

- ☐ SIM, BASTANTE
- ☐ SIM, POUCA
- ☐ NÃO

09- SE NÃO, VOCÊ CONSIDERA QUE O REM IMPLICARÁ EM U MELHOR CURRÍCULO E CONTRIBUIRÁ PARA QUE CONSIGA UM BOM EMPREGO?

- ☐ SIM, BASTANTE

☐ SIM,POUCA

☐ NÃO

10- VOCÊ TEM FEITO AS ATIVIDADES DOS CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS?

☐ SIM, E GOSTO

☐ SIM, MAS NÃO GOSTO

☐ NÃO TENHO FEITO

☐ NÃO TENHO TIDO AS ATIVIDADES DOS CONTEÚDOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS

11-COMO TÊM SIDO DESENVOLVIDOS/OFERECIDOS OS CONTEÚDOS PRÁTICOS DA ÁREA DA EMPREGABILIDADE EM SUA ESCOLA?

☐ EM FORMA DE PROJETOS INTERESSANTES

☐ COM AULAS MINISTRADAS POR PROFESSORES DAS ÁREAS DE EMPREGABILIDADE

☐ NÃO ESTÃO SENDO DESENVOLVIDAS ATIVIDADES

VI Instrumentais que compõem o Portfólio da Turma:

I. CAPA CONTENDO O TÍTULO: ORGANIZAÇÃO DO PORTFÓLIO, TURMA, ANO E NOME DO COORDENADOR DE TURMA;

II. CALENDÁRIO

Calendário escolar homologado pelo Serviço de Inspeção Escolar com a previsão de todas as atividades a realizar no percurso do ano escolar.

III. REGISTRO FOTOGRÁFICO DOS ALUNOS

Fotografia atual do aluno, respectivo número e primeiro nome do aluno.

IV. MAPA DA TURMA

O mapeamento da turma deve ser feito em primeira instância com flexibilidade. Os alunos sentam onde querem responsabilizando-se pelo seu comportamento e regras que são negociadas entre todos e têm que contemplar a disciplina, concentração, atenção, interesse e respeito pelo outro. Têm prioridade em serem colocados na fila da frente os alunos que tenham dificuldades visuais, auditivas. A partir do momento em que desrespeitem as regras, automaticamente o mapeamento será refeito com o consenso de todos os professores da turma. Sobre a carteira será colocado o nome do aluno, bem como o seu respectivo número. Sempre o aluno sentará nesse lugar. A chamada de frequência será feita pelo professor a partir da cadeira que está vazia. Tem este modelo o objetivo de rentabilizar o tempo de aula, levar os alunos a entrarem mais disciplinadamente na sala e melhor memorização dos nomes dos alunos pelos colegas e pelos professores. Sempre o aluno deve ser chamado pelo seu nome. Nas atividades de equipe o professor pode mudar os alunos de acordo com a metodologia que quiser seguir.

V. CARACTERIZAÇÃO DA TURMA

A caracterização deve ser feita logo na primeira aula de Conteúdos Práticos. O professor mediador de Turma já deve ir com os nomes digitados no instrumental. Os alunos preenchem a ficha contendo seus dados pessoais e sociais e o professor mediador colhe as informações que constam na respectiva ficha. São determinadas, no máximo, 2 aulas para este fim: preenchimento de ficha biográfica e preenchimento da caracterização. Após o seu preenchimento, o Diretor de Turma vai tirar fotocópias para que a Turma faça um trabalho em grupo dividido por cinco alunos cada. Esse trabalho será orientado pelo professor de Matemática que na aula

seguinte fará o gráfico estatístico da turma. Deverá ser elaborado um instrumental para esse fim, pelo que serão tiradas fotocópias para cada grupo de trabalho. Este trabalho tem o objetivo do heteroconhecimento dos alunos da turma. É mais um elemento para o próprio professor e o conselho de turma conhecer a turma e diagnosticar seus problemas socioeconômicos e biográficos. Após a realização deste gráfico (numa aula), o professor de Matemática retira todo o material de trabalho dos alunos e entrega ao Coordenador de Turma. Jamais os alunos ficam com cópia da caracterização ou do gráfico estatístico. Dependendo do conteúdo curricular, o professor de Geografia também poderá fazer este trabalho considerado um trabalho transversal.

VI. HORÁRIO E RELAÇÃO DA TURMA

Colocar a relação dos alunos da turma, o horário da turma e o horário de todos os professores, bem como o seu endereço, e-mail, ou telefone. Deverá ser criado também um instrumental com esta finalidade.

VII. FICHA BIOGRÁFICA

A ficha biográfica é elaborada logo na primeira aula de Conteúdos Práticos. O professor deve tirar o número de fotocópias igual ao número de alunos da turma e cada aluno deve preencher a sua. No máximo duas aulas são usadas para este fim. Portanto, torna-se necessário que os alunos venham munidos dos dados que são pedidos na ficha biográfica. Essa ficha deve ser analisada posteriormente pelo Coordenador de Turma fazendo as anotações na parte de trás do instrumental, como erros ortográficos, desconhecimento de dados sobre a família, sobre o próprio, etc. Esta observação é analisada quando o Coordenador de Turma está no seu horário de trabalho como Coordenador de Turma. Esta sub-pasta servirá de portfólio a cada aluno. Aí serão arquivados todos os dados individuais referentes aos alunos (faltas, participações disciplinares, auto-avaliação global, comunicados aos pais assinados, etc).

VIII. REGISTRO DE FALTAS

O registro de faltas deve ser feito convencionalmente por quem já está habituado a fazê-lo, mas o professor mediador da Turma tem que fazer a junção dessas faltas por aluno, por disciplina e por mês. Depois colocará o instrumental de faltas junto do

portfólio de cada aluno. Na hora em que está em serviço de Coordenação de Turma, o coordenador de Turma deve analisar esses dados e verificar se há discrepância entre as faltas de umas ou outras disciplinas. Perante isso, deve imediatamente confrontar o aluno e o professor da disciplina em que está faltando para apurar as razões que o levaram a tal atitude. Não deve ser esquecida a entrega aos pais da informação bimestral sobre a assiduidade de cada aluno conforme regimento Escolar;

IX. REGISTRO DE ATENDIMENTO (PAIS E ALUNOS)

Todos os atendimentos feitos aos pais devem ser registrados explicando a razão da visita e seu encaminhamento. O responsável pelo educando deve assinar no final a sua visita. Deverá ser elaborado também um instrumental próprio para este fim. No caso dos alunos, procede-se exatamente com o mesmo princípio.

X. REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

O registro de ocorrência é feito pelas individualidades que estão em causa e depois entregue ao Coordenador de Turma para que este tome conhecimento e tente solucionar a questão. Atendendo à gravidade do caso será comunicado de imediato ao Diretor.

XI. CONVOCATÓRIAS

Compete ao Diretor da escola agendar a data e organizar a pauta das reuniões intercalares, em consonância com os diretores de turma. A recomendação é que as reuniões intercalares de todas as turmas aconteçam em datas próximas. Todos os professores mediadores da Turma deverão ser informados (com antecedência aproximada de 8 dias) sobre a data, horário, local e pauta das reuniões intercalares, através de Convocatória, que deverá ser afixada em local visível e assinada por todos os professores da turma a ser avaliada. A convocação destas reuniões é feita pelo Diretor da Escola, em tempo devido. Também devem ser convocados os Representantes de Turma com tempo necessário (geralmente 08 dias de antecedência) para que possam se reunir com seus pares e preparar os devidos pontos da pauta de trabalho. Da mesma forma, os professores agirão, com a finalidade da reunião ser incisiva, precisa e concisa e prática.

VII- Referencial de textos e legislações para estudo sobre o REM

CADERNO 1- ORIENTAÇÕES- Reinventando o Ensino Médio. Belo Horizonte, MG, 2013. Disponível em:
[http://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/reinventando/REINVENTANDO_ENSI
NO_MEDIO_CADERNO_ORIENTACOES_WEB.pdf](http://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/reinventando/REINVENTANDO_ENSI%20NO_MEDIO_CADERNO_ORIENTACOES_WEB.pdf)

Resolução nº. 2.251, de 02 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a implantação do projeto Reinventando o Ensino Médio que institui e regulamenta a organização curricular a ser gradativamente implantada nos cursos de ensino médio regular da rede estadual de ensino de Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 03 jan. 2013.

Resolução nº. 2.252, de 03 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a função de coordenador do projeto Reinventando o Ensino médio. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 04 jan. 2013.

Resolução nº. 2.486, de 20 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a universalização do Reinventando o Ensino Médio nas Escolas da rede pública estadual de Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 2013.

SEE/MG. Ofício Circular DGDC/CRH nº. 03, de 31 de janeiro de 2013. **Novo Ensino Médio** (Reinventando o Ensino Médio). 16 set. 2013 (atualizado). Disponível em:
<<http://www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/action/2825-novo-ensino-medio-reinventando-o-ensino-medio>>. Acesso em: 30 jul. 2013.